



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
CURSO DE MUSEOLOGIA

RAYSSA DE SOUZA PEREIRA

**A GESTÃO DO MEMORIAL DOS POVOS INDÍGENAS EM BRASÍLIA 2016-2017:
análise conforme a Lei 11.904/2009 (Estatuto Brasileiro de Museus)**

Brasília, DF

2017

RAYSSA DE SOUZA PEREIRA

**A GESTÃO DO MEMORIAL DOS POVOS INDÍGENAS EM BRASÍLIA 2016-2017:
análise conforme a Lei 11.904/2009 (Estatuto Brasileiro de Museus)**

Monografia apresentada como requisito básico para obtenção do título de bacharel em Museologia pela Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília.

Orientadora: Prof.a Dra. Andréa Fernandes Considera

Brasília, DF

2017



FOLHA DE APROVAÇÃO

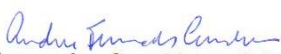
A gestão do memorial dos povos indígenas em Brasília: análise conforme a Lei 11.904/2009 (Estatuto Brasileiro de Museus).

Aluno: Rayssa de Souza Pereira

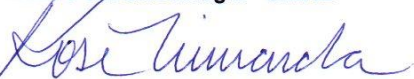
Monografia submetida ao corpo docente do Curso de Graduação em Museologia, da Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília – UnB, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Bacharelado em Museologia.

Banca Examinadora:

Aprovada por:


Andréa Fernandes Considera - Orientadora
Professora da Universidade de Brasília (UnB)
Doutora em História Social - UnB


Luciana Magalhães Portela - Membro
Professora da Universidade de Brasília (UnB)
Mestre em Museologia - UNINE


Rose Moreira de Miranda - Membro
Professora da Universidade de Brasília (UnB)
Mestrado em Ciência da Informação – IBICT-UFRJ

Brasília-DF, 05 de julho de 2016.

Pereira, Rayssa de Souza.

A Gestão do Memorial dos Povos Indígenas em Brasília: análise conforme a Lei 11.904/2009 do Estatuto de Museus (2016-2017) / Rayssa de Souza Pereira. – 2017.
81 f.

Monografia (graduação) - Universidade de Brasília; Faculdade de Ciência da Informação, 2017.

Inclui bibliografia

Orientadora: Andréa Considera

1. Estatuto Brasileiro de Museus. 2. Gestão de Museus. 3. Memorial dos Povos Indígenas. – Brasil. I. Considera Andrea. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais Maria de Fátima e Deusdedita por me apoiarem durante os momentos mais decisivos da minha vida e por contribuírem com meu crescimento como ser humano.

A minha tia Bel, a minha irmã Carine por estarem presentes em todos os dias da minha vida, por me fazerem dar boas risadas, pela compreensão e paciência com os meus períodos de estudo em casa durante a graduação.

Ao meu namorado Uriel por ser um companheiro incrível ao longo de todos os anos juntos, por entusiasmar com todos nossos planos, por ser a pessoa que mais me diverte e me faz feliz no planeta, e por todas as viagens maravilhosas que fizemos.

As minhas amigas Juliana e Mariana, por me aturarem desde o ensino médio, pelas pizzas no fim do dia e por escutarem meus desabafos nos momentos de bloqueio na escrita da monografia.

Ao “Chupa essa Manga” criado no trabalho final da disciplina de “Introdução à Museologia” que me uniu às melhores pessoas da UnB.

As minhas amigas lindonas Isabella e Adriane por serem pessoas ótimas, por compartilharem suas madrugadas fazendo trabalho comigo e que, desde então, não fico um dia sem rir perto delas, mesmo com papos sérios. Quero a amizade dessas duas para sempre.

A minha amiga e irmã de coração Jadinha por me entender nos momentos em que só ela me entende, por partilhar suas manhãs comigo, na alegria e na tristeza, e por sempre estar de braços abertos, com seu carinho e sabedoria fora de série.

A equipe do Museu da Educação do Distrito Federal por me acolherem e contribuírem com meu amadurecimento como profissional da área, e por me inspirarem com o processo de criação do MUDE.

À minha orientadora Andrea por apoiar o meu tema, pela paciência e compreensão no direcionamento do meu trabalho.

Às equipes da SUPAC e do MPI por me receberem tão bem e por todo apoio à pesquisa, especialmente à Maria de Fátima Belarmino da Silva.

“Palavras são, na minha nada humilde opinião, nossa inesgotável fonte de magia.
Capazes de causar grandes sofrimentos e também remedia-los.”
(Alvo Percival Wulfrico Brian Dumbledore/ Harry Potter e as Relíquias da Morte,
2011).

RESUMO

A presente monografia traz uma análise da gestão do Memorial dos Povos Indígenas em Brasília (MPI), a partir da Lei 11.904/2009 que dispõe sobre o Estatuto Brasileiro de Museus. Faz a contextualização das políticas públicas em museus (culminando na Política Nacional de Museus, em 2003) e na normatização do setor museal, por meio do Estatuto, em 2009. Discute o modo como a gestão pode contribuir para a adaptação dos museus brasileiros no cumprimento das normas estabelecidas pela referida Lei. São apresentadas as práticas de gestão do MPI no período de 2016 a 2017, contexto no qual se inicia a concepção e elaboração do plano museológico do Memorial. Finalmente, é analisado como essas práticas dialogam com o Estatuto Brasileiro de Museus.

Palavras-chave: Estatuto Brasileiro de Museus. Gestão de Museus. Memorial dos Povos Indígenas.

ABSTRACT

This monograph presents an analysis of the management of the Memorial dos Povos Indígenas em Brasília (MPI), based on Law 11,904 / 2009, which provides for the Brazilian Statute of Museums. It contextualizes public policies in museums (culminating in the National Museum Policy in 2003) and in the regulation of the museum sector, through the Statute Law, in 2009. It discusses how a management can influence a adaptation of brazilian museums to compliance with norms established beyond Law. There are presented the MPI management practices in the period from 2016 to 2017, in which context a conception and elaboration of the museological plan of the Memorial begins. Finally, it is analyzed how they practice dialog with the Brazilian Statute of Museums.

Key words: Brazilian Statute of Museums. Museum Management. Memorial dos Povos Indígenas.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1- FACHADA DO MEMORIAL DOS POVOS INDÍGENAS	41
FIGURA 2 - CROQUI DO MPI	42
FIGURA 3 - PLANTA BAIXA DO PRÉDIO	42
FIGURA 4 - PÁTIO INTERNO DO MPI.....	43
FIGURA 5 - ACERVO DO MPI.....	49
FIGURA 6 - ACERVO DO MPI.....	49
FIGURA 7 - ACERVO DO MPI	50
FIGURA 8 - ACERVO DO MPI.....	51
FIGURA 9 - PARTE INTERNA DO MPI	53
FIGURA 10 - PARTE INTERNA DO MPI	53
FIGURA 11- LIVRO DE VISITAS DO MPI	57

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÃO

ABM – Associação Brasileira de Museologia

Cofem – Conselho Federal de Museologia

Corem – Conselho Regional de Museologia

Demu/Iphan – Departamento de Museus e Centros Culturais do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Dphan - Departamento do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

EBM – Estatuto Brasileiro de Museus.

FNPM – Fundação Pró-Memória.

IBPC – Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural

Ibram – Instituto Brasileiro de Museus.

Icom – Conselho Internacional de Museus

Iphan – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

MinC- Ministério da Cultura no Brasil

MPI - Memorial dos Povos indígenas em Brasília.

PNM – Política Nacional de Museus

SBM – Sistema Brasileiro de Museus.

Secult/DF – Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal

Sphan– Serviço de Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

SUPAC – Subsecretaria do Patrimônio Cultural da Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
OBJETIVOS	13
JUSTIFICATIVA	13
METODOLOGIA	15
APRESENTAÇÃO DOS CAPÍTULOS	15
1 CAPÍTULO 01: A LEI 11.904/2009 E A GESTÃO DE MUSEUS	17
2 CAPÍTULO 02: A GESTÃO DO MEMORIAL DOS POVOS INDÍGENAS EM BRASÍLIA	36
2.1 MEMORIAL DOS POVOS INDÍGENAS EM BRASÍLIA	36
2.2 EDIFÍCIO DO MEMORIAL	40
2.3 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	44
2.4 PLANEJAMENTO DE ATIVIDADES E RECURSOS	46
2.5 ACERVO	47
2.6 EXPOSIÇÃO	55
2.7 AÇÕES EDUCATIVAS E CULTURAIS	56
2.8 DIVULGAÇÃO	59
2.9 ELABORAÇÃO DO PLANO MUSEOLÓGICO DO MPI	60
3.1 REGIME APLICÁVEL AOS MUSEUS	65
3.1.1 Documentação legal do museu	65
3.1.2 Voluntariado e Associação de Amigos	66
3.1.3 O MPI enquanto instituição pública	66
3.1.4 Estrutura Organizacional e Áreas Básicas dos Museus	67
3.1.5 Da preservação de acervos	69
3.1.6 Do Estudo, Pesquisa e Ação Educativa	70
3.1.7 Da Difusão Cultural e Do Acesso aos Museus	73
3.1.8 Dos Acervos dos Museus	74
3.1.9 Do Uso das Imagens e Reproduções dos Bens Culturais dos Museus	75
3.1.10 Do Plano Museológico	76
3.2 A SOCIEDADE E OS MUSEUS	79
CONSIDERAÇÕES FINAIS	81
ANEXO 1	87
ANEXO 2	138

INTRODUÇÃO

As legislações aplicadas aos museus normatizam as atividades no âmbito museal e as atividades museológicas. A primeira se refere ao campo dos museus; e a segunda, às atividades relativas aos museus em sua abordagem teórica e prática.

A Lei nº 11.904/2009 que institui o Estatuto Brasileiro de Museus é considerada uma referência no cenário museal, por ser fruto de políticas públicas que buscam regulamentar o setor. Um dos pontos relevantes da legislação é a definição mais ampla de museus e de suas funções específicas, de salvaguarda e promoção do patrimônio museológico à sociedade, além de formalizar a organização das instituições para que as atividades sejam cumpridas adequadamente.

O Estatuto estabelece os procedimentos de criação de museus e instituições museais, identifica suas funções e atribuições, e regula outras atividades específicas. Inclui, ainda, dispositivos que regulamentam uma aplicação uniforme entre os regimes de proteção ao patrimônio cultural, sem os quais não é possível tornar efetivas as mudanças propostas (TOLENTINO, 2007, p. 82).

A gestão de museus se refere a uma estrutura de condução das atividades para atingir objetivos estabelecidos num período de tempo, que dialogam com a identidade da instituição na sociedade. E, por essa razão, está envolvida com organização dos museus para que as suas atividades específicas sejam desenvolvidas de acordo com as demandas do referido Estatuto. Desta maneira, a gestão conduz os museus a cumprirem as suas funções específicas. Com isto dito, os gestores de museus devem estar atentos às legislações vigentes para planejar as atividades de acordo com as normas estabelecidas.

A gestão e o planejamento de atividades dos museus do GDF é competência da Subsecretaria do Patrimônio Cultural (SUPAC) da Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal, com a participação dos diretores dos referidos museus. A Coordenação de Museu e Patrimônio da SUPAC é responsável pela gestão do Memorial dos Povos Indígenas em Brasília (MPI), em conjunto com o diretor Álvaro Tukano.

Identificar as atividades de gestão do Memorial e analisar a conformidade destas, de acordo com o Estatuto, possibilita investigar como a SUPAC e o Diretor

do MPI dialogam com as exigências estabelecidas para pesquisa, comunicação e preservação do patrimônio musealizado, no planejamento de atividades do MPI.

OBJETIVOS

O objetivo desta pesquisa é investigar como as atividades de gestão do Memorial dos Povos Indígenas em Brasília dialogam com o Estatuto Brasileiro de Museus. Para isso foi estabelecido o recorte temporal no período de 2016 a 2017 (iniciando a pesquisa em setembro de 2016), pois se buscou identificar as atividades de gestão no período que iniciou a concepção e a elaboração do plano museológico do MPI. Para o desenvolvimento do estudo foram apresentados conceitos de gestão museológica, a contextualização do Estatuto Brasileiro de Museus e sua relação com a gestão de museus, identificou-se as atividades de gestão do Memorial e suas relações com a Lei 11.904 de 14 de janeiro 2009.

JUSTIFICATIVA

O tema gestão de museus se entrelaça ao Eixo 1 do Curso de Museologia da UnB: “Teoria e Prática Museológica”, o qual focaliza conteúdos teóricos e práticos voltados para a Museologia, a Teoria Museológica, a Pesquisa Museológica e a Museografia. As legislações sobre museus, tal como o Estatuto Brasileiro de Museus, atuam nas práticas de implementação de políticas museológicas.

Para compreender como essas práticas funcionam no campo museal e museológico é necessário apropriar-se dos conceitos de gestão museológica, pois esta é a ferramenta necessária para que os museus se reconheçam, e consigam cumprir suas diretrizes básicas enquanto espaços destinados à salvaguarda e preservação de memórias, e consequentemente, das identidades sociais. (COSTA, 2013, p. 44).

O Estatuto Brasileiro de Museus (Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009) pode ser considerado um marco regulatório no cenário museal. Segundo Fernandes (2013), os pontos inovadores da Lei definem os princípios básicos dos museus pautados na promoção da cidadania, na valorização do patrimônio cultural musealizado, na inclusão social, no respeito à diversidade cultural e no intercâmbio institucional. A partir disso, o Estatuto normatiza o desenvolvimento de atividades

museológicas, considerando as funções básicas dos museus¹ para a organização institucional, para salvaguarda do patrimônio e para a promoção do acesso aos bens culturais pela sociedade.

Segundo Ferreira, Sagnés e Lizott (2011), o documento do Estatuto de Museus teve como objetivo conferir nova perspectiva aos museus, buscando condições básicas e formas organizacionais destas instituições para que as mesmas cumpram com o que a Lei determina. A gestão museológica, definida como a ação de conduzir tarefas administrativas dos museus (DESVALLÉS; MAIRESSE, 2013), norteia a organização institucional para que seja possível realizar as atividades museológicas, em consonância com as suas normatizações. As legislações reguladoras, como o Estatuto de Museus, estimulam as atividades de planejamento e gestão para que as diretrizes das políticas museológicas sejam alcançadas. A referida gestão é significativa para que as demandas do Estatuto sejam cumpridas, pois, por meio desta, realiza-se planejamento e organização para que as atuações em diversas áreas dos museus sejam desenvolvidas adequadamente.

O Memorial dos Povos Indígenas foi considerado, nesta pesquisa, um museu público e esta definição será melhor explicitada no capítulo quatro. Avaliar a gestão do Memorial significa investigar como a SUPAC e o Diretor do Memorial lidam com a condução das atividades museais, e quais as atividades de gestão desenvolvem para atingir os objetivos dentro de cada área específica trabalhada pelo MPI. De acordo com o Plano Nacional Setorial de Museus, o planejamento de políticas no setor museal e museológico proposto pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), busca a difusão e a consolidação do Estatuto, incentivando as instituições a se adaptarem à legislação. A pesquisa fornecerá informações sobre o cenário das atividades de gestão de um dos museus do Governo do Distrito Federal, em relação ao Estatuto, de maneira, a fornecer dados sobre a conformidade do MPI, com as diretrizes da legislação regulamentadora, e ainda, colaborar com referências sobre a gestão dos museus públicos no Distrito Federal.

¹ Entende-se como funções museais, o “tripé” pesquisa, comunicação e preservação (DESVALLÉS e MAIRESSE, 2013, p.50).

METODOLOGIA

A abordagem escolhida é mista (quantitativa e qualitativa), pois envolve a identificação das atividades de gestão do MPI, por meio de levantamento documental e de entrevistas. E, com bases nos dados recolhidos, será analisado como essas atividades atendem às disposições do Estatuto Brasileiro de Museus.

Dentre os instrumentos usados para esta pesquisa podemos citar a Carta de apresentação (acesso ao Memorial e à Subsecretaria do Patrimônio Histórico Artístico Nacional do GDF); Roteiro de entrevista e Cessão de Direitos (acesso e uso da documentação e da captação de informações na pesquisa) e levantamento bibliográfico e documental.

Constituíram os procedimentos desta pesquisa o levantamento bibliográfico e documental (bibliotecas, bases de dados, sites, centros de documentação, arquivos); a pesquisa na documentação da SUPAC referente à gestão do MPI (autorização de acesso ao arquivo institucional); visita ao Memorial (agendamento da visita, observação das atividades museológicas e coleta de informações); entrevista com o diretor do MPI, com um dos servidores administrativos do MPI e com um dos funcionários da SUPAC (agendamento e material para entrevista); reunião e análise de dados coletados para produção de texto; a entrega da produção para orientador(a) e para os componentes da banca, e, por último, a defesa do trabalho (banca examinadora).

Como recursos para os procedimentos citados acima, foram utilizados material de escritório; gravador de áudio do *smartphone* e câmera digital.

APRESENTAÇÃO DOS CAPÍTULOS

A introdução à pesquisa tratou da construção do tema, dos objetivos, da justificativa e da metodologia, assim, possibilitou a divisão deste trabalho em três partes principais, que serão descritas de forma sucinta abaixo.

O primeiro capítulo trata da contextualização do Estatuto Brasileiro de Museus (Lei 11.904/2009), por meio das políticas públicas em museus no Brasil no século XX e no XXI, com o crescimento da área museológica e sua institucionalização ao longo dos anos. O aquecimento no setor culminou na criação da Política Nacional de Museus (PNM); e, na do Departamento de Museus e Centros Culturais do Instituto

do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Demu/Iphan) responsável pela aplicação da mencionada Política.

A publicação do Estatuto Brasileiro de Museus (Lei 11.904/2009) é resultado da aplicação da PNM, com o objetivo de regulamentar o setor museal. Posteriormente, o Demu/Iphan foi substituído pelo Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), uma autarquia específica para fomento e direcionamento das políticas museológicas, aplicação da PNM, de normas, inclusive, do referido Estatuto, para fiscalização e regularização do setor, bem como, para a promoção do patrimônio musealizado brasileiro. Ademais, o Ibram é responsável pela gestão direta de trinta museus no país.

Ainda no mesmo capítulo, são apresentados conceitos de gestão museológica, para um breve levantamento bibliográfico da área, e para argumentar a relevância das práticas de gestão no cumprimento do Estatuto Brasileiro de Museus.

O segundo capítulo apresenta as práticas de gestão do Memorial dos Povos Indígenas em Brasília (MPI), considerando sua estrutura organizacional, as formas de planejamento geral e levantamento de recursos, o planejamento das atividades específicas com o acervo, com as ações educativas e culturais e com as exposições. Neste capítulo, são apresentadas as perspectivas da instituição de elaboração e implantação do Plano Museológico para 2017.

O terceiro capítulo traz a análise das práticas de gestão identificadas no Memorial, em consonância com o Estatuto Brasileiro de Museus. Para isto, utilizou-se como referência o Capítulo II da legislação, que dispõe sobre o regime aplicável aos museus e o Capítulo III, que diz respeito à Sociedade e Museus. A partir daí, foi comparado como a gestão do MPI dialoga com as normatizações determinadas pela Lei.

A parte final do trabalho traz as considerações finais sobre a análise da pesquisa e avaliação do tema escolhido.

1 CAPÍTULO 01: A LEI 11.904/2009 E A GESTÃO DE MUSEUS

Ao longo do século XX, o campo museal brasileiro foi sendo reconhecido através da inclusão dos museus nas políticas patrimoniais e se consolidando com o crescimento do número de museus, de instituições ligadas a estes e da formação de políticas públicas específicas para o setor, principalmente a partir do final do século. Tal fato reverberou na construção de uma Política Nacional de Museus (2003), na normatização do setor museal com a implementação do Estatuto Brasileiro de Museus e na criação do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram).

Na criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional² (Sphan), em 1937, por Rodrigo Melo Franco de Andrade, pelo Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro, a elaboração de políticas voltadas para o segmento cultural e patrimonial tinha objetivos de formação da nacionalidade brasileira e de disseminação ideológica do Regime. Nesse contexto, a cultura foi um instrumento de disseminação dos ideais do Estado, que refletem na formação da memória nacional.

“Neste sentido, com relação aos museus e em outras instâncias culturais, o SPHAN, operou no período como órgão organizador do segmento cultural, atuando como intermediário entre a sociedade e o Estado. Tais relações promoveram a ação política das instituições museológicas, de acordo com a política do Estado Novo, ao exercerem significativo papel na construção da nação.” (SILVA; PINHEIRO, 2013, p.14)

Segundo Silva e Pinheiro (2013), a constituição das políticas de patrimônio histórico e cultural foi concebida neste ambiente, por meio de instrumentos e instituições destinados à concepção de representações da “cultura oficial” para a sociedade.

O Sphan, atuante como organizador político e cultural, incluiu os museus nessas ações como disseminadores do ideário nacional, espaços representativos do Estado para a sociedade. O número de museus, públicos e privados, foi crescendo não somente nas grandes capitais, Rio de Janeiro e São Paulo, mas também, nas outras regiões do país. O Sphan influenciou a criação de instituições museais e a organização do setor em prol da construção na identidade da nação. Em 1946, o Sphan passou a ser denominado Dphan, Departamento do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

² Teve como antecedente a Inspetoria de Monumentos Nacionais, criada em 1936.

A partir de então, o número de instituições ligadas aos museus cresceu no país, principalmente na conjuntura pós-guerra, na qual “o desenvolvimento de práticas preservacionistas, em âmbito nacional e internacional, favoreceu a criação de organizações e instituições ligadas aos museus” (Política Nacional de Museus, 2007³).

Entre os anos 1950 e 60, foram realizados eventos relevantes para as perspectivas museológicas brasileiras e a profissionalização do campo, como o 1º Congresso Nacional de Museus, em 1956, e, em 1958, a Declaração do Rio de Janeiro, com o Seminário Regional da Unesco no Rio de Janeiro, sobre a função educativa dos museus. Desta forma as pesquisas no campo e as reuniões de profissionais na área museal foram crescendo e sendo discutido o crescimento de políticas públicas.

Na década de 1970, houve mudanças nas propostas de modernização no setor museológico, culminando com a mesa-redonda organizada pela UNESCO em parceria com o Conselho Internacional de Museus (ICOM), em Santiago do Chile, em 1972.

Em 1976, foi realizado o 1º Encontro Nacional de Dirigentes de Museus, que culminou em um documento sobre subsídios para implantação de uma política museológica brasileira. Anos mais tarde, a partir deste documento, foi criada a Fundação Pró-Memória (FNPM), por Aloísio Magalhães. Este órgão:

“(...) abrigou um conjunto expressivo de museus não atendidos pela política cultural da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Foi no âmbito da FNPM que, em 1983, instalou-se o Programa Nacional de Museus, que desenvolveu projetos especiais visando à revitalização dos museus brasileiros.” (Política Nacional de Museus, 2007, pg. 18)

Entre o período de 1970 e 80, principalmente com as novas propostas para o campo, de uma Museologia participativa e democrática, surgiram novas discussões sobre museus e comunidade, foram criadas novas instituições, elaboradas políticas museológicas, e conseqüentemente, novas formas de gestão de museus.

Vale dizer que na década de 1990, surgiram discussões sobre gestão de museus. Representantes do setor, provenientes da América Latina, da UNESCO e do ICOM reuniram-se em Caracas para discutir questões relacionadas à gestão eficiente para consecução dos objetivos dos museus. E para tal, recomendaram que

³ Esta é uma publicação feita em 2007 pelo Ministério da Cultura sobre a Política Nacional de Museus.

os museus definissem sua missão, estrutura administrativa, métodos de avaliação permanente, elaborassem planos e programas baseados em diagnósticos modernos e definissem políticas orçamentárias. (XAVIER, 2014, pg.93)

Em 1984, houve o marco para os profissionais do campo dos museus com a regulamentação da profissão de museólogo, pela Lei 7.287 de 18 de dezembro do mesmo ano. Na mesma década, em 1986, no contexto de discussões sobre políticas no setor, surgiria o Sistema Nacional de Museus, “com o objetivo de articular e apoiar financeiramente projetos na área de museus” (Política Nacional de Museus, 2007). Contudo, o efetivo o decreto do Sistema, ocorreu em 2004, com a publicação do Sistema Brasileiro de Museus.

Mesmo com o Dphan sendo responsável pelas políticas para museus, até a denominação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) na década de noventa, cada vez mais o setor museológico era reconhecido e diferenciado do setor patrimonial pelas ações específicas que demandava e principalmente pelas formas que os museus eram geridos.

Em 1990, foi criado o Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC), substituindo a Fundação Nacional Pró-Memória e a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. A administração dos museus, sob égide das referidas Fundação e Secretaria, foi transferida para o novo Instituto.

Posteriormente, o IBPC denominou-se Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), o qual treze anos depois, criou um Departamento responsável pelos museus, o Demu/Iphan.

A formação das políticas públicas para museus teve com um dos principais agentes o Ministério da Cultura e o Iphan. Em 2003, com a posse do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, novas diretrizes e práticas foram investidas no Ministério da Cultura (MinC), com a gestão de Gilberto Gil e isso refletiu no campo dos museus.

“Em maio de 2003, o Ministério da Cultura anunciava que o museu ocuparia um lugar central em suas ações. Não havia ingenuidade do MinC, estava em andamento uma posição diferente daquela que perdurou por uma década. O MinC não produziu apenas um discurso, transformou o museu em prioridade e formulou políticas, liderou um processo de mudanças.” (MORAIS, 2009, pg. 61)

No mesmo ano, foi criada a Política Nacional de Museus com o objetivo de:

“Promover a valorização, a preservação e a fruição do patrimônio cultural brasileiro, considerando como um dos dispositivos de inclusão social e

cidadania, por meio de desenvolvimento e da revitalização de instituições museológicas existentes, e pelo fomento à criação de novos processos de produção e institucionalização de memórias constitutivas da diversidade cultural social, étnica e cultural do país. (Política Nacional de Museus, 2006, p.7). ”

Segundo publicação do Ministério da Cultura (2007), a PNM foi criada com o objetivos de consolidar as políticas públicas para os campos do patrimônio cultural, da memória social e dos museus, valorizar o patrimônio cultural sob guarda dos museus como agentes de processos identitários, desenvolver práticas e políticas educacionais voltadas para a sociedade, reconhecer e garantir os direitos das comunidades organizadas de participar da musealização do patrimônio, estimular a participação de diversos museus na Política Nacional de Museus e nas ações de preservação e gestão do patrimônio, incentivar programas e ações que visassem a preservação e sustentabilidade do patrimônio a ser musealizado, respeitar o patrimônio das comunidades indígenas e afrodescendentes.

Para o desenvolvimento da Política, foram elaborados sete eixos programáticos capazes de motivar e guiar a realização de projetos e de ações museológicas:

- 1) Gestão e Configuração do Campo Museológico,
- 2) Democratização e Acesso aos Bens Culturais
- 3) Formação e Capacitação de Recursos Humanos
- 4) Informatização de Museus
- 5) Modernização de Infraestruturas museológicas
- 6) Financiamento e Fomento para Museus
- 7) Aquisição e Gerenciamento de Acervos Culturais

É pertinente enfatizar o eixo 1, Gestão e Configuração do Campo Museológico, que propõe a implementação do Sistema Brasileiro de Museus, incentivo à criação de sistemas estaduais e municipais de museus, a criação do Cadastro Nacional de Museus, o aperfeiçoamento de legislação que se refere ao Setor, integração de vários órgãos governamentais participantes na gestão de bens musealizado, criação de polos museais regionalizados, participação de comunidades indígenas e afrodescendentes na gestão e promoção de seus patrimônios e o estabelecimento de planos de carreira na área.

Vale dizer que o direcionamento deste eixo, principalmente na parte de aperfeiçoamento de legislação, Cadastro Nacional de Museus e Sistemas Brasileiro de Museus refletirá na Lei 11.904/2009, que dispõe sobre o Estatuto Brasileiro de Museus.

A PNM foi disseminada pelo país e sendo estabelecida por agentes comprometidos com sua implementação. Um dos desdobramentos da PNM foi a criação do Departamento de Museus e Centros Culturais (Demu/IPHAN), instância federal no âmbito do Iphan. O referido Departamento considerou os museus como instituições para articulação estadual e municipal com a instância federal, a partir disto, passou a gerir os museus vinculados ao Iphan/MinC e a fomentar políticas públicas para o Setor por meio da PNM. “Para implementar e executar esta política foi instituído no âmbito do Iphan o Departamento de Museus e Centros Culturais (DEMU)” (NUNES, 2011 p. 02).

Na perspectiva política, o Demu/Iphan além de estimular novas políticas, programas e planos para área de museus, norteou legislações que hoje são importantes para a gestão museal e para orientação do desenvolvimento de atividades museológicas, como é o caso da Lei 11.904, que dispõe sobre o Estatuto Brasileiro de Museus.

Segundo Moraes (2009), o Demu foi responsável pela mobilização política e institucional estimulando reflexões e ações específicas para o setor museal. Desta maneira, impulsionou debates sobre o projeto da Política Nacional de Museus, organizou unidades existentes e influenciou discursos, ações e concepções do cotidiano dos museus. A perspectiva do Demu era influenciar as diferentes realidades que envolvem os profissionais e as instituições museais, além de debater sobre os sete eixos essenciais da PNM e sua implementação em quatro anos:

“A ação do DEMU não se reduzia a um trabalho fechado ao IPHAN e ao MinC, ela implicava em intervir em diferentes instâncias da realidade que envolve os profissionais e as instituições de museus. Ela agia e estimulava debates em diferentes instâncias, da formação profissional ao exercício da profissão”. (MORAES, 2009, pg. 62)

O DEMU, na época, buscou implementar a PNM baseado em um modelo de gestão com três instrumentos de operação: instrumentos institucionais, de fomento e de democratização (Política Nacional de Museus, 2007, p. 34).

O instrumento institucional deste modelo abarcou a organização do setor museal como um todo, e esteve relacionado à criação do Sistema Brasileiro de Museus, do Cadastro Nacional de Museus, do Observatório de Museus e Centros Culturais, do Instituto Brasileiro de Museus e do Estatuto de Museus.

O DEMU assumiu nova articulação política, crescendo na complexidade e visibilidade de suas ações, em reforçar a importância dos museus como agentes de mudanças na sociedade, por meio de atividades junto ao ICOM e, também, às associações profissionais, como a Associação Brasileira de Museologia (ABM), e o Conselho Federal de Museologia (Cofem). Foi neste contexto em que foi concebido o Estatuto Brasileiro de Museus.

“Este momento foi essencial na construção de uma nova política setorial, ano marcado pelas ações internas, que modificaram as relações entre as superintendências, a gestão do DEMU e os museus por sua subordinação à estas. Contexto, em que fez parte dos objetivos do grupo do DEMU a criação do Estatuto de Museus.” (MORAIS, 2009, p. 65)

Os principais frutos da PNM foram a criação do Sistema Brasileiro de Museus, o Cadastro Nacional de Museus, o Estatuto Brasileiro de Museus e o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM).

Em 2006, o projeto de criação do Estatuto de Museus, (PL 7568/2006), foi encaminhado ao Congresso, aprovado pela Câmara dos Deputados e encaminhado ao Senado e à Presidência da República para sanção, contudo, por razões políticas, somente três anos mais tarde, o Estatuto foi publicado por meio da Lei 11.904 em 14 de janeiro de 2009, para regulamentar o setor museal.

O projeto de lei de 2006 continha informações significativas que refletiram na Lei publicada em 2009, como exemplo, disposições sobre o funcionamento dos museus, “o Estatuto regulamenta desde a criação, o funcionamento, até o fechamento destas instituições (Ibdem, p.66).”

Ainda, no mesmo projeto de lei, tinha disposições referentes ao Sistema de Museus, com os objetivos de criar redes de cooperação entre museus e instituições museais públicas e privadas pelo país, além de explicitar as finalidades do Sistema Brasileiro de Museus; e artigos sobre o Cadastro Nacional de Museus, que tem por objetivo mapear os museus brasileiros e oferecer subsídios para planejamento de ações no campo, e para organização do Sistema Brasileiro de Museus.

“O Estatuto Brasileiro de Museus marca a formalização de instrumentos para organização institucional do setor museológico com a criação do

Sistema de Museus, Cadastro Nacional de Museus e Observatório dos Museus e Centros Culturais” (op.cit.).

Na Lei 11.904/2009, as disposições sobre o Sistema de Museus semelhantes ao mencionado projeto de lei, encontram-se na seção III sobre “Dos Sistemas de Museus”.

Pouco tempo depois da publicação do Estatuto, o Projeto de Lei 3591/08 foi aprovado, reverberando na Lei 11.906 de 20 de janeiro 2009, que providencia a criação do Instituto Brasileiro de Museus. A Lei sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva é composta de vinte e um artigos. Quatro anos depois os dispositivos das leis do Ibram e do Estatuto Brasileiro de Museus foram regulamentados pelo Decreto 8.124/2013.

A criação do Instituto marca o reconhecimento da necessidade de uma instituição específica para o fomento e direcionamento das políticas museológicas, além de promover ações integradas entre museus brasileiros⁴. A criação do Ibram, aliado ao Estatuto, possibilitou a normatização e fiscalização do setor, além de gerir os vinte e oito museus do Demu/Iphan que passaram a ser administrados pela nova Autarquia. Esta passou a ser responsável, também, pelas relações dos museus com a sociedade e com os profissionais da área.

O Instituto, vinculado ao Ministério da Cultura, atua em sintonia com o Sistema Brasileiro de Museus, para “integração, articulação de museus brasileiros e a operacionalização de uma política de estímulos de forma a fortalecer o Sistema” (BRASIL, 2010, p. 36) e o Estatuto Brasileiro de Museus, no desenvolvimento de políticas no campo museal e ações em programas e projetos. O Instituto trouxe novos cenários para o campo museal brasileiro que possui mecanismos específicos e autônomos para gestão e fomento de políticas públicas específicas.

“O Ibram vai possibilitar a normatização do setor e assegurar a sua fiscalização para a preservação do patrimônio museológico, inovando no enfrentamento das questões relacionadas aos museus. Além disso, a expectativa é de que se promova ampliação da arrecadação pelos museus públicos, geração de empregos e renda, fomento do turismo cultural. ” (BRASIL, Política Nacional de Museus, 2010, p. 35)⁵

⁴ Informações retiradas do portal do IBRAM. Disponível em <http://www.museus.gov.br/acessoainformacao/o-ibram/> Acesso em 19 de Abril de 2017.

⁵ Esta publicação foi feita pelo Ibram e trata dos relatórios (2003-2010) da Política Nacional de Museus.

Os dispositivos da Lei 11.904 e 11.906 regulamentados pelo Decreto 8.124/2013, atuando em consonância com o marco regulatório do campo museal, conferem ao Ibram mecanismos de desenvolvimento para os museus de todo o país a corresponderem como tal. Primeiramente, pela própria definição de museu, e pelo estabelecimento de atividades que concernem à pesquisa, comunicação e preservação que precisam ser desenvolvidas para promoção do patrimônio museológico para a sociedade.

O Estatuto estabelece os procedimentos de criação de instituições museológicas, identifica suas funções e atribuições, e regula outras atividades específicas. Inclui, ainda, dispositivos que regulamentam uma aplicação uniforme entre os regimes de proteção ao patrimônio cultural, sem os quais não é possível tornar efetivas as mudanças propostas (TOLENTINO, 2007, p. 82).

A PNM em 2003, a aprovação do Estatuto de Museus e a criação do Ibram reiteraram a compreensão de que museus são dispositivos estratégicos de aprimoramento dos processos democráticos, de inclusão sociocultural, de educação e de desenvolvimento (GONÇALVES; BALLARDO, 2013, p. 69). Estas concepções não só fortaleceram o setor museal, em termos de políticas públicas, mas também a profissionalização do campo e a atuação do museólogo.

A Lei nº 11.904/2009 é considerada uma referência no cenário museal e museológico, por implementar políticas públicas no setor e pela definição mais ampla de museus e de suas funções. A Lei, ainda, formaliza a organização das instituições para que as atividades sejam cumpridas adequadamente. As disposições do Estatuto podem funcionar como parâmetro para a gestão de museus.

Segundo Fernandes (2013), os marcos do Estatuto são a definição mais ampla de museus, escrita no artigo 1º; os princípios fundamentais, no artigo 2º, que se relacionam com as áreas específicas do museu previstas no capítulo 2 da Lei; a função educativa do museu, nos artigos 28 a 30; o Plano Museológico, nos artigos 44 a 67; o Sistema Brasileiro de Museus, nos artigos 55 a 63; a gestão participativa, nos artigos 48 a 64 e o combate ao tráfico de bens musealizado, artigos 67 a 70. São itens que, basicamente, identificam os museus, orienta-os a se reorganizarem de acordo com suas funções básicas e sociais por meio de uma gestão integrada, que pode ser participativa com a sociedade civil e a participarem de uma rede complexa de gestão museal.

A Lei foi publicada em 14 de janeiro de 2009. É composta por setenta artigos em cinco capítulos. O artigo 1º traz a definição do que é museu.

“Art. 1º Consideram-se museus, para os efeitos desta Lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento”. (Lei 11.904/2009 do Estatuto Brasileiro de Museus)

Os incisos do artigo 2º traz as princípios básicos dos museus:

I – a valorização da dignidade humana;

II – a promoção da cidadania;

III – o cumprimento da função social;

IV – a valorização e preservação do patrimônio cultural e ambiental;

V – a universalidade do acesso, o respeito e a valorização à diversidade cultural;

VI – o intercâmbio institucional. ” (Idem)

O Regime Aplicável aos Museus, disposto no Estatuto, traz aspectos relevantes para a adaptação institucional e de atividades específicas, e possibilidades de o museu contar com a participação da sociedade civil na sua gestão. A determinação do plano museológico, como ferramenta de planejamento estratégico, pode ser um meio para guiar a adaptação dos museus, de acordo com o seu contexto e atividades atuais, em relação ao Estatuto. Neste documento constará a definição da missão e a função do museu, bem como, diagnóstico participativo, identificação dos espaços e do acervo salvaguardado, identificação do público que o museu se direciona, e o detalhamento dos doze programas museológicos.

O Regime traz, ainda, informações sobre a criação, fusão ou extinção da instituição, da elaboração de programas, planos e projetos com a participação do museólogo, de acordo com a Lei de Regulamentação da Profissão, a possibilidade de que o museu possa estimular a criação de Associações de Amigos e a participação de voluntariado, além da denominação de museus públicos e determinar o seu funcionamento.

Vale ressaltar as subseções I (Da Preservação, da Conservação, da Restauração e da Segurança), a II (Do Estudo, da Pesquisa e da Ação Educativa) e III (Da Difusão Cultural e do Acesso aos Museus), em que percebe-se a aplicação da teoria à prática e o diálogo mais diretamente com o tripé pesquisa, preservação e comunicação (ASSIS;LOPES, 2014, pg. 59), e a subseção IV (Dos acervos e dos Museus) trata sobre a necessidade de elaborar uma política de aquisição e descarte de acervos, a documentação, o inventário do acervo e registro do patrimônio cultural no inventário nacional de bens. Estas subseções orientarão o planejamento das partes específicas dos museus.

O cumprimento do Estatuto, dado o prazo de cinco anos para aplicação da Lei desde a sua vigência, e a presença do museólogo nos museus, de acordo com a lei de regulamentação da profissão (Lei 7.287/1984), passaram a ser monitorados pelo Ibram. O Cofem, também, contribui com esse monitoramento, por meio da Resolução nº03 de 2013, que instrui os COREM'S para o cumprimento do artigo 8º da Lei 11.904 que institui o Estatuto dos Museus, que a reitera a importância da presença de museólogo nas atividades dos museus.

Outro desdobramento da PNM foi o Plano Nacional Setorial de Museus (PNSM), elaborado em 2010 com vigência até 2020. O Ibram foi responsável pelo seu planejamento e pelo cumprimento da agenda até o ano referido.

“O plano aponta para a consolidação de uma política pública específica para o setor, a qual vem proporcionando uma profunda mudança no panorama museal do Brasil nos últimos anos. (...) tal instrumento torna-se especialmente estratégico no atual cenário da cultura brasileira, em que os museus vêm ganhando importância na vida cultural e social, sendo reconhecidos como agentes de transformação da sociedade e espaços de encontro e diálogo entre os mais diversos grupos sociais.” (BRASIL, PNM, 2010, p.08)

Segundo documento publicado pelo Ibram (2010), o PNSM organiza, estrutura e viabiliza as políticas públicas voltadas para o setor museal no país em longo prazo. O plano apresenta propostas e diretrizes para os nove eixos setoriais museais. São eles: gestão museal, preservação, aquisição e democratização de acervos, formação e capacitação, educação e ação social, modernização e segurança, Economia de Museus, Acessibilidade e sustentabilidade ambiental, Comunicação e Exposição, Pesquisa e Inovação. O plano é dividido em eixos estruturantes, no qual um deles é a Gestão e Institucionalidade da Cultura; e setoriais, que correspondem às tipologias de museus no país.

O eixo “Gestão e Institucionalidade” torna-se relevante para esta pesquisa, pois, uma de suas diretrizes é garantir a continuidade da Política Nacional de Museus e difundir e consolidar o Estatuto Brasileiro de Museus em estados e municípios do país.

Isto mostra o compromisso do Ibram na organização de suas políticas e planos para auxiliarem os museus a adequarem suas estruturas administrativas, de acordo com a regulamentação do setor. Principalmente, no que diz respeito à importância da elaboração e execução do plano museológico, conforme artigos 44, 45, 46 e 47 da referida Lei.

Desta maneira, proporciona aportes para que os museus reorganizem suas atividades de acordo com a legislação vigente. A gestão museológica, baseada nesta normatização do campo, é fundamental, pois, é por meio dela que se estabelecerão ações para alcançar os objetivos precisos para o cumprimento da Lei. Os gestores de museus devem estar atentos às legislações para suas atividades de planejamento, alocação de recursos, preparação da equipe e até mesmo acionar o Ibram, se necessário, para esclarecimentos e auxílio na reorganização da instituição.

Há uma motivação de natureza legal para que os museus adaptem suas atividades em prol da preservação e comunicação do patrimônio musealizado. Vale dizer que para isso ocorrer, é preciso levantar como os museus podem se aproximar cada vez mais do Estatuto, de acordo com as atividades que já desenvolvem.

O Estatuto se caracteriza como um importante documento para os museus, estabelecendo normativas básicas para o seu funcionamento e a proteção dos acervos (ASSIS; LOPES, 2014, p. 59). Além disso, como consta no Estatuto, a elaboração do plano museológico permite que os museus desenvolvam uma gestão integrada, pois é um instrumento de gestão para nortear as atividades dos museus brasileiros.

O Sistema Brasileiro de Museus, sendo um dos tópicos do Estatuto, foi anteriormente criado em 2004 em razão da aplicabilidade da PNM, e tem como funções básicas “a promoção da integração entre os museus, instituições afins e profissionais ligados ao setor, bem como a gestão integrada e o desenvolvimento das instituições, acervos e processos museológicos” (FERNANDES, 2013, p.03). De acordo com o último levantamento feito em 2011 pelo Ibram, publicado no Museus e números, volume 01, foram mapeados 3.025 museus, sendo que 1.500 responderam ao questionário do Cadastro Nacional de Museus. Acredita-se que,

atualmente, este número aumentou e o levantamento será atualizado na próxima edição.

A participação dos museus nos Sistemas de Museus regionais faz com que essa integração da gestão seja ainda maior com a rede de compartilhamento de informações.

A Lei 11.904/2009 confere novos paradigmas para o campo museal, trazendo diretrizes sobre como os museus brasileiros devem funcionar. Através da gestão, busca-se identificar requisitos básicos e formas organizacionais, de acordo com a Lei, para que o museu seja considerado como tal e cumpra com seus princípios básicos (Ferreira; Sagnés; Lizott, 2011, pg. 144). A busca de uma gestão integrada proporcionada pelo Estatuto reflete em parâmetros para o planejamento e organização de atividades para que os museus desempenhem suas funções.

Os museus precisam ter uma política de gestão eficaz para que consigam se adaptar, a partir do trabalho atualmente nas instituições e na identificação das necessidades que precisam atender, conforme a legislação. Torna-se preciso que reorganizem recursos e o apoio técnico suficientes para a aplicabilidade das normas.

A gestão museológica se refere à condução das ações administrativas e técnicas dos museus, e, por essa razão, está relacionada com a organização da instituição para que as suas atividades específicas sejam desenvolvidas de acordo com as demandas do referido Estatuto. Desta maneira, a gestão conduz os museus a atenderem seus propósitos sociais, por meio das atividades específicas de preservação, comunicação e pesquisa.

Nesse sentido, a gestão museológica compreende essencialmente as tarefas ligadas aos aspectos financeiros (contabilidade, controle de gestão, finanças) e jurídicos do museu, à segurança e manutenção da instituição, à organização da equipe de profissionais do museu, ao marketing, mas também aos processos estratégicos e de planejamento gerais das atividades do museu. (DESVALLÉES; FRANÇOIS; BRULON; CURY XAVIER, 2013, p. 47)

Para compreender como essas práticas funcionam no campo museal é necessário nos apropriarmos dos conceitos de gestão de museus, pois esta é a ferramenta necessária para que os museus se reconheçam e consigam cumprir suas diretrizes básicas enquanto espaços destinados à salvaguarda e preservação de memórias, e consequentemente, das identidades sociais. (COSTA; CARDOSO, 2013, p. 44).

Conhecer a natureza jurídica do museu é o passo inicial, pois se o museu funciona por meio da administração pública, suas atividades devem obedecer aos procedimentos e normas do órgão que fazem parte. Ainda assim, precisam desenvolver as práticas museológicas.

Para Gary Edson (2004), o princípio fundamental da gestão de museus é apoiar a organização destes, independentemente da complexidade da instituição, de maneira a alcançar resultados para que a missão possa ser realizada e articulada. Isto envolve a história do museu, suas coleções, a gestão de recursos financeiros e humanos, as instalações, o apoio das comunidades, legislações, todas as atividades museológicas desenvolvidas, questões ambientais e sociais para que se desenvolva uma gestão com métodos eficazes de trabalho.

Ainda segundo o autor, uma estrutura de gestão é necessária para a organicidade das áreas e da formação do pessoal, de forma a definir profissionais qualificados para atuação, o fluxo de trabalho e a relação entre os membros.

Geralmente, esta estrutura aflui para a presença das autoridades, do diretor ou gestor e do restante da equipe (técnica, administrativa e de serviços gerais), para que planejem e organizem suas atividades de acordo com o funcionamento dos museus.

Acrescento que, atualmente, com as definições do Plano Museológico especificadas pelo Estatuto, os componentes da estrutura de gestão devem refletir os doze programas museológicos. A escolha da equipe técnica deve compreender profissionais qualificados para o desempenho de atividades suficientes para que as ações dos programas sejam realizadas. A presença do museólogo na equipe técnica é primordial e consta no regime aplicável aos museus determinado pelo Estatuto. A contratação de museólogo proporciona o funcionamento mais adequado, tratamento qualificado do acervo e disseminação para o público (GONÇALVES; BALLARDO, 2013, pg. 65)

O diretor ou gestor é o responsável por tomar decisões e delega tarefas para a equipe. A gestão envolve a delegação de responsabilidades para cada setor e profissional do museu. O papel de líder também impulsiona os funcionários a alcançar as metas institucionais. (CÂNDIDO, 2014, p. 37).

Reunir toda a documentação institucional que o museu possui, geralmente elaborada durante o processo de criação, é importante para a estrutura da gestão,

além de ser um respaldo do museu. Entre os principais está o regimento interno e o estatuto social no caso de museus privados.

O estabelecimento da missão e o desenvolvimento das políticas do museu são fundamentais para uma gestão eficiente. A primeira é a identidade da instituição, trazendo informações sobre o acervo salvaguardado e a função do museu na sociedade, além de importante no embasamento para planejar as atividades. A segunda reflete as tomadas de decisão e ações necessárias nas áreas museológicas, de pesquisa, preservação e comunicação, para que se cumpra a missão. Considerar o que a figura do museu representa faz com que a equipe reconheça, trabalhe em prol do propósito desta instituição, além de avaliar se os métodos adotados atingiram os objetivos.

O processo de planejamento permite que os museus estabeleçam formas de captação de recursos suficientes, por meio de fontes de financiamento e fomento, para a realização de suas atividades.

“Um bom planejamento do museu deve ser uma atividade holística que leva em consideração uma grande perspectiva da história do museu, missão, acervo, pessoal, instalações, financiamento, apoio da comunidade, público, estatuto político, ameaças locais e regionais e outras potencialidades ambientais e sociais na tomada de decisões que guiarão o museu no futuro. Este processo de planejamento permite ao museu avaliar, redefinir e implementar a sua missão, programação e exposições e servir o público.”
(GARY, 2004, p.157)

De acordo com Cândido (2014), para a gestão de museus é necessário não só embasar-se em conhecimentos técnicos e científicos da área executados por outras instituições, mas também, dialogar com os conceitos do campo museológico, buscando caminhos apropriados para o planejamento e para as tomadas de decisão da instituição.

Para o planejamento torna-se necessário que não se “copie” modelos de outras instituições, mas que se olhe para a própria realidade e o que é possível fazer dentro dela. Para isto é necessário que se conheça não só a missão e os objetivos do museu, mas também, os espaços que o compõem, as delimitações e tipologia do acervo, a composição da equipe, e estrutura administrativa, e os recursos disponíveis para organização das atividades, aliando às abordagens museológicas e a comunicação com o público.

A autora defende que os museus sigam uma matriz de diagnóstico, que retrate a atual situação do museu e o que se espera dele. Desta forma, estabelece-

se prioridades para tomada de decisões no planejamento da instituição. Esta matriz proporciona ao museu conhecer suas capacidades e fragilidades para apontar o que é preciso ser feito para que funcione como tal, de acordo com o que a instituição pretende trabalhar dentro dos programas.

A avaliação proporcionada pelo diagnóstico é feita com base na situação atual do museu e onde se pretende chegar. Desta maneira, permite visualizar uma situação ideal, indicar soluções e possibilidades para começar o planejamento, visando suas metas e prioridades. Tudo isto pautado, principalmente, nos princípios norteadores do museu, além da missão, a visão, os objetivos estratégicos e específicos, na análise das técnicas e metodologias da Museologia e nas legislações pertinentes, como a Lei 11.904/2009. Daí a importância da equipe ter conhecimento museológico e das legislações, como o Estatuto, para readequar as metas dos setores. Os gestores devem estar atentos, não somente a área museal, mas também ao local em que os museus foram criados, para aliar essas informações na definição de políticas e condução de suas atividades.

“Tanto para diagnóstico (portanto avaliação já existente) como planejamento, há muitas leituras possíveis para cada um desses programas, a depender dos modelos de musealização, das tipologias de acervo, das inserções político-administrativas, da capacidade econômica, da disponibilidade de pessoal e de muitos outros fatores. (CÂNDIDO, 2014, pg. 54)

Para Stuart Davies (2001), o planejamento permite ter uma visão clara da instituição, para onde se quer ir e como chegar até onde se tem perspectiva. Isto é, ponderar o que o museu representa e o que deseja fazer pela sociedade, por meio da missão, da visão e dos propósitos estratégicos. Apoiado nisso, estabelecer objetivos em um prazo específico para se alcançar, e definir meios para cumprir o que foi estabelecido.

A estrutura do Plano diretor, modelo estudado pelo autor, tem estruturas semelhantes às do Plano Museológico estabelecido pelo Estatuto. É constituído, basicamente, por seis tópicos:

1. Definição da missão, como apresentada anteriormente, é o que o museu representa, a finalidade, valores, metas, estratégia e o público alvo de uma instituição;
2. Diagnóstico participativo, investigar todos os aspectos, que envolvem o museu, as áreas que este trabalha. Assim, traça-se o retrato da instituição,

identificando os problemas que devem ser solucionados e as prioridades que devem ser consideradas. Quanto maior número de pessoas participando, mais aspectos serão identificados. Um método de avaliação de diagnóstico, diferente do que é apresentado por Cândido (2014), mas muito usado pelos museus brasileiros, é a Análise SWOT (*Streght, Weakness, Oportunity ans Threafths*). Esta é capaz de indicar os pontos fracos, os pontos fortes, ameaças e oportunidades de todo o museu e oferecer informações para avaliar o que é possível fazer dentro deste contexto. O diagnóstico deve ser feito depois de um período de tempo.

3. Metas estratégicas, que devem ser feitas depois do diagnóstico e estar relacionadas à missão. São metas amplas a serem alcançadas num período longo de tempo e, geralmente, refletem as atividades específicas do museu.
4. Objetivos atuais, feitos a partir das metas estratégicas com aplicabilidade em prazo menor de tempo. Devem ser específicos e mensuráveis.
5. Indicadores de desempenho, monitoram a implementação do planejamento. Apontam se as metas e os objetivos estão alcançando resultados esperados, respaldados na missão. Cada museu deve elaborar os indicadores de acordo com o seu direcionamento. A avaliação do plano é importante para considerar mudança ou continuidade de estratégias.
6. Apêndices, caso seja necessário incluir documentação institucional ou legal. Nesta parte pode conter estatuto social, regimento interno, código de ética do museu e lei de criação, por exemplo.

Portanto, o plano deve reunir fatores que importam ao museu em longo prazo, deve integrar todas as atividades do museu, ser sintético e contar com a participação da equipe ou de consultores contratados.

A elaboração do Plano Museológico é uma exigência do Estatuto, pois o mencionado plano funciona como instrumento de gestão para direcionar as atividades do museu. A formulação do Plano Museológico deve ser conduzida por um museólogo e contar com a colaboração da equipe do museu.

“(...) Esse instrumento pretendido como mecanismo de gestão integrada deve ser construído para possibilitar a inserção dos espaços museológicos em um cenário de constantes mudanças sociopolíticas no qual os museus podem desempenhar um papel ativo, além de cumprirem suas funções clássicas enquanto espaços de memória”. (ASSIS; LOPES, 2014, p. 61)

O Plano Museológico não deve ser encarado somente como uma exigência da Lei e que sua ausência acarreta em penalidades. É um instrumento de gestão que auxilia na complexidade da gestão de museus, a partir de sua execução, no direcionamento de atividades. É um modo de planejamento que coloca em prática os regulamentos do Estatuto.

No referido Plano, constará o diagnóstico participativo, identificação dos espaços e patrimônio salvaguardado nos museus, definição da missão, visão, sendo uma situação na qual se pretende estar, objetivos estratégicos e específicos, os doze programas museológicos estabelecidos pelo Estatuto, índices de desempenho e apêndices

Segundo o Decreto 8.124 (2013) e Almeida (2013), os parâmetros do Estatuto para o Plano Museológico orientam para elaboração dos doze programas a seguir:

1. Programa Institucional – deverá conter padrões de atuação da instituição, considerando tanto a gestão pública, quanto técnica e administrativa. Deve constar os princípios de gestão nos estatutos, regimentos internos, programas de trabalho, dentre outros documentos legais;
2. Programa de Financiamento e Fomento – planejamento de estratégias voltadas para captação, aplicação e gerenciamento dos recursos provenientes de diversas fontes;
3. Programa de Gestão de Pessoas – visa ações para valorização, capacitação, ética e garantia dos direitos dos profissionais.
4. Programa de Segurança – planejamento de ações para segurança em todos os aspectos do museu, edificação, público, acervo, funcionários;
5. Programa de Acervos – planejamento de ações voltadas para a salvaguarda do acervo, aquisição, documentação e preservação de bens musealizados sob a guarda do museu, em longo prazo ou temporariamente;
6. Programa de Comunicação – visa ações direcionadas à difusão dos projetos do museu, bem como da imagem institucional;
7. Programa de Exposições – voltado para a concepção e planejamento de exposições em longo prazo, temporárias ou itinerantes;
8. Programa Educativo e Cultural – planejamento de ações educativas e culturais para trabalhar a aspectos pedagógicos dos museus, possibilitando que o museu atue diretamente com as comunidades e estreite suas relações com estas.

9. Programa de Pesquisa – Ações voltadas para produção de informações a partir do acervo, bem como, investigação para o aprimoramento das atividades da instituição, específicas, administrativas ou gerais;
10. Programa Arquitetônico-urbanístico – Trata-se de ações para manutenção e adequação de edifícios e espaços livres dos museus.

Dois programas museológicos foram adicionados depois da vigência da Lei, o primeiro, por meio do Decreto 8.124/2013, denominado “Socioambiental” e o segundo, “Acessibilidade para todas as pessoas”, por meio da Lei nº 13.146, de 2015.

11. Socioambiental - abrange um conjunto de ações articuladas, comprometidas com o meio ambiente e áreas sociais, que promovam o desenvolvimento dos museus e de suas atividades, a partir da incorporação de princípios e critérios de gestão ambiental;
- 12) Acessibilidade para todas as pessoas – ações que adequem os museus à recepção e acolhimento de diversos públicos. Promove acesso universal. (Informação retirada do site do Instituto Brasileiro de Museus, e do Decreto 8.124 de 2013, em 01 de maio de 2017)

Para fins estatísticos, foi descrito a seguir o número de museus que de 2009 a 2011 se aproximaram da Lei 11.904, com apresentação do regimento interno definido, do registro de acervos e da implementação do plano museológico.

O Cadastro Nacional de Museus (2011) mostra os dados relevantes para o Estatuto e para a gestão museal. As informações mostram que 37,4% dos museus cadastrados possuem regimento interno. Ainda, pela categoria de natureza administrativa dos museus, estima-se que 43,9% dos museus federais cadastrados têm regimento, assim como, 43,9% dos museus estaduais; 31,7% dos museus municipais; 41,7% dos museus privados, e 30,8% de museus de outra natureza.

Os museus cadastrados que possuem plano museológico totalizam 27,6%, estima-se que 61,4% dos museus federais cadastrados têm o referido plano, assim como, 41,2% dos museus estaduais; 23,5% dos museus municipais; 36,6% dos museus privados e 34,4% de museus de outra natureza. Dado complementar é que 20,1% dos museus cadastrados têm Associação de Amigos.

Os museus cadastrados que registraram seu acervo totalizam 78,7%, e de museus que fizeram o tombamento, totalizam 10,1%. De todo os museus federais

cadastrados, 34,2% têm o acervo tombado, assim como, 27,9% dos museus estaduais e 25,0% dos museus municipais.

A gestão museológica é todo o processo que envolve uma visão clara do museu, baseado na missão, visão, objetivos estratégicos e específicos, examinar suas condições atuais e estabelecer metas e prioridades, formular planejamentos e programas museológicos, para que seja possível alcançar os objetivos, acompanhar todas as atividades estipuladas e avaliar o que está sendo feito e o que é preciso para melhorar o desempenho da instituição.

. Não se refere diretamente às atividades específicas dos museus, mas oferece aporte suficiente para que elas sejam realizadas. Os parâmetros estabelecidos pelo Estatuto, em razão de uma configuração do campo de gestão museal, principalmente os que estão presentes no capítulo II, refletem na adaptação (relacionando as atividades que o museu desenvolve e o que precisa ser feito em de acordo com a Lei) ou reestruturação dos museus para possam atender a sua função social por meio de administração eficiente e eficaz.

Baseado na Lei 11.904/2009 e nos conceitos trabalhados nesta pesquisa, busca-se analisar a gestão do Memorial dos Povos Indígenas em Brasília entre 2016 e 2017.

2 CAPÍTULO 02: A GESTÃO DO MEMORIAL DOS POVOS INDÍGENAS EM BRASÍLIA

O presente capítulo tem por objetivo descrever a situação da gestão do Memorial dos Povos Indígenas em Brasília entre 2016 e 2017. A análise iniciou em setembro de 2016 e neste momento o plano museológico já estava sendo elaborado. A pesquisa foi feita com base nas entrevistas concedidas pelo diretor Álvaro Tukano, por Wellington Gomes da Silva, um dos servidores do setor administrativo do Memorial e por Zenildo Alves de Sousa Júnior um dos servidores da equipe da Subsecretaria do Patrimônio Cultural (SUPAC). Foi consultado também o Plano Museológico, em fase de elaboração, cedido pela mesma equipe da SUPAC, órgão da Secretaria de Estado de Cultural do Distrito Federal (SECULT/DF).

O capítulo está dividido em tópicos, o primeiro se trata do contexto histórico do Memorial, pois resgatarmos informações sobre a concepção e os objetivos de criação do MPI torna-se relevante para analisar o desdobramento do contexto histórico nas atividades atuais de gestão. A partir daí os seguintes tópicos serão abordados: Edifício do Memorial, Estrutura Organizacional, Planejamento de atividades e recursos que se desdobra em Acervo, Exposição, Ações educativas e culturais, e Divulgação e, por último, Elaboração do Plano Museológico do MPI.

2.1 MEMORIAL DOS POVOS INDÍGENAS EM BRASÍLIA

O Memorial dos Povos Indígenas foi idealizado pelo antropólogo Darcy Ribeiro, como reconhecimento pela contribuição indígena para a cultura brasileira ao longo do tempo, e ainda com o objetivo de destacar a criatividade destes povos, intrínsecas em suas manifestações culturais.

O Memorial foi projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer, e construído em 1987 no Eixo Monumental, próximo ao Palácio do Buriti, num terreno doado pela Companhia Imobiliária de Brasília, atual Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal (TERRACAP), e sua construção foi financiada pela Fundação Banco do Brasil. A arquitetura do Memorial foi inspirada na taba (maloca) tradicional da comunidade indígena Yanomani, o que confere o caráter vanguardista da obra. De acordo com o documento do Plano Museológico, cedido pela SUPAC, “É um espaço

concebido para mostrar ao Brasil e ao mundo que as culturas indígenas permaneceram vivas e têm muito a ensinar sobre arte, sociedade e preservação do meio ambiente (DISTRITO FEDERAL, 2016)". As características arquitetônicas presentes no edifício chamaram a atenção de muitos interessados sobre as destinações da obra construída.

Segundo Severino (2007), o governador da época, José Aparecido de Oliveira, a princípio, apoiou o projeto do Memorial dos Povos Indígenas. Contudo, decidiu dar outra destinação ao edifício, alegando que este se adequaria melhor como o Museu de Arte Moderna de Brasília.

"O prédio é muito bonito para ser Museu do Índio', teria dito o então governador do Distrito Federal, que decidiu transformar o espaço em Museu de Arte Moderna de Brasília, conforme registram os jornais da época. A fala do então governador do Distrito Federal funcionou como uma declaração de guerra para os índios." (SEVERINO, 2007, p.22)

As comunidades indígenas, que apoiaram a proposta inicial do Memorial, se manifestaram contra a decisão do governador, declarando "guerra pacífica", por meio de rituais simbólicos em torno do edifício, tendo apoio de intelectuais e artistas. O projeto do governador não vingou e estes acontecimentos resultaram no adiamento de sua inauguração.

Em 1989, a gestão do Memorial foi transferida para a esfera federal. O presidente à época, Fernando Collor de Melo, continuou o projeto de transformá-lo em Museu de Arte Moderna de Brasília, o que o levou a disponibilizar aquele espaço para a exposição do Venezuelano Armando Reverón, um artista plástico latino-americano renomado. Na noite de inauguração, as obras do artista Venezuelano foram degradadas, em razão de densas goteiras no edifício causadas por uma forte chuva no dia. Segundo Severino Francisco (2007), muitos acreditaram que o acidente desta exposição, se deu em razão dos rituais simbólicos e pajelanças indígenas das manifestações em prol do Memorial.

Em 1992, o Secretário da Presidência da República, Otto Agripino Maia, anunciava o novo plano do presidente para transformar o edifício em Museu de Arte Contemporânea, mas essa tentativa também não vingou. O prédio permaneceu desativado por razões administrativas. No mesmo ano, ainda ocorreriam manifestações voltadas à retomada do prédio para a questão indígena. Os representantes de algumas comunidades indígenas presentes neste movimento

propuseram a transformação do Memorial em Centro de Cultura Indígena e Ambiental.

No decorrer de 1994, outras ideias para ocupação do espaço foram apresentadas, inclusive, para ser a Câmara Legislativa do Distrito Federal. Todavia, essa proposta não foi bem-sucedida em razão das condições estruturais do edifício. No mesmo ano, o Museu de Brasília, criado à época, foi destinado ao edifício do Memorial, no qual foi instalado por três meses.

Segundo Secretaria de Cultura do Distrito Federal (2016), em 1995, o prédio foi devolvido à administração distrital por meio da articulação do Governador na época, Cristovam Buarque, da Secretária de Cultura do Distrito Federal, Maria Duarte, e da diretora do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Cultural, Ana Lúcia Pompeu. Foram iniciadas as obras de recuperação do espaço como local da cultura indígena. Os objetivos iniciais do projeto idealizado por Darcy Ribeiro e da construção do edifício projetado por Niemeyer foram cumpridos.

“O reestabelecimento do edifício como Memorial dos Povos Indígenas, foi motivo de comemoração por parte da comunidade indígena, que desde o princípio, esteve presente na reivindicação do espaço. Em 19 de Abril daquele ano, Dia do Índio, os representantes das comunidades Karajá, Kuikuro, Terena e Xavante realizaram cerimônias especiais e Darcy Ribeiro, um dos maiores defensores e idealizadores da causa indígena, estava presente”. (Plano Museológico do MPI, 2016, p.10).

Nesta ocasião, Darcy Ribeiro, Berta Ribeiro e Eduardo Galvão doaram para o Memorial, uma coleção de, aproximadamente, 368 objetos indígenas coletados durante a década de 1950, durante mais de quarenta anos de pesquisa etnográfica feitas em diversas comunidades indígenas no interior do Brasil.

Entretanto, somente em 1999, no governo de Joaquim Roriz, o espaço passou a funcionar efetivamente, no momento em que cinquenta e cinco índios do Alto Xingu, liderados pelo chefe Aritana Yawalapiti e outros chefes indígenas realizaram rituais de comemoração e de reabertura do prédio destinado ao Memorial dos Povos Indígenas.

Podemos observar então, que entre 1987 e 1999 a destinação do prédio passou por muitas articulações políticas, pois as características arquitetônicas desenvolvidas por Niemeyer despertaram interesse por parte das autoridades, em transformar o edifício, em outros espaços, como mencionado. Contudo, estas propostas não foram bem-sucedidas, o que resultou no fechamento do prédio por

vários anos. Quando em 1999, foi estabelecido o Memorial dos Povos Indígenas em Brasília, que passou a funcionar continuamente.

Segundo informações do site da Secult/DF (2017), no dia 19 de abril de 2000, o governador Joaquim Roriz honrou o Chefe Aritana com a Grã-Cruz da Ordem do Mérito, a mais alta condecoração concedida pelo Governo do Distrito Federal, em reconhecimento pelas suas atuações como líder indígena e ao seu desempenho na abertura e funcionamento do Memorial. Este acontecimento reforçou as ações do Governo do Distrito Federal e da liderança indígena em cooperar para manter o espaço em atividade.

Atualmente, o Memorial dos Povos Indígenas (MPI) é subordinado à Secretaria de Estado da Cultura do Distrito Federal. A proposta principal do Memorial é mostrar a diversidade e a riqueza da cultura indígena de forma viva e dinâmica para os visitantes (DISTRITO FEDERAL, 2016). Um dos pontos que se destaca é a participação indígena em sua gestão, sendo o atual diretor o índio Álvaro Tukano.

Na trajetória de gestão do Memorial, o cargo da direção foi ocupado por Marcos Terena, pertencente à etnia Xané, e por Maria Helena, do povo Paraçu. Atualmente, o cargo de Diretor é ocupado por Álvaro Tukano, da nação Tukano do Alto do Rio Negro, que entrou no Memorial entre 2014 e 2015. Para ele, o Memorial é um local de representação dos povos indígenas, mas também, de discussão dos seus direitos:

“Esse museu é público é do Governo do Distrito Federal. É um dos museus que trata da questão indígena no Brasil. É importante por estar na capital e, por isso, temos recebido muitos índios que vem à Brasília para defender seus direitos... homens e mulheres...a luta precisa de aliados, então, vem muitos turistas do Brasil inteiro e de outros países pra saber como é que está a situação indígena no país.” (Álvaro Tukano, 2016, pg. 01).

Ao longo dos anos, o Memorial recebeu várias doações de objetos, aumentando a diversidade do acervo, totalizando cerca de mil peças, bem como, produziu cada vez mais eventos educativos e culturais voltados para o público sobre as questões indígenas e com a participação de representantes dessas comunidades:

“Graças a outras doações desde então, o acervo conta atualmente com mais de mil peças originais de arte indígena, produzidas ao longo do século XX. O MPI também é único no panorama dos museus de Brasília e da gestão dos direitos indígenas por se configurar como polo de expressão

cultural, uma vez que recebe celebrações e eventos organizados e protagonizados pelos próprios índios. (DISTRITO FEDERAL, 2016, p.08).

No Memorial são organizadas exposições de longa duração e temporárias, sendo disponibilizados aos visitantes informativos sobre o acervo; ocorrem eventos relacionados à cultura e sociabilidade dos povos indígenas; são elaborados programas educacionais para o público, que “abarcam atividades interativas com o viés da vivacidade indígena – performances no pátio central e exposições itinerantes” (SEVERINO, 2007, p.103). Para o Dia do Índio, comemorado no dia 19 de abril, são elaboradas programações especiais, com uma semana de atividades variadas, exposições temáticas, palestras, debates e apresentações.

2.2 EDIFÍCIO DO MEMORIAL

Em relação ao conjunto arquitetônico, projetado por Oscar Niemeyer e construído em 1987, a arquitetura resguarda características inovadoras da arquitetura moderna, dando lugar às curvas arredondadas inspiradas na maloca da comunidade Yanomani. O espaço tem área construída de 2.984,08m⁶. O edifício foi tombado em 2007 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), em ocasião do centenário de Niemeyer.

Segundo a Secretaria de Cultura (2016), o prédio construído em concreto maciço *in loco*, identifica-se pelo formato circular, com setenta metros de diâmetro, pela rampa sinuosa e angulosa na entrada, estrutura espiralada na parte interna e na fachada externa, onde foram pintadas, recentemente, figuras características de grafismos das comunidades Yawalapiti e Kamaiurá, na ocasião do evento “MOITARÁ – Programa de Trocas Culturais”, realizado em 2016.

⁶ DISTRITO FEDERAL. Memorial dos Povos Indígenas em Brasília. Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal. Disponível em: <http://www.cultura.df.gov.br/nossa-cultura/museus/memorial-dos-povos-indigenas.html>. Acesso em 16 de Nov de 2016.

Figura 1- Fachada do Memorial dos Povos Indígenas



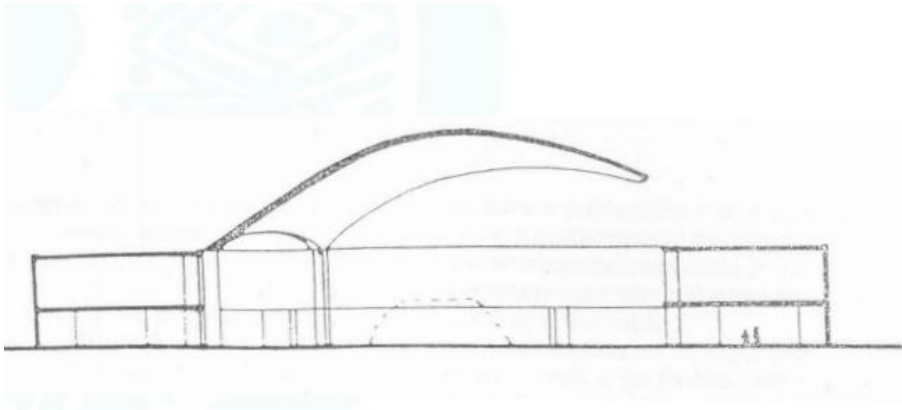
Fonte: Fotografia tirada pela autora (2016).

A parte interna é dividida em dois pavimentos, primeiro andar e térreo, seguindo a estrutura espiralada do edifício. No primeiro, há espaços abertos, concebidos para exposições de longa duração e temporárias. Além do hall de entrada, para acolhimento dos visitantes, o local é envolvido por uma cortina de vidro que o separa da área central do Memorial. O pavimento térreo foi concebido para reserva técnica, o laboratório, a biblioteca e para outros espaços. No centro do edifício, há uma arena, com areia e ornamentada com um jardim, sobre a qual há uma grande calota.

Hoje, o primeiro pavimento é ocupado pelo hall de entrada, galeria de exposições e a sala do diretor. O pavimento térreo ocupado pela sala da administração, pela sala dos funcionários, pelo depósito de materiais, pela reserva técnica, pelo laboratório de conservação e restauro, além dos banheiros, da copa e de um espaço de convivência de frente à arena central.

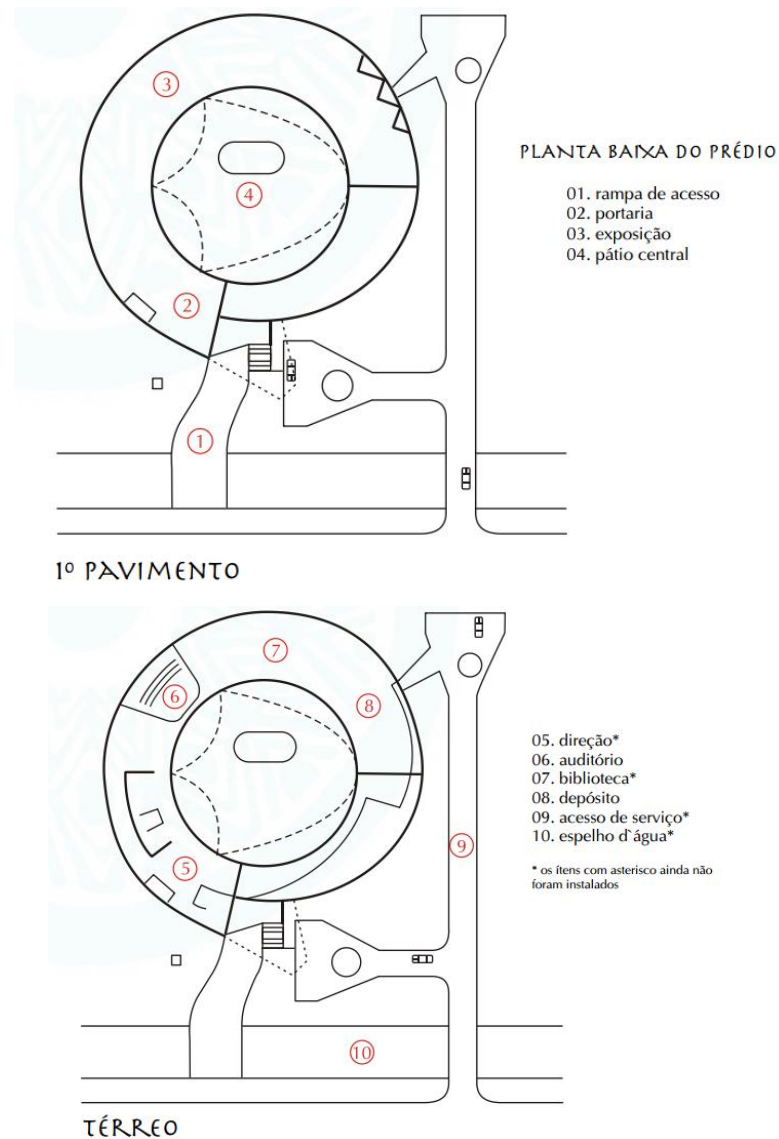
Na parte térrea do prédio há uma porta anti-pânico para saída de emergência, que é usada para entrada e saída de visitantes com problemas de acessibilidade. Contudo, estas pessoas entram pela galeria de exposições pelo lado contrário de onde, geralmente, a exposição é iniciada. Ou seja, à primeira vista, teriam uma visão diferente do que foi pensada pelo curador.

Figura 2 - Croqui do MPI



Fonte: Memorial dos Povos Indígenas: maloca moderna. Brasília.2007.

Figura 3 - Planta baixa do prédio



Fonte: Memorial dos Povos Indígenas: maloca moderna. Brasília, 2007.

Figura 4 - Pátio Interno do MPI



Fonte: fotografia tirada pela autora (2016).

No diagnóstico do Plano Museológico do Memorial constam patologias, defeitos mecânicos no prédio provenientes das inadequações projetuais do conjunto arquitetônico e da falta de manutenção frequente. Esses fatores refletem em todos os setores do museu, inclusive nas atividades museológicas, pois podem oferecer riscos à preservação do acervo. Identificar esses aspectos contribui para a melhoria da gestão do Memorial e, conseqüentemente, do planejamento de ações para solucionar os problemas relacionados ao conjunto do edifício.

Devido à projeção do prédio com ventilações naturais, bem como a incidência de luz na exposição dos objetos na galeria, não há como implantar um sistema de climatização no espaço. O que pode comprometer o conforto ambiental dos visitantes e funcionários do Memorial e a integridade do acervo:

“Porque o prédio, de um lado, tem umas frestas enormes que, quando há chuva de vento, entra água dentro do espaço expositivo. A gente tem até que pensar, por enquanto, a gente está pensando na exposição com um desfalque de três metros da parede pra poder proteger da chuva, né. E outra situação é os vidros, né. O outro lado do prédio, o lado interno, e todo de vidro né, e entra muito sol em determinada hora da tarde. Tem uma parte da galeria que não pode colocar peça, senão... porque o sol bate muito forte, né. E pra água a gente tá pensando em fazer um bloqueio pra chuva né, bem discreto... que está até sendo pensado por um arquiteto da Secretaria. E para proteger do sol, a gente tá pensando na película da...

agora está vendo a situação do grau de proteção da película, porque ela não pode ser muito escura, porque o projeto não permite”. (Wellington Gomes da Silva, 2016)

A reserva técnica é atingida por fatores semelhantes aos que comprometem a galeria, pois não há sistema de climatização, nem de controle de iluminação apropriados por ter janelas abertas no ambiente. As condições climáticas de temperatura e umidade são inadequadas à conservação dos objetos acondicionados. Apesar dessas circunstâncias, há um aparelho de marcação de umidade e temperatura que é manuseado pelo restaurador do Memorial.

No quesito segurança do acervo no edifício, há equipamentos básicos, como extintores de incêndio, alarmes, saídas de emergência e câmeras de monitoramento 24 horas.

De acordo com as previsões orçamentárias do Plano Plurianual, a reforma do edifício do Memorial está prevista para ser realizada no período de 2016 a 2019. A equipe do Memorial informou que este ano iniciou a reforma com a troca de películas da cortina de vidro. O projeto da reserva técnica foi elaborado por um arquiteto da SUPAC, e os relatórios enviados pela equipe do MPI contribuíram para identificar as necessidades do local de salvaguarda do acervo.

Em relação aos espaços de convívio, na ocasião da mesma visita mencionada, os servidores do setor administrativo informaram que há um espaço improvisado destinado aos funcionários. É permitido usufruir do espaço de convivência próxima à arena, quando não há preparação deste para eventos do MPI.

2.3 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A Coordenação de Museu e Patrimônio da Subsecretaria do Patrimônio Cultural (SUPAC)⁷ é responsável pela gestão dos museus do Distrito Federal, e, portanto, a equipe atuante nestes locais é de servidores do quadro. Além dos servidores da SUPAC, há o diretor ou gerente e a equipe administrativa que atua diretamente nos museus, como é o caso do Memorial dos Povos Indígenas.

⁷ Esta nomenclatura foi encontrada na Portaria nº 154, de 26 de maio de 2017. **Diário Oficial do Distrito Federal** 101 de 29 de maio de 2017. Brasília, DF.

De acordo com regimento interno da Secult/DF (2010), cada museu do GDF possui uma gerência (atualmente a nomenclatura é Diretor) para direcionar as atividades administrativas da instituição. As competências das gerências, de acordo com o artigo 37 do regimento, que incluem as do MPI, são:

“I - planejar, coordenar e executar as atividades desenvolvidas nos Museus e Memorial, em conformidade com as normas e diretrizes constantes no plano Setorial de Cultura; II - desenvolver atividades relativas ao processamento técnico, execução, divulgação, preservação, conservação e restauração dos acervos; III - promover o aperfeiçoamento dos recursos humanos em conservação e restauração do acervo; IV - promover e incentivar a elaboração e execução de projetos, exposições, seminários, cursos e programas de intercâmbio cultural e artístico com outros museus; V - emitir pronunciamento no âmbito de sua competência; e VI - executar outras atividades que lhe forem atribuídas na sua área de atuação.” (DISTRITO FEDERAL, DODF, Nº 236, 2010)

Atualmente, o regimento interno está passando por uma reformulação e neste novo documento constam novas atribuições da referida Coordenação e a troca da nomenclatura de gerentes para diretores dos museus do GDF. A equipe da SUPAC informou que as alterações constarão em Diário Oficial do Distrito Federal, e no organograma que será publicado no site da Secult/DF.

O cargo da gerência do MPI (cargo de diretor) é ocupado por Álvaro Tukano, líder Tukano do Alto do Rio Negro, o que representa a participação indígena no direcionamento das atividades do Memorial, específicas ou administrativas. O enquadramento do Memorial é baseado, principalmente, na Lei Orgânica do Distrito Federal 840 que “institui o regime jurídico dos servidores públicos civis da administração direta, autárquica e fundacional e dos órgãos relativamente autônomos do Distrito Federal” (DISTRITO FEDERAL, 2011).

De acordo com a Secretaria de Cultura (2016), a atuação de Tukano permite que o Memorial seja um local de produção e disseminação de conhecimentos e expressões de diversas comunidades indígenas.

Desta maneira, a equipe é motivada a realizar as atividades museológicas sob esses objetivos, para que diversos públicos, principalmente os próprios indígenas, tenham acesso ao conteúdo trabalhado e dialoguem sobre ele. Segue o relato de Wellington Gomes da Silva, um dos servidores administrativos que atua diretamente no MPI.

“O Álvaro, que é o Diretor atual, ele é bem articulado, ele trás bastantes lideranças indígenas pra cá. Ele desenvolve atividades, além da exposição, que tem na galeria, ele desenvolve atividades diversas, ele vem trabalhando

sempre... Ele está transformando o memorial em embaixada dos povos indígenas, onde é discutido várias questões dos povos indígenas do Brasil inteiro. Vem lideranças indígenas de todo o Brasil, e aqui, acaba sendo um local de encontro dessas discussões”. (Wellington Gomes da Silva, 2016).

A equipe administrativa é constituída por oito servidores da Secult/DF, com formação predominante nas áreas de História e de Administração Pública (sendo dois gestores de políticas públicas) e um na área de Restauração de Acervos, atuando em várias frentes do Memorial, inclusive nas atividades museológicas, pois não há equipe técnica especializada para atuar neste setor, como museólogos. Há, também, os serviços terceirizados de dois vigilantes e de dois funcionários de limpeza. O Diretor relata a necessidade de destinar mais um servidor ao quadro para atuar num cargo de confiança:

“Estou aqui como um índio isolado, o Diretor do Museu. Há mais de um ano que eu tenho pedido uma segunda pessoa para ser contratada, que seria um cargo de confiança, não pude ser atendido porque não tinha grana.” (Álvaro Tukano, 2016, pg. 05)

A equipe do MPI possui autonomia para estabelecer as prioridades do Memorial, assim, elabora planejamentos das atividades específicas, cronograma de ações, que comunicam à SUPAC, por meio de relatório.

2.4 PLANEJAMENTO DE ATIVIDADES E RECURSOS

As ações são planejadas pela equipe do Memorial, que por sua vez, solicita autorização da Coordenação de Museu e Patrimônio da Subsecretaria do Patrimônio Cultural (SUPAC), para executar as atividades de acordo com cronogramas por meio de programas e grupos de trabalho.

Esta comunicação funciona através do envio periódico de relatórios à SUPAC contendo metas a serem alcançadas anualmente, ou atividades que foram realizadas durante os semestres. A partir daí esta mesma Coordenação autoriza o planejamento feito pelo MPI ou elabora planos e projetos com a equipe da SUPAC para implementar no Memorial.

As atividades relacionadas ao acervo e com o público abarcam a exposição, preservação e ações educativas e culturais. A equipe se reúne com o Diretor para discutir as demandas do Memorial e estabelecem as prioridades de cada área. Apesar do interesse em elaborar ações para o museu continuar em movimento sob

a liderança de Tukano, não há planejamentos bem definidos na parte museológica, um exemplo relatado pelo funcionário do MPI diz respeito ao setor de exposições:

“[...]a gente chama o pessoal com sensibilidade pra ajudar a distribuir as peças de determinada maneira, mas não tem um programa bem elaborado pra gente casar. [...] Não tem esse planejamento e bate na questão da legislação de museus, né, que tem que ter museólogo pra montar a exposição’. (Wellington Gomes da Silva, 2016).

A Coordenação é responsável por atender às demandas de recursos para realização das atividades do Memorial. Este não recebe verba diretamente, mas sim, recursos de mão de obra e equipamentos. Mas, se a Coordenação não dispuser desses recursos, a equipe é autorizada a realizar as atividades “por conta própria”, sem o apoio financeiro da SUPAC. Nesses casos, há a comunicação à Coordenação do que será feito.

Assim, o diretor se mobiliza para buscar outras fontes de apoio para realizar as atividades propostas para o Memorial.

“Mas outros movimentos grandes têm tido apoio do Ministério da Cultura, da pessoa do Juca Ferreira... O Francisco Bosco, do IPHAN, eu tenho amigos, nós temos amigos que nos possibilitam chegar até aqui. E nós temos feito movimentos diferentes como lançamento de livros, de filmes, trazemos aqui, curandeiros e curandeiras, e o povo tem gostado muito.” (Diretor Álvaro Tukano, 2016).

O Diretor tem relação política com outras instâncias do Governo, como o Ministério da Cultura (MinC) e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), e conta com o apoio destas instâncias para destinação de recursos, principalmente, para as atividades educativas e culturais.

2.5 ACERVO

O acervo foi constituído, inicialmente, em 1995, com as doações dos antropólogos Darcy e Berta Ribeiro, e Eduardo Galvão, de obras de arte e objetos coletados de comunidades indígenas no Brasil, na segunda metade do século XX. Este acervo caracteriza a coleção “Galvão-Ribeiro”.

Segundo a Secretaria de Cultura (2016), as coleções doadas abarcam cerca de 368 objetos, e foram complementadas ao longo dos anos por outras doações recebidas no Memorial, totalizando aproximadamente mil objetos no acervo que é composto primordialmente por objetos do cotidiano das comunidades como: de caça e de pesca; objetos de olaria para diversas funções que variam do armazenamento,

preparo de alimentos e outros usos do cotidiano; peças do vestuário; mobília, equipamentos de guerra; objetos ritualísticos; instrumentos musicais; cestarias; plumárias, bem como, outros artesanatos indígenas.

Somente os objetos da coleção doada inicialmente ao MPI foram documentados, não foi informado o motivo, acredita-se que foi feito dessa maneira porque muitos destes objetos fazem parte da exposição de longa duração. Alguns destes objetos são tratados à medida que os estados de conservação se agravam, devido aos fatores ambientais que comprometem a integridade do acervo, como a climatização inadequada das salas do edifício. Os objetos que não estão em exposição, são armazenados na reserva técnica.

Os técnicos da área de conservação da Diretoria de Preservação do Patrimônio da SUPAC costumam ir ao Memorial para supervisionar o tratamento de objetos com casos muito agravados de deterioração.

“Aí, eventualmente, quando eles têm oportunidade... que tá presente aqui representantes da gerência de conservação e restauro, que é o órgão subordinado à Secretaria de Cultura, mas que não está diretamente ligado ao Memorial, porque ela cuida dos outros próprios da Secretaria de Cultura, aí eles têm a oportunidade de presenciar situações de manutenção, conservação e restauro de peças bem específicas, né. Porque dentro da restauração, essa questão de plumária, de cestaria, é uma coisa que eles não têm tanto contato, não tem tanta oportunidade de lidar com esse tipo de suporte.” (Wellington Gomes da Silva 2016)

O diretor Álvaro Tukano relata o número insuficiente de técnicos e de apoio financeiro para realizar as atividades de conservação dos objetos.

“Estou sem técnico. O técnico que tinha aqui é o Beto, o Beto é o técnico pra muitos museus. Ele é indivisível, então, não consegue fazer sua tarefa. Mas, ele está aqui comigo, com um espaço inadequado, a umidade, o mesmo calor. Nós não temos tido apoio financeiro pra proteger as peças, tecnicamente. Esse museu não tem apoio técnico”. (Diretor Álvaro Tukano, 2016).

A catalogação existente compreende somente as coleções doadas por Darcy Ribeiro, Berta Ribeiro e Eduardo Galvão, que são as mais antigas. As fichas catalográficas foram feitas no *software Word*, reunindo uma espécie de inventário dos objetos, acompanhado dos termos de doação. Muitos objetos receberam marcação de acordo com número de registro.

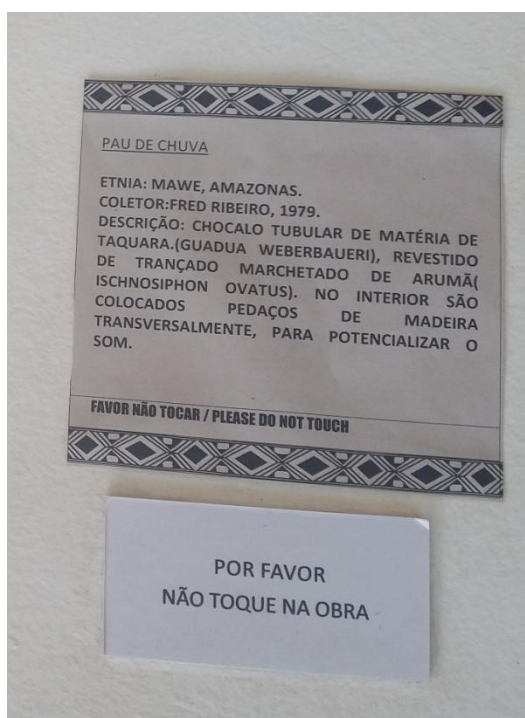
Figura 5 - Acervo do MPI



Fonte: Fotografia tirada pela autora (2016).

Um grande número de objetos das coleções doadas posteriormente não foi documentado, não tem os termos de doação, nem números de registro, a identificação é mínima ou inexistente (DISTRITO FEDERAL, 2016). Quando é possível, solicita-se dos doadores a descrição das peças doadas para contribuir com as informações para eventuais exposições, bem como, com a pesquisa.

Figura 6 - Acervo do MPI



Fonte: fotografia tirada pela autora (2016).

O servidor Wellington Gomes da Silva informou que quando é feito o termo de doação de novas peças recebidas, eles recolhem todos os dados possíveis e registram nas fichas catalográficas, com as fotografias dos objetos.

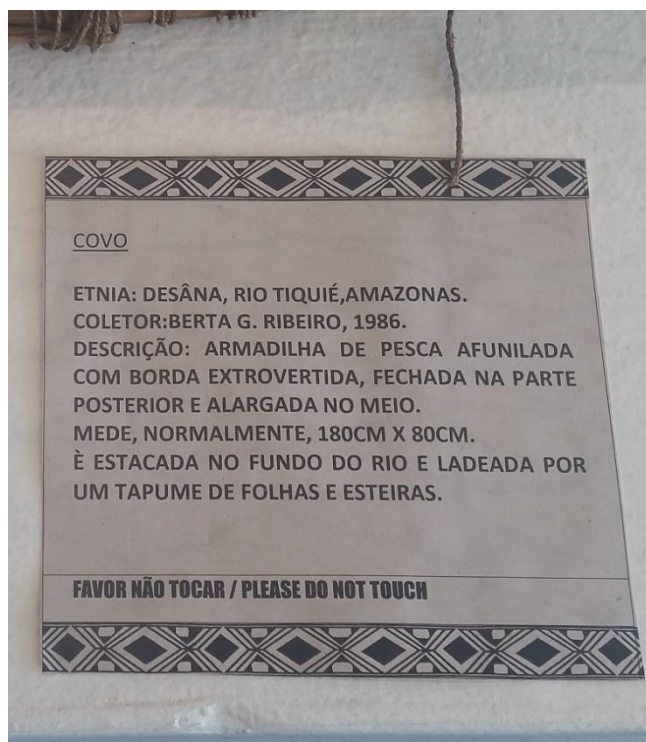
“Quando chega peça nova, doado por qualquer um né que pode doar, que queira doar, a gente faz uma ficha, né, como aquela que eu falei, em três vias: fica uma com o Memorial, uma com pessoa que doou e uma fica com a Secretaria de Cultura. Daí a gente tira foto segurando a peça, né, a gente cola nessas três vias e arquiva” (Wellington Gomes da Silva, 2016).

Figura 7 - Acervo do MPI



Fonte: fotografia tirada pela autora (2016).

Figura 8 - Acervo do MPI



Fonte: fotografia tirada pela autora (2016).

A elaboração da política de aquisição e descarte de acervo foi solicitada à Coordenação de Museus da SUPAC pela equipe do Memorial. Uma das intenções principais da política é a ampliação do acervo, pois para a mencionada equipe, as peças do acervo ainda não representam as 172 etnias indígenas do Brasil. Outras formas de aquisição também poderiam ser consideradas além da doação, já que o princípio é a diversidade de objetos indígenas para representação da maioria das etnias brasileiras.

“A gente só recebe peça de... feita por indígenas brasileiros, né, que representa uma etnia brasileira. Aí, o que a gente tem, cerca de 30 etnias representadas, e algumas muito pouco representadas, né. Só que a gente não pode adquirir peças, mesmo se a gente tivesse dinheiro pra comprar, a gente não pode.” (Wellington Gomes da Silva, 2016.)

Atualmente, apesar de não ter uma política de aquisição definida, o Memorial tem procedimentos para receber objetos doados. Como dito anteriormente, para receber o objeto é avaliado se este é relevante para o Memorial, se é representativa de alguma comunidade indígena, e o seu estado de conservação. A partir disso é feito o termo de doação para incorporar o objeto ao acervo:

“Aí, a gente elabora um termo de doação...o indígena vai ou o doador, se for mestiço, ele vai... Ele vai analisar a peça, descrever a peça e a gente vai

dar um valor de mercado pra aquela peça e a gente vai receber de forma gratuita e se comprometer a guardar aquela peça e expô-la, eventualmente (Wellington Gomes da Silva, 2016) ”.

Em relação à conservação e segurança do acervo, foram elaborados projetos que buscam conciliar a necessidade de preservação dos objetos em exposição e os armazenados na reserva técnica, com as questões arquitetônicas do edifício do Memorial. Para isso, foi acionada a Diretoria de Preservação de Patrimônio da Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal para averiguar até que ponto seria possível essa conciliação.

Um dos funcionários da área administrativa do MPI, Wellington Gomes da Silva, registra que há conflitos das legislações do bombeiro para adequação do prédio em termos de segurança com as do Iphan, por se tratar de um edifício tombado:

“Bom, a gente tem conflito com a legislação do bombeiro, né. Porque o prédio é tombado e não pode sofrer qualquer alteração, só que a legislação do bombeiro é diferente, ela tem... tem lá, por exemplo, que tem que ter uma porta a cada cento e cinquenta metros ou cem metros, se não me engano. Uma porta pra pânico, pra incêndio, só que a gente não pode, simplesmente, pegar um prédio tombado, projetado por Oscar Niemeyer, e abrir uma porta na parede ou a rampa de acesso ao Memorial, também o bombeiro fala, tem que ter o parapeito pra segurança, só que não pode colocar um parapeito. Aí, a gente entra em conflito com o IPHAN, que ele, justamente, que não permite que a gente faça essas alterações que o bombeiro solicita. Isso é um conflito que a gente tem.” (Wellington Gomes da Silva, 2016)

No espaço expositivo, foi proposta a distância de três metros da parede para proteger os objetos da água que vaza pelas frestas superiores do edifício em temporadas de chuvas. Além disso, foi proposto por um arquiteto da Secretaria um bloqueio discreto nessas frestas. Na galeria, há cortina de vidro que permite a incidência direta de luz solar no espaço em determinados horários do dia, e, conseqüentemente, nos objetos em exposição. Devido a essa exposição solar, não é permitida a disposição de objetos em determinados locais da galeria. Foi proposto o uso de películas protetoras na cortina de vidro para evitar a luz direta nos objetos. O grau de proteção está sendo averiguado, pois elas não podem ser muito escuras devido ao projeto arquitetônico de Niemeyer.

Figura 9 - Parte interna do MPI



Fonte: fotografia tirada pela autora (2016).

Figura 10 - Parte interna do MPI



Fonte: fotografia tirada pela autora (2016).

A área da reserva técnica, por ter ventilação natural, impede um projeto de climatização forçada. Há apenas um aparelho medidor de umidade e temperatura, que é monitorado pelo restaurador. Os objetos estão armazenados em estantes de metal, em mesas e armários de madeira. As peças mais antigas, ou danificadas são acondicionadas em caixas.

No laboratório de restauração há materiais para intervenção curativa e preventiva dos objetos e alguns equipamentos de proteção individual, além da mobília para as atividades. Contudo, os materiais são insuficientes para tratamento dos objetos, (que são compostos por matéria orgânica e inorgânica), bem como, para o equipamento de proteção individual. Portanto, as prioridades de intervenção são as peças mais antigas do acervo.

Apesar da tentativa de comunicação com a Secretaria de Cultura, segundo o Diretor Álvaro Tukano (2016), os projetos que foram elaborados para conservação e segurança do acervo estão parados, pois não receberam recursos para executar as atividades propostas. Mesmo assim, a equipe se esforça para trabalhar na preservação dos objetos com os materiais e estrutura que dispõem. Foi elaborado um cronograma de conservação e restauro com quatorze ações que estão sendo realizadas este ano:

- 1) Preparar diagnóstico de conservação preventiva do Memorial;
- 2) Fluxograma de processos e procedimentos;
- 3) Planejamento e desenvolvimento de documentação do acervo;
- 4) Planejamento da área da reserva técnica;
- 5) Mapeamento da reserva técnica: desenho das estantes na planta baixa;
- 6) Limpeza das estantes e da reserva técnica;
- 7) Readequação da exposição;
- 8) Higienização das peças;
- 9) Projeto básico de compra de material de consumo;
- 10) Planejamento de acondicionamento das peças;
- 11) Confecção de caixas e suportes de acondicionamento;
- 12) Inventário completo do acervo e reorganização da documentação das peças;
- 13) Inventário das necessidades de conservação e restauro;
- 14) Execução da reorganização das peças da reserva técnica.

Segundo o Diretor Álvaro Tukano (2016), somando-se a atividade de documentar os objetos que ainda não estão registrados no inventário, pretende-se

preparar toda a documentação do acervo e incorporar no Inventário Nacional de Bens Culturais, quando este estiver ativo.

2.6 EXPOSIÇÃO

Conforme o procedimento estabelecido, os projetos de exposição elaborados pela equipe do MPI são enviados à Coordenação de Museus da SUPAC para avaliação e autorização (ou a própria Coordenação demanda preparação do espaço para receber exposições temporárias, conforme cronograma da Secretaria).

Não há um planejamento de exposições bem definido, como citado no tópico “Planejamento de atividades e Recursos”. A equipe se reúne com o Diretor e, em alguns casos, com curadores convidados para planejar as exposições e organizar o espaço para expografia. No caso, de receber exposições temporárias, a equipe se reúne com os curadores para decidir a disposição dos objetos.

A exposição de longa duração foi realizada com o acervo da coleção Galvão-Ribeiro e supervisionada pela SUPAC. Atualmente, a equipe do Memorial trabalha na pesquisa dos objetos para reunir mais informações a respeito da coleção e inserir na exposição.

Esta pesquisa é feita, principalmente, pela equipe do Memorial, que se mobiliza para buscar as fontes sobre o acervo na própria documentação ou em fontes externas. Ainda, como dito anteriormente, os termos de doações dos objetos, pertencentes à coleção de Galvão-Ribeiro, contém descrições e outros dados que podem ser utilizados. Para as exposições temporárias, os curadores auxiliam na busca de informações sobre os objetos indígenas, e, também nas descrições. A preparação de legendas é feita com a reunião destes dados.

A Coordenação de Museus e do Patrimônio disponibiliza recursos para elaboração das exposições, mas quando não há estes recursos, a equipe busca outros meios para a montagem com auxílio do Diretor. Em alguns casos, estabelecem parcerias com outras instituições públicas ou formas alternativas para fornecer ou emprestar material expográfico, com a autorização do SUPAC.

“(...) não tem, não tem como contratar plotagem, para colocar as informações. Não tem gráfica, aí a gente faz... Pede autonomia, né... “Ah, então, a gente vai realizar a montagem da exposição”, a gente comunica, aí, se eles forem contra... Eles vão ter que falar, né, mas, se não for, a gente monta. O corpo administrativo, o corpo do MPI, que realiza. Sem o vínculo com.... é claro que tem o vínculo, né, mas, não tem o apoio direto da

Secretaria. Aí, a gente tem autonomia para montar a exposição, eles dão autonomia, né. ” (Wellington Gomes da Silva, 2016)

Um funcionário da equipe, Wellington Gomes, relata acima um caso de aquisição de recursos expográficos para montagem de exposições realizada em razão da autonomia concedida para a equipe. Essas parcerias externas são feitas com a articulação do Diretor.

2.7 AÇÕES EDUCATIVAS E CULTURAIS

O Memorial dos Povos Indígenas é aberto ao público de terça à sexta-feira das 9h às 17h, e aos sábados, domingos e feriados das 10h às 17h, tendo a maior parte das visitas feitas pela comunidade brasiliense. O levantamento de dados de visitação é feito por meio do livro de visitas, que identifica não somente o número diário de visitantes, mas também, algumas informações como a instituição que representa, o Estado onde reside e o endereço de *e-mail*. Portanto, é feita uma pesquisa qualitativa sobre o público.

De acordo com a Secretaria de Cultura (2016), dentre os museus administrados pela Subsecretaria do Patrimônio Cultural, o MPI é o mais visitado fora da Praça dos Três Poderes. O Memorial registrou em 2015 cerca de 37.904 visitantes, com aproximadamente 133 visitas diárias. Em 2016, levantou-se o número de 42.396 visitantes.

Do número de 2015, 58% são turistas de outros estados brasileiros, 32% é o público de Brasília e entorno, 22% correspondem ao público escolar de Brasília e 10% são estrangeiros. A pesquisa qualitativa de 2016 ainda está sendo feita, as visitas serão categorizadas, como na pesquisa de 2015, por moradores do Distrito Federal e de outros estados, por estudantes e por turistas do exterior. A contagem de 2017 será feita no final do ano.

Em relação às ações educativas, estas são feitas pela equipe administrativa. Basicamente, são realizadas mediações das exposições vigentes no Memorial, para oferecer conteúdo relativo às mesmas com linguagem acessível ao público.

Em entrevista, o funcionário Wellington Gomes da Silva (2016) relata que eles buscam os curadores para palestrarem sobre os objetos em exposição e prepará-los para receber os visitantes. Como no caso relatado, Bené Fontelles o curador da exposição de arte contemporânea “Armadilhas Indígenas”, que ocorreu no segundo semestre de 2016, preparou a equipe para mediação.

Segundo Wellington Gomes da Silva (2016), os funcionários do Memorial se sentem despreparados para mediar sobre exposições de objetos indígenas, pois há linguagens e representações de diversas comunidades que eles desconhecem e poucas informações disponíveis pelos registros da documentação do acervo. O funcionário menciona que é mais fácil explicar sobre arte contemporânea do que sobre peças indígenas:

“Aí, agora, a gente tá montando uma exposição composta de peças indígenas, feitas por indígenas. Aí, já é outra situação porque pra gente, que trabalha no administrativo, era fácil, mais fácil falar de arte contemporânea do que falar de peças indígenas, porque a peça indígena não é... A peça indígena é muito complexa pra gente saber sobre a etnia, saber sobre a utilidade daquela peça pra eles, né. Aí, a gente tem dificuldade pra arrumar um... pra criar um programa educativo quando é peça indígena. (Wellington Gomes da Silva, 2016)”

A equipe pretende se mobilizar para entrar em contato com a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) com o intuito de convidar antropólogos e etnólogos para ministrar palestras sobre a cultura e as comunidades indígenas, a fim de ajudarem nas pesquisas sobre o acervo do Memorial e oferecer cursos para recepcionar e mediar os visitantes das exposições.

Em 2017, o Memorial aderiu ao programa “Jovem Aprendiz” para oferecer oportunidades para jovens estudantes provenientes de comunidades indígenas próximas às cidades-satélites, a participar das ações educativas e do atendimento ao público. A equipe conta com três jovens selecionados para atuarem nas mediações das exposições.

Segundo o Diretor Álvaro Tukano (2016), no momento da visitação das escolas há troca de conhecimentos proporcionada pela mediação, e as informações que os alunos e professores apresentam são consideradas para acrescentar ao conteúdo disseminado pelo Memorial.

Existe uma política do Governo brasileiro que nós praticamos aqui, a Lei 6.645, que obriga as escolas a tratarem da questão indígena. Então, muitos vêm aqui em função dessa Lei. Eles trazem muitas informações, também. E, aqui, nós complementamos, corrigimos, também. Então, tem sido importante isso aí. (Álvaro Tukano, 2016)

Segundo o mesmo Diretor, o museu recebe muitos deficientes visuais, e a equipe, por meio da mediação, busca aproximar o conteúdo das exposições.

Às vezes, aqui, eu recebo cegos, muitos. E outras crianças que... muito...mal conseguem falar as línguas. Todo mundo sai daqui satisfeito. Isso é muito bom. Então, são grandes educadores que eu tenho ao meu redor, são grandes pensadores, que são as crianças, que adoram vir aqui, saem daqui, chorando de alegria. Isso é muito gratificante (Álvaro Tukano, 2016).

Desta maneira, a equipe se articula para atender diversos públicos.

2.8 DIVULGAÇÃO

A comunicação ao público sobre as exposições e as atividades educativas realizadas no Memorial é feita pelo site da Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal e via telefone para escolas e instituições que ajudam na difusão de notícias. Quando as exposições são realizadas com o apoio da Secretaria de Cultura, a assessoria de comunicação da mesma fica responsável pela divulgação.

Quando há recursos para materiais gráficos, estes são produzidos para divulgar eventos ou exposições realizadas no Memorial. São feitos banners e painéis que são colocados no local do Memorial e em pontos estratégicos da cidade; e, *folders* para distribuição ao público.

Estão sendo pensadas novas formas de divulgação, com apoio da Secult/DF, para que o alcance das informações seja maior e o número de visitantes aumente. Atualmente, os funcionários estão trabalhando na atualização da mala direta e planejam criar grupos que trabalhem somente com a difusão cultural.

O atual cenário do Memorial dos Povos Indígenas motivou a concepção do plano museológico pela SUPAC em parceria com o MPI. Além disso, está sendo elaborado o Regimento Interno próprio e o Estatuto da Associação de Amigos do Memorial.

2.9 ELABORAÇÃO DO PLANO MUSEOLÓGICO DO MPI

Em 2016, a SUPAC e o MPI se mobilizaram para a elaboração do Plano Museológico do Memorial, para ser executado entre 2017 e 2019.

A formulação do plano museológico (que não ficou pronto/aprovado no ano de 2016) está sendo realizada com a parceria da equipe da SUPAC e da equipe do MPI. Foram feitas duas ou três reuniões durante o ano de 2016 para tratar do assunto. A elaboração foi direcionada pelo antigo Coordenador de Museu e Patrimônio da SUPAC à época, Pedro Paulo Palazzo. As equipes tiveram a participação de historiadores, arquitetos, conservadores e servidores da área administrativa.

O documento (Plano Museológico do MPI) visa adequar o MPI à legislação vigente, dotando-o dos instrumentos necessários a uma gestão de acordo com os requisitos e oportunidades atuais” (Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal, 2016).

Uma das legislações consideradas para se pensar o planejamento do Memorial foi o Estatuto Brasileiro de Museus. “(...) foi considerado (a legislação referida), tanto é que no próprio plano museológico, foi colocada toda a legislação em anexo” (Zenildo Alves de Sousa Júnior, 2016, pg. 10).

Na elaboração do Plano Museológico foi definido que o Memorial dos Povos Indígenas visa se adequar às legislações vigentes, fazendo uso de instrumentos necessários a uma gestão de acordo os requisitos atuais. Os quatro objetivos principais para sua atuação até 2019 são: 1) atingir 80.000 visitantes; 2) adquirir sustentabilidade financeira; 3) adequar e modernizar suas instalações e sistemas de gestão; e 4) estabelecer programas de divulgação, pesquisa e educação patrimonial.

São ainda pretensões do Memorial criar a fundação do Memorial dos Povos Indígenas, o projeto de Regimento Interno da instituição e o projeto de Estatuto da Associação de Amigos do MPI.

Vale ressaltar que foi estimada a contratação de dois museólogos para atuarem como técnico do Memorial nas atividades específicas e de coordenação, cargo que, segundo eles, exigirá doutorado, para lidar com a parte de legislações e trabalhar diretamente com a direção.

No final do ano de 2016, a empresa automobilística *Ford* prestou consultoria ao MPI contribuindo para elencar melhorias que pudessem estar previstas nos

programas do plano museológico, principalmente, na parte da gestão, de financiamento e fomento, e de preservação do acervo.

Um dos pontos que chamou atenção da equipe da SUPAC na consultoria foi a avaliação do projeto de reforma no prédio, as adequações arquitetônicas, reserva técnica, o espaço para exposição em longa duração e temporária e as readequações necessárias. Segundo relato do funcionário da Subsecretaria de Patrimônio Cultural (SUPAC), Zenildo Alves de Sousa Júnior:

“O MPI, ele tá tendo uma consultoria da Fundação FORD, a consultora estava em Brasília até semana passada, ela conversou com toda a equipe da SUPAC, ela conversou com a equipe do Memorial dos Povos Indígenas. Foram várias reuniões, foi pensado também no projeto, nós temos o projeto de reforma do edifício do Memorial, foi revisto todo o projeto, foi pensado sobre esse projeto de arquitetura. (Zenildo Alves de Sousa Júnior, 2016)

A SUPAC cogita um modelo de gestão para o Memorial de parceria público-privada, com a perspectiva de aperfeiçoar a gestão das atividades para que os objetivos do MPI sejam atingidos. Segundo a SUPAC (2016), estima-se que o a gestão terá maior independência do que é na atual administração – pública direta, desta forma adquirindo capacidade de adquirir recursos próprios para custear, pelo menos, parte de suas despesas.

“Verifica-se que tal objetivo é incompatível com sua inserção na administração pública direta, uma vez que essa situação inviabiliza a gestão de recursos captados por qualquer outro meio que não o fomento direto a ações específicas.” (DISTRITO FEDERAL, 2016)

Na legislação distrital atual, houve modificações que tornam possível essa parceria com o âmbito privado. Ainda, segundo Zenildo Alves (2016), está sendo estudada a possibilidade de planejar programas de voluntariado no Memorial.

Com relação à sustentabilidade financeira, há a previsão de que a programação do Memorial seja financiada por meio de captação de recursos privados pela Lei de Incentivo à Cultura, no âmbito distrital, e pela Lei Rouanet, no âmbito federal. E, ainda, há possibilidades de formas alternativas como a cobrança de ingressos e instalação de cafeteria ou lanchonete no edifício. Essas questões serão estabelecidas em 2017 para nortear os programas museológicos.

O Memorial dos Povos Indígenas, um dos primeiros museus do Governo do Distrito Federal a ter um plano museológico, e um dos primeiros museus a tentar parceria pública-privada em sua gestão. Em 1995, foi lançado um projeto de contrato

de gestão para o Catetinho. Segundo documento cedido pela SUPAC (1995)⁸ em que a empresa ganhadora da licitação reformaria o edifício de acordo com as normas de preservação do acervo, seria a responsável pelos projetos expositivos e educativos e atuaria na gestão do museu. Contudo, o projeto não foi executado, por motivos desconhecidos nesta pesquisa.

Atualmente, a Subsecretaria de Patrimônio passou por uma transição de Subsecretários, e os projetos e planos da gestão anterior estão sendo analisados e considerados para continuação. Busca-se concatenar, ainda mais, a gestão museológica com as questões indígenas no Memorial. Um exemplo dado por Zenildo Alves de Sousa Júnior, em entrevista, é que o Diretor Álvaro Tukano traz visões diferentes para o Museu a respeito dos objetos musealizados:

(...)Porque como tem um diretor indígena e eles não tem essa questão de ter apego às... como posso falar... eles não se preocupam tanto com esse negócio da conservação, de que você tem que manter ali... Eles têm dificuldade de entender que aquilo perdeu o uso, porque pro indígena de repente... Ele quer ir numa cerimônia, que quer ir lá no acervo, na reserva e falar 'Eu quero um cocar, lá, eu vou usar agora na cerimônia', é assim que funciona." (Zenildo Alves de Sousa Júnior, 2016)

A visão do novo Subsecretário, Gustavo de Britto Freire Pacheco, é que se possa valorizar a visão do Diretor Álvaro Tukano e que isso possa ser usado em favor do Memorial, aliando às questões museológicas de pesquisa, preservação e comunicação. Desta maneira, este ano intenciona-se organizar um seminário reunindo líderes indígenas e autoridades em questões indígenas no Brasil com a participação da equipe da SUPAC e do Memorial, para que seja analisada a proposta do Plano Museológico. E, a partir daí fazer as devidas alterações e providenciar a implantação do Plano, ainda este ano.

No primeiro capítulo desta pesquisa, foram apresentados argumentos sobre a contribuição da Lei 11.904/2009, Estatuto Brasileiro de Museus, para a gestão de museus; e no segundo foram identificadas as práticas de gestão do Memorial dos Povos Indígenas em Brasília. No terceiro, será analisado como estas práticas de gestão conversam com as demandas da legislação mencionada.

⁸ Edital de convocação para licitar a gestão do Catetinho em 1995.

3 CAPÍTULO 03: A GESTÃO DO MPI CONFORME O ESTATUTO BRASILEIRO DE MUSEUS

Ao longo dos anos houve o reconhecimento da importância dos museus e do patrimônio museológico para a sociedade, principalmente com as distinções de patrimônio histórico, artístico e cultural. Desta forma, os museus passaram a ser tratados de acordo com suas particularidades, como locais de comunicação e salvaguarda.

Esse processo refletiu na implementação de políticas para o campo museal, como a Política Nacional de Museus, em 2003, e a criação do Demu/Iphan no mesmo ano. A primeira, com objetivos primordiais de consolidar políticas públicas no campo patrimonial, de memória social e de museus, além de incentivar práticas que aproximem os museus das comunidades, tanto no viés educacional, quanto na musealização do patrimônio. O segundo caracterizou-se como um setor específico do Iphan para tratar de assuntos museais, com objetivo principal de organizar o setor museal para executar a referida Política.

Essas mudanças influenciaram na estrutura de gestão dos museus de todo país. No ano de 2004, foi publicado o Decreto nº 5.264, de 05 de novembro de 2004, que propôs formar uma rede de cooperação entre os museus, por meio do o Sistema Brasileiro de Museus, e, conseqüentemente, facilitar a adaptação destas instituições de acordo com a política vigente no setor. Além disso, dois anos mais tarde, foi elaborado o projeto de criação do Estatuto de Museus, o PL 7568/2006, para regulamentar o campo museal, contudo, foi aprovado em 2009.

Alguns anos depois, o DEMU foi extinto com a criação do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) em 2009. A autarquia passou a ser responsável pelo planejamento de ações no setor, pela sua normatização e fiscalização para garantir a salvaguarda do patrimônio museológico para as gerações futuras. No mesmo ano, o Estatuto Brasileiro de Museus, Lei 11.904/2009, foi publicado e, desde então, o Ibram vem implementando planejamentos de longo prazo, como o Plano Nacional Setorial de Museus (PNSM). Neste, há estratégias de ação para viabilizar políticas públicas na área e, também, estimular os museus a se adaptarem à Lei, especialmente, no que concerne à elaboração do Plano Museológico.

O Estatuto apresenta parâmetros para que os museus brasileiros desenvolvam suas atividades de modo que estejam preparados para cumprir suas funções básicas mediante a sociedade, no que concerne à pesquisa, salvaguarda e comunicação do patrimônio resguardado. Estes aspectos envolvem o processo museológico descrito na mencionada Lei.

Parágrafo único. Enquadrar-se-ão nesta Lei as instituições e os processos museológicos voltados para o trabalho com o patrimônio cultural e o território visando ao desenvolvimento cultural e socioeconômico e à participação das comunidades (BRASIL, Lei 11.904/2009 do Estatuto Brasileiro de Museus).

Na Lei, que passou a vigorar desde 2009, estipulou-se um prazo de cinco anos para que os museus brasileiros se adaptassem para atender à regulamentação. Para isto, foi necessário que as atividades de gestão museológica fossem mobilizadas para este fim, tanto para trazer novos planejamentos na parte administrativa, quanto para viabilizar as adaptações da parte específica.

O Memorial dos Povos Indígenas em Brasília funciona por meio da administração pública direta, que é feita pela Coordenação de Museu e Patrimônio da Subsecretaria do Patrimônio Cultural vinculada à Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal.

Como mencionado no segundo capítulo, as atividades de gestão do Memorial são feitas, primordialmente, pela equipe da referida Coordenação, com participação do Diretor Álvaro Tukano. Contudo, os servidores administrativos que atuam diretamente no MPI, colaboram com propostas de atividades específicas e apresentam à SUPAC para incluir nas ações a serem executadas.

A gestão do Memorial pode ser considerada mais atuante em planejamentos baseados nas demandas da própria Coordenação, que delega atividades à equipe do MPI; e, nos relatórios que são enviados pela mesma, com solicitação de recursos para realizar as atividades propostas. Além dos relatórios e do diagnóstico participativo, não foi informada outra documentação institucional que apresente mais informações sobre as atividades de gestão do Memorial.

A importância do registro destas atividades torna-se relevante não só para a memória da instituição, mas também, para avaliar se os métodos adotados estão subsidiando uma gestão eficaz. Recomenda-se que a organização destes documentos esteja prevista no plano museológico.

A elaboração do plano museológico do MPI representa a sistematização adequada das práticas de gestão, com princípios norteadores definidos, objetivos estratégicos e específicos, e programas museológicos baseados na filosofia da instituição. Um documento de gestão integrada e planejamento estratégico, estabelecido pelo Estatuto, que comandará as ações do Memorial, segundo os propósitos definidos e estruturará adequadamente planejamentos de prazos menores.

O Memorial pode ser considerado museu pela definição determinada pelo Estatuto, no artigo 1º da Lei.

Art. 1º. Consideram-se museus, para os efeitos desta Lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento (BRASIL, Lei 11.904/2009 do Estatuto Brasileiro de Museus).

Cabe observar que, o Memorial é uma instituição sem fins lucrativos e a serviço da sociedade, idealizada para disseminar a contribuição dos povos indígenas, em sua diversidade e criatividade, para a cultura brasileira, por meio da primeira coleção Galvão-Ribeiro, doada no contexto da criação do MPI, e as posteriores doadas ao longo dos anos para salvaguarda.

A seguir, será analisado como esta gestão dialoga com o que é estabelecido pelo Estatuto Brasileiro de Museus, considerando a estrutura atual do Memorial. Para isto, destrinchou-se, didaticamente, as subseções do Estatuto, que dizem respeito ao “Regime aplicável aos museus”, no capítulo II; e, as subseções sobre “Sociedade e Museus”, no capítulo III, para comparar as disposições da Lei com as atividades do MPI.

3.1 REGIME APLICÁVEL AOS MUSEUS

3.1.1 Documentação legal do museu

Segundo o Estatuto de Museus, é necessário que os museus tenham um documento público em que efetive sua criação, fusão ou extinção. O MPI subordinado à Secult/DF, não possui um documento publicado que ateste a criação do Memorial.

Obter os registros de criação do MPI é relevante não só para reunir a documentação legal do Memorial, mas para ser uma das referências na elaboração do programa institucional do plano museológico.

Estes registros são ainda interessantes para selecionar a estrutura de gestão apropriada para atingir objetivos estabelecidos, principalmente no contexto do Estatuto.

3.1.2 Voluntariado e Associação de Amigos

Está sendo pesquisada pela equipe da SUPAC a possibilidade de criar programas de voluntariado a serem implementados durante a execução do Plano Museológico. Acredita-se que deve ser buscado o diálogo com a legislação distrital, sob a qual as instituições públicas funcionam, para aliar tal ação se alinhe com as recomendações do Estatuto. O programa de voluntariado pode ser útil na atual conjuntura do Memorial, que não dispõe de recursos suficientes para contratar pessoal. Pode-se pesquisar a possibilidade de fazer parcerias com universidades, para que estudantes da área de Museologia, Antropologia ou afins possam atuar no MPI.

Além disso, está sendo criado o Estatuto da Associação de Amigos do Memorial dos Povos Indígenas, para estimular a sociedade civil a se organizar e oferecer suporte na sustentabilidade do Memorial. É uma alternativa para aprofundar as relações com a comunidade local, aproximando-a, principalmente, das práticas de gestão, o que pode oportunizar aprimoramento dos métodos de administração e facilitar a concretização dos planejamentos, programas e projetos, seja por meios financeiros ou recursos humanos.

Acredita-se que a criação deste Estatuto seja uma espécie de “orientação” no caso da sociedade civil se mobilizar em prol do MPI, desta forma a Associação seria supervisionada desde sua fundação.

3.1.3 O MPI enquanto instituição pública

Como mencionado anteriormente, o Memorial é subordinado à Secult/DF e é gerido pela Coordenação de Museu e Patrimônio da Subsecretaria de Patrimônio Cultural (SUPAC), com participação do Diretor Álvaro Tukano.

Não foram encontradas informações sobre o ato normativo que rege o Memorial, mas segundo Maria de Fátima Belarmino, uma das servidoras que atuam no MPI⁹, ele é regido pela Lei Orgânica do Distrito Federal 840 e que segue o regimento interno da Secult/DF.

Segundo o Estatuto de Museus, os museus podem estabelecer convênios para a sua gestão. Está sendo planejada a parceria público-privada do MPI, a fim de que o mesmo tenha mais autonomia em sua gestão, principalmente, na captação de recursos, inclusive com a participação em editais variados, e em formas alternativas de sustento, como a possibilidade de cobrança de ingressos e de instalação de cafeteria nas dependências do Memorial.

Se a proposta do contrato de gestão for efetivada, as equipes devem se preparar para este processo de auto-gestão, pois implicará em maiores responsabilidades pelo Memorial, resultando na reorganização de planejamentos, de equipe e de meios para executar os planos, em conformidade com o Estatuto.

Deve-se avaliar se no atual contexto do MPI a proposta de auto-gestão é adequada, principalmente, se levar em consideração a legislação distrital e as implicações da parceria público-privada para o Estado.

3.1.4 Estrutura Organizacional e Áreas Básicas dos Museus

Nesta seção, determina-se que os museus tenham regimento interno específico e estrutura orgânica definida, e, desta forma, devem ter equipe suficiente e qualificada para atuação nas atividades do museu. A direção deve garantir o bom funcionamento do museu, acompanhar por meio do plano museológico as ações específicas realizadas, planejar e coordenar o plano anual de atividades. O museu deve ainda contemplar um espaço para convivência e bem-estar para os funcionários e público em geral.

No momento, não há regimento interno específico do MPI, pois o mesmo segue o regimento interno da Secult/DF, no qual há especificadas as atribuições do Diretor. O enquadramento orgânico do MPI, baseado na Lei Distrital 840, conta com servidores administrativos para atuação; mas, não com técnicos especializados na área de Museologia. Há somente o técnico em restauração, que não atua exclusivamente no Memorial, atendendo igualmente os outros museus do GDF.

⁹ Informação dada pela mesma em ocasião de visita ao Memorial.

O Diretor representa a participação indígena na condução das atividades específicas e administrativas, contudo, nem chegou a ser informado sobre a existência de um plano anual que registrasse os objetivos e atividades a serem realizadas neste período, como consta no Estatuto. Somente há informação dos planejamentos e programas de trabalho que são baseados nos relatórios enviados mensalmente pela equipe do MPI e nas demandas da Coordenação de Museu e Patrimônio. Portanto, o Diretor, em conjunto com a equipe estabelece as prioridades do Memorial, informa à Coordenação sobre as atividades propostas e realiza uma espécie de planejamento interno.

Acredita-se que com a publicação do plano museológico, estes planejamentos recebam um escopo mais organizado, no qual se conceba o plano anual alinhado com os programas museológicos e com as demandas, que podem ter formato de projeto, da equipe da Coordenação e da equipe do MPI. A presença de Álvaro Tukano, como representante indígena, pode contribuir consideravelmente com estes planejamentos, e ainda, possibilitar diálogos com outras lideranças indígenas para contribuir com o MPI, também.

O desempenho de Álvaro Tukano na gestão do Memorial dialoga com a conquista dos líderes indígenas nas reivindicações da destinação do edifício, ocorridas durante o histórico do MPI. Além disso, tal presença colabora com a concepção de projetos com ênfase em ações educativas e culturais, que buscam a representatividade indígena que Darcy Ribeiro idealizou para o MPI, com o reconhecimento da contribuição indígena na cultura brasileira, com sua diversidade e criatividade.

Além disso, percebe-se que Álvaro Tukano motiva a equipe a participar dos novos projetos para o Memorial. Mesmo os servidores não tendo formação específica na área de museus, se engajam na montagem, na mediação de exposições e no suporte aos eventos culturais que o Memorial realiza. Contudo, a SUPAC reconhece que a presença de museólogos e de técnicos da área específica faz-se necessário para a supervisão das atividades museológicas, pois no plano museológico está prevista a contratação destes profissionais.

O regimento interno do MPI está em fase de elaboração e será publicado paralelamente ao plano museológico, bem como a nova estrutura orgânica. Isto mostra uma boa articulação para se adequar ao Estatuto.

3.1.5 Da preservação de acervos

Segundo a subseção do Estatuto que diz respeito à preservação, os museus devem garantir a conservação e segurança do seu acervo, além de oferecer condições indispensáveis para a preservação da integridade do mesmo, e para isso deve-se estabelecer um Programa de Segurança adequado às normas técnicas. Os museus devem elaborar programas e procedimentos de preservação de acordo com a legislação vigente e cooperar com a segurança pública no combate ao tráfico de bens culturais.

A presença do restaurador no MPI e da assistência da Diretoria de Preservação de Patrimônio da SUPAC permitem o monitoramento do acervo e a intervenção nos casos mais graves de deterioração. Contudo, não há planejamentos ou programas bem definidos na área de preservação do acervo, apesar do MPI já ter projetos concebidos. Além disso, eles não dispõem de recursos suficientes para aquisição de materiais necessários à conservação de objetos, nem para adaptação do espaço da reserva técnica ou da galeria, ou para realização dos projetos de conservação.

A equipe se reúne periodicamente com o restaurador para informar sobre as prioridades do tratamento do acervo e o que seria possível de realizar, informam à Coordenação sobre as ações a serem realizadas e vão atuando sob essa averiguação. Por esta razão, foi elaborada uma lista de atividades a serem realizadas entre 2016 e 2017, como mencionado no segundo capítulo e solicitaram à SUPAC a viabilização destas ações e o andamento do projeto de adaptação do edifício às questões de preservação de acervo.

Para as ações diretas com o acervo, sugere-se que o aspecto da maior parte dos objetos ser constituída por matéria orgânica, e avaliar a melhor forma de resguarda-los.

No depoimento de Zenildo Alves (2016), apresentado no segundo capítulo, mostra uma “divergência” de visões sobre a preservação dos objetos musealizados no MPI. Enquanto o restaurador e os técnicos da Diretoria de Preservação do Patrimônio da SUPAC buscam maneiras de conservar estes objetos para salvaguarda-los da melhor maneira possível, o Diretor entende que os objetos não perderam sua função de uso por estarem musealizados.

Esta visão do Álvaro Tukano pode ser considerada na elaboração dos programas museológicos, inclusive os de acervo, exposições ou ações educativas, para avaliar como é possível dialogar estas questões com a preservação e disseminação do acervo.

Torna-se necessário um planejamento orçamentário detalhado incluindo materiais e equipamentos necessários para os procedimentos de preservação do acervo e que possa ser apresentado à SUPAC ou a outras fontes de apoio institucional e financeiro do Memorial.

O projeto de adaptação está previsto no Plano Plurianual 2016-2019, e inclui a adequação, principalmente, da reserva técnica e da galeria. Nos foi informado que iniciarão a reforma em 2017, e que está sendo feita a troca de películas de vidro na galeria.

Não há informações sobre um Programa de Segurança definido no Memorial. Há equipamentos básicos de segurança, como circuito de câmeras, extintores e saídas de emergência, contudo, são feitas avaliações periódicas do corpo de bombeiros do Distrito Federal, dos técnicos da Diretoria de Preservação do Patrimônio da SUPAC e do Iphan. As informações coletadas nas visitas dos especialistas acima citados, incluindo as informações sobre os conflitos mencionados entre a adaptação do edifício às normas de segurança do corpo de bombeiros e as restrições do tombamento, foram enviadas por relatórios e poderão ser usadas como referências para elaboração do Plano Museológico.

Está previsto na elaboração do plano museológico, o programa de acervos que poderá contar com planejamento mais aprofundado, inclusive, na parte de gestão de riscos e prevenção de danos aos objetos. Tal programa subsidiará projetos nesta área para que se possa atuar diretamente no acervo, desta forma, oferecendo condições apropriadas para salvaguarda. Os projetos que foram feitos na área da reserva técnica, por exemplo, podem ser aproveitados neste programa museológico.

3.1.6 Do Estudo, Pesquisa e Ação Educativa

O estudo e a pesquisa do acervo devem nortear várias áreas do museu, inclusive, a política de aquisições e descartes, a identificação dos bens culturais e as atividades de documentação, de conservação, exposição e de educação.

A pesquisa museológica desenvolvida pelo MPI torna-se essencial para decidir formas de trabalhar com o acervo e apresentá-lo ao público. Faz-se necessária ainda a realização do estudo de público, com diagnóstico de participação, mencionado no Estatuto, e frequentes avaliações para melhoria dos serviços prestados à sociedade. Além disso, deve oferecer oportunidades às instituições de ensino na área de Museologia para desenvolver estudos ou práticas no museu.

Não há um setor específico no Memorial responsável pela pesquisa museológica. Os servidores administrativos, que trabalham no MPI, buscam a contribuição de especialistas de instituições específicas, como a FUNAI, para reunir informações sobre os objetos do acervo, além de levantarem dados na documentação do acervo, por meio dos termos de doação. Apesar de não ter uma metodologia bem definida, a presença destes especialistas é um início para que a equipe conheça mais sobre o acervo para dar seguimento às atividades museológicas e trabalhar com o público. Além disso, pode-se criar projetos para envolver representantes de comunidades indígenas nestas pesquisas, como ocorre na participação de jovens indígenas na mediação das exposições do MPI.

O ideal é que tenham estes profissionais no Memorial para dar seguimento aos estudos sobre os objetos e que supervisionem a equipe, contribuindo nas áreas de exposição, conservação e de ações educativas para que se desempenhem adequadamente estas atividades.

No caso das ações educativas, como foi relatado no segundo capítulo, os funcionários do Memorial se sentem despreparados para lidar com a mediação, por falta de propriedade no tema das exposições, de conhecimento suficiente sobre as comunidades indígenas e sobre os objetos do acervo, além das informações básicas que constam nas fichas catalográficas.

A busca dos curadores, inclusive indígenas, para capacitar a equipe do MPI a receber os visitantes, também, é uma alternativa plausível, sobretudo, quando os objetos do acervo do Memorial são incluídos nas exposições, pois, se reúnem mais informações para identificação e interpretação destes objetos. Consequentemente, fornecem maior preparação dos funcionários para atender o público.

O registro destas experiências pode subsidiar novas ideias para o programa de pesquisa do plano museológico, ademais da contratação de museólogo e de técnicos para estruturar detalhadamente o planejamento de pesquisa.

A adesão ao programa “Jovem Aprendiz” para oferecer oportunidades a jovens indígenas na participação das ações educativas é uma maneira de tornar a experiência de mediação mais dinâmica, e de aproximar a representação das comunidades com o público. Contudo, mesmo estes jovens precisam de preparo e de material para que possam estudar sobre o conteúdo trabalhado e terem mais conhecimento no momento da fala.

O Diretor facilita a organização de eventos com palestras de líderes indígenas do Brasil e do mundo, como no Evento Moitará e na semana do Dia do Índio, que diversifica ações culturais e educativas no Memorial. Não ficou claro como é feito este planejamento, mas a equipe se organiza para as palestras serem concretizadas. No plano museológico, pode-se estabelecer planejamentos mais aprofundados nesta parte.

O estudo de público é feito com base no livro de assinaturas, que levanta dados qualitativos a respeito dos visitantes. Assim, levantam-se dados, mensalmente sobre o número de visitas e o perfil das pessoas. A equipe reconhece que adotar somente o livro como instrumento desta pesquisa é insuficiente, pois nem todos os visitantes assinam.

Como citado no segundo capítulo, o público que mais frequenta o Memorial é o escolar, portanto, a equipe fez um formulário específico para identificar o perfil das turmas escolares, o que torna o estudo deste público mais preciso. Todavia, este método não é abrangente para outros públicos, e, também, não há diagnóstico de participação, que colheria informações sobre a opinião dos visitantes sobre o Memorial.

A definição de um planejamento de pesquisa de acervo conduzirá a diversificação de ações educativas com os visitantes. Isto é, facilitará, também, a concepção de novos projetos educativos. Uma questão a ser levantada na elaboração do plano museológico, é a relevância de um programa de pesquisa definido, que refletirá em todas as áreas especializadas do Memorial.

O programa educativo estruturará os planejamentos de ações feitas com o público, independente da exposição, com pessoal suficiente para atendimento. Os mediadores poderão ser treinados com materiais apropriados para estarem aptos a realizar atividades propostas. Ainda mais, quando é preciso adaptar as linguagens para visitantes diversos.

3.1.7 Da Difusão Cultural e Do Acesso aos Museus

Nesta subseção, discorre-se que as ações de comunicação são formas de divulgar a imagem dos museus e o serviço que oferecem, para estimular o acesso do público. Deve-se elaborar programas de exposições que sejam concernentes com a tipologia e a vocação (acredita-se que deva ser levado em consideração a missão, a visão e os objetivos norteadores quando estão definidos) dos museus para valorizar o patrimônio e providenciar sua disseminação. Para isto, os museus podem utilizar estratégias de comunicação e marketing para realizar campanhas para divulgação, de acordo com as políticas e legislações pertinentes.

Os museus devem oferecer o acesso universal para diferentes públicos, disponibilizar estatísticas sobre as visitas quando solicitadas por órgão competente e um livro de reclamações e sugestões na área de acolhimento para que os visitantes registrem suas opiniões.

No Memorial não há planejamento de exposição, nem de museografia bem definidos; a equipe apenas cumpre as demandas da SUPAC ou da Secult/DF na recepção ou na realização de exposições temporárias, devido a eventos específicos, ou mesmo, devido à articulação do Diretor. No caso de exposições realizadas pelo MPI, os funcionários do MPI se mobilizam para contatar os curadores e para efetuar a montagem do circuito e dos recursos expográficos. Neste caso, a equipe relatou que não há supervisão apropriada de um profissional da área e que se faz necessária a presença de um(a) Museóloga (o).

Percebe-se que há falta de técnicos especializados para coordenar a equipe e acompanhar os trabalhos em mais de uma área específica do Memorial. Há ainda falta de recursos financeiros para realizar a montagem das exposições com equipamentos apropriados, o que pode resultar em danos aos objetos. As questões de pesquisa de acervo, retratadas no tópico anterior, também influenciam no processo de elaboração das exposições.

Quando a SUPAC não dispõe de recursos consideráveis para a realização das exposições, esta permite que a equipe do MPI busque auxílio de outras entidades no apoio de suas atividades. É uma alternativa para ampliar as possibilidades do Memorial continuar com suas ações, valorizando o acervo e comunicando ao público.

As estratégias de divulgação são limitadas, correspondendo ao envio de *e-mails* para mala direta do Memorial, da SUPAC e da assessoria de comunicação da Secult/DF. Apesar de ser uma recomendação do Estatuto, não foi informada a existência de campanhas publicitárias do MPI, apenas a produção de materiais gráficos para divulgação dos eventos e exposições produzidas.

Os programas de acessibilidade universal estão sendo elaborados pela equipe de SUPAC e do Memorial. Um dos aspectos a mencionar é que o edifício precisa de adaptação em sua estrutura arquitetônica para recepcionar diferentes públicos. Observa-se que a rampa da entrada possui uma inclinação, que pode dificultar o acesso de determinados visitantes, por exemplo, os cadeirantes. Estas pessoas entrariam na galeria de exposições, pela saída de emergência que se localiza no lado contrário de onde, geralmente, a exposição é iniciada. À primeira vista, teriam uma visão diferente do que foi pensada pelo curador.

Além disso, sugere-se avaliar quais áreas de acesso do público precisam de adaptação tanto na estrutura, na parte de recepção e nas áreas de circulação de pessoas, quanto nas atividades de comunicação e educação museal. Estas abarcam as exposições, as informações sobre o acervo e as atividades educativas e culturais.

Os pontos abordados neste tópico podem ser referências para a formulação do programa de exposição, para que haja planejamento adequado na alocação de recursos e de mão de obra necessária para a concepção e montagem das exposições. O programa de comunicação possibilitará mais planejamentos de difusão, que vão além dos *e-mails* e produção de materiais gráficos. O programa de acessibilidade conduzirá o Memorial a se caracterizar pelo acolhimento de diversos públicos, tanto em sua estrutura quanto no conteúdo oferecido aos visitantes.

3.1.8 Dos Acervos dos Museus

Nesta subseção do Estatuto, discorre-se sobre práticas de documentação do acervo museológico. A formulação de uma Política de Aquisição e Descarte de Acervos é estabelecida pela Lei, e, no caso de museus públicos, os termos de descarte deverão ser publicados por meio de Diário Oficial.

Os museus devem elaborar uma documentação metódica com informações sobre os objetos na forma de registros e inventários, de forma a garantir a preservação, a segurança, o controle e a divulgação dos bens resguardados. Estes

documentos são patrimônios arquivísticos de interesse público e devem ser mantidos na instituição que correspondem, para evitar sua perda. Ainda, devem ser constituídos de acordo com o Inventário Nacional de Bens Culturais Musealizados.

O Inventário Nacional de Bens Culturais Musealizados será coordenado pelo Ibram, com o objetivo de contribuir para a proteção do patrimônio museológico e será composto de informações, enviadas periodicamente, sobre os bens salvaguardados nos museus brasileiros.

As práticas de documentação realizadas no Memorial se resumem numa espécie de inventário, que corresponde ao conjunto de fichas catalográficas; e, aos termos de doação. A maioria dos objetos registrados compõe a primeira coleção, “Galvão-Ribeiro” e um número considerável das doações feitas posteriormente não está registrado.

As informações reunidas sobre os objetos são baseadas na coleta de dados feita com os doadores. Como não há técnicos especializados em documentação museológica para fazer a descrição adequada na ficha, os dados dos objetos são os mesmos descritos pelos doadores no ato da doação.

Para completar o inventário torna-se necessário verificar o número de objetos que não estão registrados e avaliar se os documentos utilizados reúnem as informações suficientes sobre os bens culturais musealizados e se a organização atual corresponde às normas técnicas, com vistas à proteção do patrimônio, pois, para além de estar em conformidade com o Estatuto, estes dados deverão estar preparados para o Inventário Nacional de Bens Culturais Musealizados.

A elaboração da Política de Aquisição e Descarte do Acervo do MPI foi solicitada à Coordenação da SUPAC e a equipe estabeleceu os objetivos principais para a Política, que contempla outras formas de aquisição, de forma a ampliar a diversidade de objetos indígenas para representação da maioria das etnias brasileiras. Acredita-se que no Programa de Acervos do Plano Museológico, constarão informações mais detalhadas sobre o referido documento.

3.1.9 Do Uso das Imagens e Reproduções dos Bens Culturais dos Museus

Os museus devem facilitar o acesso à imagem e à reprodução do patrimônio cultural resguardado e documentos, conforme a legislação e o regimento

interno da instituição. Deve-se conciliar a preservação destes bens, incluindo a propriedade intelectual e a fidelidade de informações, com o interesse público.

Não obtivemos informações sobre procedimentos de reprodução dos objetos do Memorial e de documentos relativos a estes. Salvo a publicação de catálogos das exposições temporárias que são recebidas pelo MPI.

Acredita-se que o procedimento de reprodução não foi detalhado devido à precariedade da organização do inventário existente e da documentação insuficiente referente às doações incorporadas ao acervo. É necessário que haja informações mais definidas sobre os objetos, inclusive da propriedade intelectual. A implementação do Programa de Pesquisa poderá oferecer meios adicionais para seleção de dados, que comporão os documentos.

Quando o regimento interno for divulgado, poderá ser uma referência para que se estabeleça uma equipe responsável pela sistematização dos documentos dos bens culturais e pela reprodução de imagens.

Com relação às informações gerais do Memorial, as equipes responsáveis cederam informações sobre a preparação do plano museológico e disponibilizou o diagnóstico participativo com dados relativos ao acervo.

3.1.10 Do Plano Museológico

É estabelecido pelo Estatuto a necessidade de elaboração e a implementação do Plano Museológico, como instrumento de planejamento em longo prazo para direcionar as atividades dos museus, especialmente as especializadas, em médio e curto prazo. O artigo 45º discorre que:

Art. 45. O Plano Museológico é compreendido como ferramenta básica de planejamento estratégico, de sentido global e integrador, indispensável para a identificação da vocação da instituição museológica para a definição, o ordenamento e a priorização dos objetivos e das ações de cada uma de suas áreas de funcionamento, bem como fundamenta a criação ou a fusão de museus, constituindo instrumento fundamental para a sistematização do trabalho interno e para a atuação dos museus na sociedade (Lei 11.904/2009 do Estatuto Brasileiro de Museus).

O Plano é um instrumento para auxiliar na complexidade da gestão de museus, além de documentar a identidade, os princípios norteadores e os objetivos da instituição para que suas atividades sejam desenvolvidas dentro destas

perspectivas. É uma ferramenta que o museu utiliza para alcançar seus propósitos de pesquisa, preservação e comunicação do patrimônio museológico.

Além do diagnóstico participativo, que será base para averiguar a situação atual, deve constar no Plano Museológico a sistematização de doze programas museológicos executáveis. Estes devem apresentar um cronograma de atividades, detalhamento de metodologias adotadas, descrição das ações planejadas e um dispositivo de avaliação permanente de forma que, o Plano Museológico possa ser adaptado ou modificado de acordo com as possíveis demandas.

É um documento que deve ser elaborado de forma participativa, contemplando a presença do museólogo e de técnicos especializados. Estes profissionais poderão atuar na definição de objetivos dos programas específicos da área com propriedade. Ademais, assessorar a equipe a considerar as questões de preservação e disseminação do patrimônio salvaguardado, principalmente, as que constam no Estatuto, no planejamento de suas atividades.

A elaboração do Plano não garante somente o planejamento que coloca em prática os regulamentos do Estatuto. É uma estratégia que auxilia os museus a estabelecer planos, programas, políticas e projetos museológicos, dentro do contexto da instituição. Por isto, a definição dos princípios norteadores é de grande valia na tomada de decisões para atender às necessidades do museu.

Como discorrido no primeiro capítulo, Gary (2004) aponta que um bom planejamento depende das perspectivas que constituem o museu, dentre elas, a área institucional, legal, administrativa, específica, arquitetônica, financeira e de fatores externos relevantes.

Um bom planejamento do museu deve ser uma atividade holística que leva em consideração uma grande perspectiva da história do museu, missão, acervo, pessoal, instalações, financiamento, apoio da comunidade, público, estatuto político, ameaças locais e regionais e outras potencialidades ambientais e sociais na tomada de decisões que guiarão o museu no futuro. Este processo de planejamento permite ao museu avaliar, redefinir e implementar a sua missão, programação e exposições e servir o público. (GARY, 2004, p.157)

A equipe da SUPAC, em parceria com a equipe do MPI, está elaborando o Plano Museológico, com a pretensão de ser implantado a partir deste ano. O que mostra o interesse em utilizar os regulamentos do Estatuto, a fim de determinar sua identidade institucional, a sua função específica e seus objetivos estratégicos, ou seja organizar adequadamente as atividades do Memorial para atingir os objetivos

estabelecidos. Eles pretendem atingir 80.000 visitantes, adquirir sustentabilidade financeira, adequar e modernizar suas instalações e sistemas de gestão, e estabelecer programas de divulgação, pesquisa e educação patrimonial.

Ao longo dos capítulos, foi apresentado como funcionam as atividades no MPI, de acordo com as práticas de gestão atuais. O diagnóstico participativo que foi formulado pelas equipes, traz a situação das atividades museológicas trabalhadas no MPI. Verificou-se que há carências que precisam ser supridas para que estas atividades possam ser desempenhadas de forma apropriada ao regulamento e às normas especializadas, e, assim, contribuam com a promoção e a preservação do patrimônio indígena musealizado.

Os relatórios enviados periodicamente à SUPAC, pela equipe do MPI, identificaram carências, e as solicitações de projetos podem ser referências na concepção dos programas.

O planejamento estratégico, aliado aos programas que deverão dialogar entre si, permitirá à gestão alocar recursos e executar projetos na adequação dos espaços do Memorial (considerando questões arquitetônicas na preservação do acervo), de ações educativas e culturais, de exposição, de acervo, divulgação, e na área de financiamento e fomento, para que viabilizem as ações específicas do Memorial.

A proposta de criação da fundação do MPI, visando à autonomia facilitada pelo contrato de gestão por parceria público-privada, está prevista na implantação do Plano Museológico. Esta proposta representa uma alternativa, apontada pela SUPAC, para que o processo de execução dos programas e projetos posteriores sejam facilitados. Mas, é uma proposta que precisa ser ponderada para avaliar sua efetividade, principalmente, considerar a relação desta parceria com os deveres do Estado em relação ao Memorial.

A publicação e a execução do Plano Museológico levará o MPI a ser um dos primeiros museus do Governo do Distrito Federal a dialogar de forma mais abrangente com o Estatuto. Consequentemente, será referência para os outros museus distritais e do Estado, além de contribuir para as estatísticas do Ibram na região centro-oeste.

De acordo com a Subseção sobre o Plano Museológico, deve-se preparar um método de avaliação de atividades, em determinado período de tempo. Segundo as etapas do Plano Diretor, relatado por Davies (2001), os indicadores de desempenho monitoram se as metas e os objetivos estão alcançando resultados esperados,

respaldados na missão. O MPI poderá adotar uma metodologia semelhante durante a implantação dos programas do Plano Museológico

3.2 A SOCIEDADE E OS MUSEUS

Neste capítulo, são apresentados mecanismos de colaboração com outras entidades, considerando o objetivo do museu em estar a serviço da sociedade. A fundação de Associações de Amigos dos Museus deverá ser feita pela sociedade civil, sem fins lucrativos. O reconhecimento das Associações deverá ser feito por meio de ficha cadastral, do órgão mantenedor. A criação destas entidades de apoio, segundo o Estatuto de Museus podem ser estimuladas pelos museus, sem prejuízo legal.

O funcionamento destas entidades deve ser autorizado pela direção dos museus que estão vinculados. E os planos, projetos e ações serão avaliados e supervisionados pela mesma.

O MPI, atualmente, não tem uma Associação de Amigos. Contudo, foi elaborado o Estatuto da Associação de Amigos do Memorial dos Povos Indígenas, a ser publicado durante a execução do Plano Museológico.

A gestão museológica diz respeito à condução das ações administrativas dos museus, e, assim, está envolvida com a organização da instituição para cumprimento do Estatuto. Uma estrutura de gestão eficaz funciona de maneira a alcançar resultados para que a missão possa ser realizada e articulada com os planos, programas, projetos e políticas, de acordo com as normas vigentes.

Entende-se que na criação do Memorial, foi idealizado que nele fosse retratada a diversidade e a criatividade indígena como parte da cultura brasileira. A presença de Álvaro Tukano, como representante indígena, poderá contribuir significativamente na formulação (e mais tarde, no cumprimento) da missão do Memorial e no direcionamento baseado em sua identidade.

Atualmente, o Memorial tem funcionado com o trabalho em conjunto das equipes. O diretor tem papel fundamental na motivação do pessoal e no desempenho de suas funções, como relatado nas entrevistas pelos funcionários. Acredita-se que Tukano considere o Memorial como um local de diálogo com as comunidades indígenas, e esta seja a razão primeira, para que se articule com a equipe, mesmo com as adversidades da administração pública.

Com base nas entrevistas e nas informações que foram cedidas pela SUPAC e pelo MPI, pode-se dizer, que a estrutura de gestão atual precisa de aperfeiçoamento. Como foi apresentado neste capítulo, as áreas do MPI que correspondem aos tópicos do Estatuto, precisam de planejamento apropriado para que as atividades sejam desempenhadas em conformidade com a Lei. Desta forma, protege-se o patrimônio indígena musealizado e permite que Memorial, de acordo com seus valores, se aproxime cada vez dos princípios fundamentais dos museus.

O acompanhamento mais aprofundado das atividades específicas que são realizadas pela equipe do MPI, a avaliação frequente dessas atividades para possíveis adaptações ou alterações e a organização do plano museológico para torna-lo exequível são maneiras de aprimorar as práticas administrativas.

Estas práticas permitem que o Memorial continue realizando suas atividades dentro do que é possível investir em uma estrutura de administração pública direta. Ambas as equipes, tanto da SUPAC, quanto do MPI, têm interesse em aperfeiçoar as atividades museológicas do Memorial. Contudo, dependem da disponibilização de recursos, por instâncias maiores, para executar os programas do plano museológico, quando este estiver disponível.

Este processo dificulta o desenvolvimento de ações, pois na atual conjuntura os recursos são insuficientes, e as equipes se mobilizam como podem, com o apoio do Diretor, para buscar outras formas de viabilizar as atividades do Memorial.

Neste caso, o diretor Álvaro Tukano, que tem relações políticas com instituições federais, busca apoio externo para realizar as atividades, principalmente exposições temporárias e ações educativas e culturais. O que é uma alternativa considerável para que o Memorial continue em movimento.

A análise identificou como o MPI dialoga com o Estatuto Brasileiro de Museus, ainda assim, precisa de adaptações nas atividades de gestão para que o Memorial funcione da melhor maneira possível. Esta pesquisa se encerra com as considerações a seguir.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração do Estatuto Brasileiro de Museus (Lei 11.904/2009) foi resultado da implantação da Política Nacional de Museus. O primeiro projeto da Lei foi o PL 7568/2006, contudo, por razões políticas, somente foi publicado em 2009, no contexto da criação do Instituto Brasileiro de Museus.

A área museal e museológica do país foram fortalecidas com a publicação do Estatuto, que passou a regulamentar o campo museal, trazendo normas estabelecidas para proteção e disseminação do patrimônio musealizado. Desde 2010, o Ibram vem realizando planejamentos estratégicos para estimular os museus a se reorganizarem de acordo com esta legislação. O Plano Nacional Setorial de Museus, por exemplo, no eixo “Gestão e Institucionalidade” traz diretrizes a respeito da aplicação do Estatuto.

Para adaptar estas instituições, torna-se necessário que sejam feitas mudanças nas áreas administrativas e específicas, por meio das atividades de gestão. Em termos gerais, a gestão museológica, em seus conceitos e práticas, dirige os museus a traçarem objetivos e determinar caminhos para alcançá-los da melhor maneira possível, no contexto em que estão inseridos, de acordo com sua identidade e o seu papel na sociedade.

Esta pesquisa foi relevante para compreender como os museus estão inseridos no contexto da regulamentação do Estatuto, que além de providenciar normas para as áreas específicas, por meio do Regime aplicável aos museus, traz a definição e as funções que devem ser atribuídas para estes. E que práticas de gestão, bem definidas, aproximam os museus desta realidade, ou seja, elas vão proporcionar métodos para que se atinjam os objetivos, no contexto do regulamento e do museu.

O Plano Museológico, previsto no Estatuto, é um instrumento que auxilia na complexidade da gestão dos museus, por permitir uma visão holística da instituição, através do diagnóstico participativo, a elaboração de planejamentos mais definidos de atividades de acordo com a missão dos museus, através dos doze programas museológicos, o acompanhamento de todas as ações estipuladas, a avaliação do que está sendo feito e o que é preciso melhorar no desempenho da instituição.

Pelas atribuições acima, o Plano Museológico é uma ferramenta de gestão integrada que contribui para os museus se reorganizarem, adequar suas atividades de acordo com os regulamentos e a executar seus planejamentos de maneira viável.

Oito anos após a publicação da Lei 11.904, muitos museus estão em fase de adaptação, pois dependem de questões administrativas, financeiras e de pessoal para estar em conformidade com a legislação.

O Memorial dos Povos indígenas é um museu público, cuja administração, feita pela SUPAC e pelo Diretor Álvaro Tukano, depende dos fatores mencionados acima para adequar suas atividades de gestão, principalmente, de pessoal, pois não há técnicos especializados atuantes no Memorial.

Com a articulação política do Diretor e com a assistência da SUPAC, a equipe do MPI consegue realizar atividades nas áreas mais complexas no Memorial: de exposições, de ações educativas e culturais, de documentação e conservação de objetos. Apesar disso, estas áreas necessitam de planejamentos mais definidos, de acordo com preceitos técnicos e com as normas do Estatuto.

Mesmo, atualmente, não tendo missão estabelecida e outros princípios norteadores definidos, o Diretor mantém viva a idealização de Darcy Ribeiro no direcionamento da equipe. A motivação do pessoal, no ponto de vista do propósito do Memorial, é importante para proteção e divulgação do patrimônio indígena musealizado.

Sabendo disso, a SUPAC está trabalhando na elaboração do plano museológico do MPI para que os doze programas museológicos norteiem as funções da equipe que atua diretamente no Memorial e subsidiem projetos para alcançar os objetivos propostos. A contratação de Museólogo pode ser um início dessa aproximação, pois poderia supervisionar o andamento dos programas com mais propriedade.

A SUPAC está visando trazer mais autonomia à gestão do MPI para que esta possua uma estrutura que permita buscar mais meios para executar seus planejamentos. É preciso estudar até que ponto esta proposta torna-se uma alternativa viável para o MPI, e as implicações desta parceria para o Estado.

Espera-se que a partir deste ano, seja possível para ambas as equipes concretizarem os planos adequados para o MPI e tornar sua gestão referência para os museus do GDF e do Distrito Federal, no cumprimento do Estatuto Brasileiro de Museus.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Cícero Antônio de F. Plano Museológico: marco da gestão museal no Brasil. In: **Gestão Museológica: questões teóricas e práticas**. Brasília, DF: Ed. Câmara, 2013.

ASSIS;LOPES. Políticas patrimoniais para o campo dos museus no Brasil: breve análise do Estatuto de Museus. In: **Cadernos NAUI**, v.3, n.4 jan-jun, UFSC, 2014.

BRASIL. **Lei n. 11.904** de 14 de janeiro de 2009. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11904.htm Acesso em 14 abri. 2017.

BRASIL. **Lei n. 11.906** de 20 de janeiro de 2009. Institui a criação do Instituto Brasileiro de Museus e dá outras providências. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/Lei/L11906.htm> Acesso em 14 abri. 2017.

BRASIL. **Decreto 8.124** de 17 de outubro de 2013. Regulamenta dispositivos do Estado Brasileiro de Museus e do instituto brasileiro de museus. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D8124.htm> Acesso em 14 de 2017.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Museus. **Museus em números**. v. 01. Brasília, DF: MinC. 2011.

BRASIL. Ministério da Cultura. **POLÍTICA NACIONAL DE MUSEUS** / organização e textos, José do Nascimento Junior, Mário de Souza Chagas. – Brasília: MinC, 2007

BRASIL. **Política Nacional de Museus**: memória e cidadania. Brasília, DF: Secretaria de Patrimônio, Museu e Artes Plásticas; Ministério da Cultura, 2003.

BRASIL. **Política Nacional de Museus**: relatório de gestão 2003-2010. Brasília, DF: MinC/Ibram, 2010.

BRASIL. **Plano Nacional Setorial de Museus**: 2010-2020. Brasília, DF: MinC/Ibram, 2010.

BRASIL. Conselho Federal de Museologia. **Resolução nº 03 de 2013**. “Instrui os COREM’s para o cumprimento do artigo 8º da Lei 11.904 que institui o Estatuto dos Museus e dá outras providências. ” São Paulo, 2013.
Disponível em: < http://cofem.org.br/legislacao/_resolucoes/#ano-2013> Acesso em 20 mai. 2017.

COSTA, Helena Fernandes Gonçalves da. Patrimônio e Gestão: coisas de museu. In: **Laboratório de estudos e pesquisas arqueológicas**, vol. I, jun/jul. Santa Maria, RS: Universidade Federal de Santa Maria Editores. 2013.

DAVIES, Stuart. Plano diretor. São Paulo, SP: Fundação Vitae. 2001.

DESVALLÉES, André; FRANÇOIS, Mairesse; BRULON, Bruno; CURY XAVIER, Marília. **Conceitos-chave de Museologia**. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus: Pinacoteca do Estado de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 2013.

DISTRITO FEDERAL. Subsecretaria do Patrimônio Cultural. Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal. **Plano Museológico do Memorial dos Povos Indígenas**. 2016.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal. **Organograma**. Brasília, DF: Governo do Distrito Federal, 2017. Disponível em: http://www.cultura.df.gov.br/images/Organograma/Organograma%20SEC%20_2015_v3.pdf. Acesso em 25 de maio de 2017.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal. **Regimento interno**. Brasília, DF: Governo do Distrito Federal, 2010.

DISTRITO FEDERAL.. Portaria nº 154, de 26 de maio de 2017. **Diário Oficial do Distrito Federal** 101 de 29 de maio de 2017. Brasília, DF.

DISTRITO FEDERAL.. Secretaria de Estado da Cultural do Distrito Federal. Histórico do Memorial dos Povos Indígenas. Disponível em: <http://www.cultura.df.gov.br/memorial-dos-povos-indigenas.html>> Acesso em 16 de novembro de 2016.

CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte. Aspectos formais da instituição. **Orientações para Gestão e Planejamento de Museus**. Florianópolis: FCC, 2014. P27-34.

Disponível

em: http://www.fcc.sc.gov.br/patrimoniocultural//arquivosSGC/DOWN_153805Coleco_Vol_III_web.pdf. Acesso em 23 abri. 2017.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. **O direito à memória**: a Museologia brasileira e seu novo marco regulatório. In. II ENCONTRO INTERNACIONAL DE DIREITOS CULTURAL, 2013, Fortaleza, CE, Brasil. Disponível em: <http://www.direitosculturais.com.br/anais_interna.php?id=3> Acesso em 22 nov 2016.

FERREIRA, Maria Letícia Mazzucchi; SAGNÉS, Sylvie; LIZOTT, Joana Soster. O “culto à saudade e o luto fundador”: estudo comparativo entre suas instituições museais. In: **Anais do museu histórico nacional**, vol. XLIII. Rio de Janeiro, RJ: o museu, 2011, p. 126-145.

FRANCISCO, Severino. Acervo de Darcy Ribeiro, Berta G. Ribeiro e Eduardo Galvão. In: **Memorial dos Povos Indígenas: Maloca Moderna**. Brasília: Instituto Terceiro Setor, 2007. 130p.

GARY, Edson. Gestão de Acervo. In: **Como gerir um museu: manual prático**. França: ICOM, UNESCO. 2004. p.259.

GONÇALVES, Elane Santos; BALLARDO, Luciana. Reflexões sobre a importância do profissional museólogo após a criação da política nacional de museus. In: **Revista LEPA: arqueologia e patrimônio**, vol. I, 2013, Santa Maria, RS: Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas Editores. Jun 2013/Jun2014. Disponível em: <http://coral.ufsm.br/lepa/revista/rev1/rev1art5.pdf>. Acesso em: 01 mai. 2017

MORAES, Nilson Alves de. Políticas públicas, políticas culturais e museu no Brasil. In: **Revista MUSEOLOGIA E PATRIMÔNIO**, Rio de Janeiro, RJ, vol. II no 54 jan. /jun. de 2009. Disponível em: <<http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus54>. Acesso em 23/04/2017. Acesso em: 14 mar. 2017

NIEMEYER, Oscar. **Museu do Índio - Brasília, DF**. Módulo, Rio de Janeiro, n.72, p.57, 1982. Disponível em: <<http://www.oscarniemeyer.com.br/?q=gm5/ajax/detalhe-obra/3736>> Acesso em: 30 abri. 2017.

NUNES, Gilson. Perspectivas para continuidade da Política Nacional de Museus. In: **Revista Museu: cultura levada a sério**. Rio de Janeiro, RJ, v, n. pg. 13 de dezembro de 2011. Disponível em: < <http://revistamuseu.com/artigos/art.asp?id=31366>> Acesso em: 04 mai. 2017.

RANGEL, Marcio; JÚNIOR, José do Nascimento. **A trajetória da Política Nacional de Museus: impactos sobre o campo museológico brasileiro**. Brasília, DF: MinC/Ibram, 2010. 16p.

SILVA; PINHEIRO. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MUSEUS NO BRASIL: do Iphan AO IBRAM. XIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB 2013) GT 9 – Museu, Patrimônio e Informação, 2013.

TOLENTINO, Átila Bezerra. Políticas públicas para museus: o suporte legal no ordenamento jurídico brasileiro. In: **Revista CPC**, São Paulo, v.1 n.4, p.72-86, maio/out. 2007.

XAVIER, Janaína Silva. As origens e influências do plano museológico brasileiro. In: Anais I SEBRAMUS, 2014. Belo Horizonte, MG. **Anais do I SEBRAMUS**. UFMG, 2014, p.89-98.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

JÚNIOR, Zenildo Alves de Sousa. Entrevista cedida a autora em 07 de dezembro de 2016.

TUKANO, Álvaro. Entrevista cedida a autora em 28 de setembro de 2016.

SILA, Wellington Gomes da. Entrevista cedida a autora em 28 de setembro de 2016.

ANEXO 1

Entrevistadora

Estamos aqui no Memorial dos Povos Indígenas de Brasília, no dia 28 de setembro de 2016, às 14h05, horário de Brasília, para entrevistar o Diretor do Memorial, Álvaro Tukano. Daí, vou pedir para o senhor, por favor, se apresentar.

Diretor Álvaro Tukano

Eu sou do Acre, Tukano é meu nome de cerimônia em homenagem ao primeiro homem da humanidade do povo Tukano. Sou mais conhecido como Álvaro Tukano por ser do povo Tukano, sou da fronteira com a Colômbia e da Venezuela no Estado do Amazonas.

Entrevistadora

Certo. As perguntas que eu farei agora... o cargo que o senhor ocupa é da gerência ou da direção do Museu?

Diretor Álvaro Tukano

Eu sou da direção, sou o Diretor. O Diretor... é pra ter bons administradores na equipe, muita gente... Eu não tenho essa equipe.

Entrevistadora

Infelizmente, né. Qual é a natureza jurídica do Museu?

Diretor Álvaro Tukano

Esse museu é público é do Governo do Distrito Federal. É um dos museus que trata da questão indígena no Brasil. É importante por estar na capital e, por isso, temos recebido muitos índios que vem à Brasília para defender seus direitos... homens e mulheres...a luta precisa de aliados, então, vem muitos turistas do Brasil inteiro e de outros países pra saber como é que está a situação indígena no país. Eles procuram muito pouco a FUNAI, porque a FUNAI tem informações precisas e muitas vezes, sigilosas. E aqui é um espaço democrático onde acaba dizendo onde dói, ou não. Então por isso é importante, o contato direto com o público que interessa saber como que está a questão de índio e de meio ambiente.

Entrevistadora

Sim.

Diretor Álvaro Tukano

Por isso é que é importante.

Entrevistadora

O museu tem princípios norteadores? Vocês já têm definidos os princípios institucionais?

Diretor Álvaro Tukano

Ideias nunca nos faltaram e, também, existem minutas que acabam virando arquivos porque não tem pessoas capazes de estar seguindo esse caminho de pesquisa, de transformação para educar a sociedade brasileira. Então, tudo se alega pela falta de grana, então, o capitalismo é forte, se você não tiver dinheiro, você não vai andar pra frente. Por isso, eu não tenho a equipe, tenho bons pensadores e pensadoras, mas o que falta é apoio econômico.

Entrevistadora

Então, vocês ainda não tem definido a visão, os objetivos do Memorial, ainda. Assim, por escrito a identidade, a visão, a imagem do Museu que vocês querem que seja para as pessoas, os objetivos da instituição que vocês querem alcançar.

Diretor Álvaro Tukano

Estou aqui como Diretor pela segunda vez, antes de eu passar por aqui, estive o Marcos Terena, é amigo meu. Depois a Helena, Maria Helena, que é do povo Paraçu (inaudível). Eles tiveram as dificuldades que até hoje continuam. Então, esse Museu, enquanto os pensantes brasileiros ficar centralizando pra tratar da questão indígena, como colonizadores, nós nunca vamos seguir para frente.

Rollemberg me confiou, através da Secretaria de Cultura, pra falar de nossos sentimentos, de nossas realidades. Então, por isso que aqui a dinâmica é diferente, nós estamos muito preocupados como é que deve ser o museu, nós estamos

fazendo o museu a gosto de índio. É um espaço físico, é um parlamento dos índios... muito diferente, sem dinheiro. Através de amigos, nós funcionamos. Mas, importante é termos essas experiências para fazermos os planos no futuro com essa cidade, aqui, de Brasília. Então, enquanto a UnB e outras universidades ficar pensando “deixa o índio fazer a vida dele”, também, não está correto. Esse museu é público, ele deve ter a mão de muita gente pra fazer muitas reformas nas áreas de educação, de artes, de comunicação.

Entrevistadora

Sim. O senhor poderia detalhar mais a relação do Memorial com o Governo do Distrito Federal?

Diretor Álvaro Tukano

A nossa relação, aqui, é pra, falar a verdade, nossa relação com o Governo do Distrito Federal é defender a ótica/arte (inaudível) em primeiro lugar, não estamos aqui porque queremos o poder, o cargo permanente, não. Nós estamos aqui pra construir, reconstruir o que pensa dos povos indígenas. Isso é o nosso dever, a nossa capacidade, nós temos produzido bons relatórios aqui. As atividades que foram executadas aqui você deve encontrar aqui na administração. É essas manifestações políticas, culturais devem ser divulgadas para a sociedade brasileira. Essa relação que nós temos junto ao Governo do Distrito Federal. Isto é, produzimos, o Governo produziu com fatos.

Entrevistadora

Há quanto tempo o senhor é gestor do Memorial?

Diretor Álvaro Tukano

Estou aqui desde fevereiro do ano passado.

Entrevistadora

Como estão sendo desenvolvidas as atividades de gestão do Memorial nesse ano de 2016?

Diretor Álvaro Tukano

Bem, esse ano...no ano passado tivemos promessas de quatro mil reais pra administração anual e nós não vimos isso. Também, não nos interessa, é muito pouco, quatro mil reais pra um prédio importante como esse. O Governo faz pagamentos aos seus funcionários, de carreira, que estão aqui... de segurança. Mas outros movimentos grandes têm tido apoio do Ministério da Cultura, da pessoa do Juca Ferreira... O Francisco Bosco, do IPHAN, eu tenho amigos como o (inaudível) nós temos amigos que nos possibilitam chegar até aqui. E nós temos feito movimentos diferentes como lançamento de livros, de filmes, trazemos aqui, curandeiros e curandeiras, e o povo tem gostado muito. Como que é importante descobrir tantas coisas escondidas no meio dos povos indígenas.

Esse ano, estamos trazendo os índios do Canadá, dos Estados Unidos pra falar de nossas cosmovisões. Dia 04/10 vai passar por aqui o Sabaldo que é Ticuno (inaudível) é professor da Universidade de Porto, de Portugal. E vamos trazer outros latinos, também, que são professores ou curandeiros, mesmo que não sabem falar nem espanhol ou português, e nós compreendemos e queremos traduzir isso em livros, em vídeos, em espanhol, português, francês e inglês pra dizer que nós existimos. Então, assim que temos funcionado. E repassar essas informações pras universidades, porque são palavras de índios, não são palavras de antropólogos, missionários e outros aventureiros que sempre fizeram relatórios a respeito da gente. Aqueles relatórios foram importantes porque na época o índio não sabia ler nem escrever. Hoje, muitos índios são advogados, são antropólogos, são professores, treinados e incluídos na sociedade brasileira pra falar de nossos direitos. Então, essa casa é pra defender os direitos primordiais dos povos indígenas, que são trezentos e cinco, eles falam duzentas e setenta e uma línguas, ocupa quase 13% do território nacional, que são terras coletivas, terras da União. Esta casa é do povo brasileiro.

Entrevistadora

O senhor comentou que o Governo do Distrito Federal repassaria quatro mil reais para vocês e esse dinheiro seria para cuidar de todas as atividades do Museu...

Diretor Álvaro Tukano

É.

Entrevistadora

Só que o dinheiro nunca chegou...

Diretor Álvaro Tukano

Exato.

Entrevistadora

E como vocês tem feito a organização institucional?

Diretor Álvaro Tukano

Estamos esperando respostas de tantas cartas, quando eles vão nos responder, não sabemos.

Entrevistadora

E como é a rotina de vocês, o senhor, como Diretor, como o senhor consegue, dessa forma, executar as atividades, planejar, conversar com as poucas pessoas que compõe a equipe, como o senhor comentou, como é o dia-a-dia de vocês, como organizam suas atividades?

Diretor Álvaro Tukano

Por exemplo, amanhã nós temos o lançamento de um filme feito por um índio, ele trabalhou fazendo registros de índios isolados do Acre. Então, nós vamos mostrar esse trabalho como importante. Então, esse cineasta, ele é (inaudível) mais conhecido como Cachinoá. Não tendo apoio para estudar aqui no Brasil, ele foi embora pros Estados Unidos, lá ele aprendeu outras línguas. Está fazendo um bom registro de um povo isolado no Estado do Acre, fizeram amizades, estão construindo um mundo novo que antigamente era cheio de guerras, hoje não, a gente quer paz. E muitos índios têm vindo à Brasília em busca de um mundo melhor, alguns estão aqui na UnB. Isso tem nos facilitado pra gente entender como que é o Brasil, quem sou eu, como brasileiro, eu sou diferente de você, eu sou Tukano. Outro pode ser judeu, outro pode ser Xavante, ou Yanomani. Mas, esse é o nosso mundo, então nós organizamos, nos mobilizamos, eles conseguem chegar aqui pra mostrar suas atividades, pra gente movimentando o nosso público, fazemos cerimônia dialógica,

aqui dentro. Que pra muita gente, dá medo. Mas pra nós, não. Outros me perguntam, “por que vocês estão fazendo isso aqui? Aqui é lugar pra isso?”, É... Mas, essa aqui é casa de índio, dá pra falar de traduções indígenas, quem tem que falar de traduções indígenas, sou eu com aquelas pessoas que tem tradições, quem é índio tem que falar de assuntos indígenas porque eles sabem, porque nós temos que exigir nossos direitos para um público que não sabe nossos assuntos. Então por isso ser importante, nós estamos funcionando... a agenda nossa, muito independente. Esses relatórios, estão aí como produtos da Secretaria de Cultura, que produzimos.

Entrevistadora

Aqui no Memorial há planos, projetos, programas, parcerias? Como que é aqui?

Diretor Álvaro Tukano

Planos, parcerias... deveria ter. Como a gente não dá muito Ibope, as propagandas, a “Coca-cola”, “Guaraná”, a “Rede Globo”, nós estamos sem patrocínios. É muito difícil ser índio nesse país, é mais difícil ainda quando nós procuramos parcerias, se temos promessas. Toda vez que tem alguma coisa andando pra fazer a reforma, troca as pessoas, e todo aquele sonho, aquele trabalho vai pro lixo. Então, é uma coisa que não anda, se a gente depender do Governo, nós vamos ficar mofados. Só assistindo as lamentações. Nós não vamos fazer isso, a gente faz festas, a gente fala, a gente grita. Então, é bonito esse Museu fazer isso.

Entrevistadora

Sim, com certeza. Eu adoro esse Museu. E, aqui no Memorial, como é o organograma? Como é composta a equipe?

Diretor Álvaro Tukano

Estou aqui como um índio isolado, o Diretor do Museu. Há mais de um ano que eu tenho pedido uma segunda pessoa para ser contratada, que seria um cargo de confiança, não pude ser atendido porque não tinha grana. Então, não tem essa pessoa. Então, nós temos três funcionários públicos de carreira, eles têm sido muito prudentes aos horários, entra e sai na hora exata, se trabalham muito, eles já choram que querem aumento, ou que pague, essas coisas. Tem dois faxineiros, um

casal de faxineiros, para fazer a limpeza...serviço terceirizado. Tenho três vigias durante o dia e dois à noite. É a grande equipe, mas uma equipe intacta, que a gente sabe entender como que é difícil, mas como que é agradável trabalhar com o povo que a gente ama.

Entrevistadora

Sim, com certeza. Vocês têm relações próximas...

Diretor Álvaro Tukano

São.

Entrevistadora

E os técnicos que trabalham com a parte do acervo, com a parte das exposições, as pessoas que lidam mais com as atividades próprias do museu.

Diretor Álvaro Tukano

Estou sem técnico. O técnico que tem aqui é o Beto, o Beto é o técnico pra muitos museus. Ele é indivisível, então, não consegue fazer sua tarefa. Mas, ele está aqui comigo, com um espaço inadequado, a umidade, o mesmo calor. Nós não temos tido apoio financeiro pra proteger as peças, tecnicamente. Esse museu não tem apoio técnico.

Entrevistadora

Basicamente é uma pessoa pra cuidar de tudo.

Diretor Álvaro Tukano

Exatamente.

Entrevistadora

É o Beto?

Diretor Álvaro Tukano

É o Beto.

Entrevistadora

O senhor sabe o cargo que ele ocupa aqui no museu ou na Secretaria de Cultura?

Diretor Álvaro Tukano

Ele é ajudante. Na verdade, ele deveria estar na chefia. Talvez, por ele ser mais, assim, enérgico à agenda de seus deveres. Como ele não é autoridade, ele vai para o Catetinho, pras igrejas, vai consertar ou tirar o pó. E, aqui, eu fico sem o Beto, às vezes.

Entrevistadora

Sim.

Diretor Álvaro Tukano

Então, nós temos muitas coisas que poderíamos trazer aqui. Existem Leis, também, que não pode receber tantos volumes de doações porque está fora da Lei. Então, isso também, vem atrapalhando muito. E, por isso, nós vamos fazer nossa agenda, como é que nós vamos trazer novas peças que nos identificam como povos distintos. Isso que vai ser bom para Brasília, que temos que mostrar coisas bonitas que tem no país, não só de guerras, derrotas. Nós temos coisas boas.

Entrevistadora

E, aqui, tem alguém da Secretaria de Cultura na equipe? Algum técnico da área de museus?

Diretor Álvaro Tukano

Não. A Fátima é polivalente. Ela que faz funcionário, aqui. Quando tem material de limpeza, ela tira do bolso. É assim que nós funcionamos aqui, não tem nada. Mas, a gente funciona assim mesmo.

Entrevistadora

Então, é o senhor, o pessoal da equipe de limpeza, são dois funcionários, né?

Diretor Álvaro Tukano

É.

Entrevistadora

O Beto...

Diretor Álvaro Tukano

É. O Beto é restaurador.

Entrevistadora

A Fátima...

Maria de Fátima Belarmino

(inaudível) (...) Tem o pessoal da gestão pública, do administrativo mesmo, que faz os documentos pro Tukano, mais da carreira de apoio mesmo. O Gustavo é historiador, o Beto, restaurador...e o Álvaro que é o Diretor.

Entrevistadora

Obrigada. Então, aqui são só vocês pra cuidar do memorial inteiro...

Diretor Álvaro Tukano

É.

Entrevistadora

Sim.

Diretor Álvaro Tukano

Daí, de vez em quando, a gente quer trocar as películas do prédio, mas não pode. Nós queremos trocar o vidro quebrado... não pode. Tudo não pode. Pra dizer não, funciona, mas pra dizer sim...difícil.

Entrevistadora

Muito né?

Diretor Álvaro Tukano

Sim

Entrevistadora

Eu imagino... São problemas que a maioria dos museus aqui do DF enfrentam.

Diretor Álvaro Tukano

Aham.

Entrevistadora

Quais são as atividades museológicas que o museu desenvolve? Como elas são planejadas, organizadas e distribuídas pra equipe? As atividades às quais me refiro são exposições, atividades de conservação dos objetos do acervo, educativo com o público... E, também, alguma atividade cultural ou evento cultural que vocês realizam. Coisas assim.

Diretor Álvaro Tukano

Inclusive, nós estamos com essa exposição de um Kayapó. É de um amigo meu, o Cléber, ele fez essa exposição aqui no Cerrado. Quando ele terminou, eu falei com ele, é melhor falar que precisamos desse acervo... ele trouxe aqui. Então, quem tem boa vontade, tem espaço aqui. E nós conseguimos transmitir a mensagem, e nós temos pessoas inteligentes, aqui. Às vezes, aqui, eu recebo cegos, muitos. E outras crianças que... muito...mal conseguem falar as línguas. Todo mundo sai daqui satisfeito. Isso é muito bom. Então, são grandes educadores que eu tenho ao meu redor, são grandes pensadores, que são as crianças, que adoram vir aqui, saem daqui, chorando de alegria. Isso é muito gratificante.

Entrevistadora

Eu imagino que isso seja muito bom.

Fátima

As escolas públicas que... (inaudível)...temos esse evento, dia 12/10/2016, que é para o dia das crianças, que se chama “Dia dos Curumins”, na linguagem indígena, é curumins... criança. Vamos reunir brinquedos, roupas, calçados, alimentos... se quiser contribuir com a gente. O encarte está aqui, se quiser tirar foto depois...

Entrevistadora

Claro.

Fátima

A gente recebe muitas lideranças indígenas, de muitos Estados do país.

Diretor Álvaro Tukano

Então, tem muita gente que vem aqui atrás de objetos, né. As crianças querem levar daqui alguma lembrança...Eu não tenho porque a Lei não permite que eu venda artesanato ou consumo.

Entrevistadora

Não tem uma lojinha, né.

Diretor Álvaro Tukano

Não tenho uma biblioteca, e isso... muita gente me enxerga como incapaz. Eu sou culpado. Eu não sou culpado. É o Governo que fez essa Lei que não me permite.

Entrevistadora

Esforços não faltam.

Diretor Álvaro Tukano

Sim.

Entrevistadora

Quais as estruturas que o Memorial dispõe para o cumprimento de suas atividades? Principalmente, levando em consideração, que o museu é da Secretaria de Cultura.

Diretor Álvaro Tukano

Bem, esse espaço é algo do Governo. Então, se falta alguma coisa, as pessoas sabem o que deveria ser feito aqui, porque o que nunca falta aqui são sugestões. Então, muita gente que vem aqui atrás de livros importantes na área de Antropologia brasileira... Eu não tenho. Eles vão lá na FUNAI, é bastante difícil esse trajeto. Aqui,

ainda se tem informações informatizadas. Eu não tenho. É mais certo a gente ter o metrô informatizado do que o museu. Então, isso significa que o nosso país não leva a sério a cultura, a educação. E nós crescemos desse jeito. Povo com muita cultura, povo que não sabe falar de cultura. Cada um fazendo uma coisa desorganizada. E, aqui, nós tentamos fazer do nosso modo, trazer muitos índios e índias pra mostrar nossas diferenças e isso tem sido bom. Porque pra combater o preconceito temos que fazer o trabalho com as crianças, e é o que estamos fazendo aqui.

Entrevistadora

O Memorial tem regimento interno, enquadramento orgânico, como que funciona?

Diretor Álvaro Tukano

O regimento interno é como se fosse os primeiros dez mandamentos da bíblia, leis bonitas, regimentos bonitos, mas não são praticados. Igual à Constituição Brasileira. Então, o regimento, aqui, não tem. O regimento aqui é chegar na hora certa, cumprir a Lei Distrital, tudo bem.

Entrevistadora

Então, o regimento interno que vocês trabalham é o da Secretaria?

Diretor Álvaro Tukano

Exatamente, da Secretaria de Cultura.

Entrevistadora

O Memorial tem Estatuto Social?

Diretor Álvaro Tukano

Não.

Entrevistadora

O Memorial é regulamentado por qual legislação?

Diretor Álvaro Tukano

Pela Lei Orgânica do Distrito Federal. Ela está vinculada à Secretaria de Cultura. Todas as normas que seguimos é da Secretaria de Cultura.

Entrevistadora

Há Plano Museológico no museu?

Diretor Álvaro Tukano

Não.

Entrevistadora

Para o planejamento das ações de Pesquisa, Comunicação, Preservação vocês levam em consideração o Estatuto Brasileiro de Museus e o Decreto 8.124 que regulamenta o Estatuto?

Diretor Álvaro Tukano

Olha, pra ser sincero, você é a primeira pesquisadora que vem aqui, na minha gestão. Então, como não tem pesquisadores que tem seus planos, aqui sempre vai ser desse jeito. Quem tem que fazer planos é essa cidade, esse espaço é dessa cidade. Deve ser apresentado ao Governo, isso tem um custo. Quando tiver um plano bem elaborado, vai ter um bom funcionamento. Não tem no momento.

Entrevistadora

Acho que o senhor já respondeu, a próxima pergunta está relacionada a uma seção do Estatuto de Museus, que é a Lei 11.904 de 2009, que fala do funcionamento dos museus públicos. A minha pergunta é se o Memorial dos Povos Indígenas leva em consideração essa parte da Lei. Mas, o senhor comentou que vocês não trabalham ainda com o Estatuto Brasileiro de Museus, né?

Diretor Álvaro Tukano

Uhum.

Entrevistadora

Quais legislações são consideradas para o desenvolvimento da gestão de museu?

Diretor Álvaro Tukano

Todas as leis que discutimos, através do Ministério da Cultura, eram pra ser praticadas, desde que tivesse recurso. E não funcionou, escritos “língues” (inaudível), mas não funcionou. Leis não nos faltam, o que nos faltam é a equipe e a grana.

Entrevistadora

Com certeza. O Memorial está inscrito no Cadastro Nacional de Museus?

Diretor Álvaro Tukano

Na agenda da Secretaria, sim. Mas, todos os museus aqui são catalogados, fazem parte de um programa cultural de Brasília. Mas, não há sintonia, às vezes entre nós, porque são ações diferentes, muito pouco similares. Então, quem vem aqui, por exemplo, vem pra conhecer o meio ambiente, os índios, as águas. Tem outros turistas que vão pro Museu da República, eles têm uma outra informação, eles querem saber de outros assuntos. Então, essa gente não vai vir aqui. Tem outros que procuram museu de Gastronomia, e quando vem aqui, querem comer a comida de índio, eu não tenho comida de índio. Por mais que eu seja índio, eu também queria. Mas não posso. Se nós tivéssemos mais abertura pra esse tipo de mostra de Gastronomia, de Literatura, de outras culturas que nós apreciamos, esse Museu teria conceito de museu, seria mais pro lado comercial, né. Então, não funciona.

Entrevistadora

Há política de aquisição e descarte de acervo e política de gestão de acervo?

Diretor Álvaro Tukano

Não. Não temos. Vontade não falta, mas não pode.

Entrevistadora

Existe o Inventário Nacional de Bens Culturais, ele ainda não está ativo, mas muitos museus estão preparando a documentação do acervo, dos bens culturais, pra poder registrar nesse Inventário. Vocês já estão fazendo essa preparação dos documentos?

Diretor Álvaro Tukano

Existe isso no computador. Os objetos estão registrados.

Entrevistadora

Daí, quando o Inventário estiver ativo, vocês pensam em registrar todos os bens culturais do Memorial...

Diretor Álvaro Tukano

Sim.

Entrevistadora

Há projetos de Conservação e Segurança do acervo?

Diretor Álvaro Tukano

Temos, mas como?

Entrevistadora

Mas, vocês chegaram a escrever sobre o projeto?

Diretor Álvaro Tukano

Foi feito, mas está parado.

Entrevistadora

Eu poderia ter acesso aos documentos que vocês têm?

Diretor Álvaro Tukano

Lá no arquivo tem, fala com o Gustavo.

Entrevistadora

Há projetos de Estudos, Pesquisas e Ações Educativas no Museu?

Diretor Álvaro Tukano

Também, não. Não tem.

Entrevistadora

Há projetos de difusão cultural, Comunicação para promover o acesso das pessoas ao Memorial?

Diretor Álvaro Tukano

Também, não.

Entrevistadora

Há Associação de Amigos do Memorial dos Povos Indígenas?

Diretor Álvaro Tukano

Ideal...

Entrevistadora

Tem projetos sobre isso?

Diretor Álvaro Tukano

Nós tentamos, mas ninguém toma a iniciativa.

Entrevistadora

O museu é registrado no Sistema de Museus do DF?

Diretor Álvaro Tukano

Está.

Entrevistadora

Existe documentação sobre isso?

Diretor Álvaro Tukano

Na Secretaria de Turismo.

Entrevistadora

Na Secretaria de Turismo tem todos os dados do Memorial?

Diretor Álvaro Tukano

Tem todos os dados dos museus de Brasília.

Entrevistadora

Na Secretaria de Turismo e na de Cultura, também...

Diretor Álvaro Tukano

Também.

Entrevistadora

O Memorial tem contato com o Ibram (Instituto Brasileiro de Museus) para buscar orientação e suporte para suas atividades?

Diretor Álvaro Tukano

Como temática indígena é muito pequena, tem sido difícil esse contato. Mas, nós temos estudantes de Antropologia, de Sociologia que sempre estão lá ouvindo e pensando. Então, a política deve nascer. Esperamos.

Entrevistadora

Quais foram os projetos que estão na documentação do arquivo, projetos na área de ações educativas, de comunicação, política de acervo... quais foram os projetos que vocês já propuseram para o museu?

Diretor Álvaro Tukano

Existe uma política do Governo brasileiro que nós praticamos aqui, a Lei 6.645, que obriga as escolas a tratarem da questão indígena. Então, muitos vêm aqui em função dessa Lei. Eles trazem muitas informações, também. E, aqui, nós complementamos, corrigimos, também. Então, tem sido importante isso aí. A nossa política é...nós não vamos mudar de um dia para o outro, somos poucos. Nós somos no Brasil menos de 950 mil índios pra consertar a multidão de duzentos e poucos milhões de brasileiros. Mas, a grande força que existe em nós é a capacidade do sonho, de utilizar essas ferramentas de comunicação... tem sido importante.

Entrevistadora

Daí, vocês escrevem propostas para a Secretaria...

Diretor Álvaro Tukano

Escrevemos.

Entrevistadora

Vocês têm essa documentação no arquivo?

Diretor Álvaro Tukano

Está no arquivo também

Entrevistadora

da Secretaria de Cultura?

Diretor Álvaro Tukano

Da Secretaria de Cultura.

Entrevistadora

Quais são as perspectivas do senhor para o Memorial?

Diretor Álvaro Tukano

Bem, eu sou passageiro. Temos dados avanços na comunicação, isso é muito importante. Estamos preparando o campo político para que outros sucessores possa ampliar a comunicação com essa cidade de educadores. E, aqui, ficaremos. E, aqui, a gente vai ser feliz. Não estamos preocupados com outros países, nosso lugar é aqui. Então, como é a capital de todos os brasileiros, nós queremos respeito. A gente não veio aqui pra pedir esmola de ninguém. A gente não precisa de Sati (inaudível) e facas, a gente deseja respeito, a dignidade, que nós estamos defendendo os bens da União de graça, por isso que a gente tem que estar aqui.

Entrevistadora

Muito obrigada pela entrevista, senhor Álvaro.

Tempo de entrevista 52 minutos e 03 segundos.

Entrevista 02

Entrevistadora

Estamos no Memorial dos Povos Indígenas, no dia 28 de setembro de 2016, às 14h51, horário de Brasília, para entrevistar Wellington Gomes da Silva. Entrevistadora Rayssa de Souza Pereira. Vou pedir para você se apresentar, por favor.

Wellington Gomes da Silva

Eu sou... Meu nome é Wellington Gomes da Silva. Trabalho aqui no Memorial tem um ano, fez um ano, agora em setembro que eu vim pra cá, e trabalho na área administrativa, junto com o Álvaro Tukano.

Entrevistadora

Qual é a natureza jurídica do Memorial dos Povos Indígenas?

Wellington Gomes da Silva

É... Como assim natureza jurídica? Aqui é uma instituição pública. A gente não tem CNPJ, mas a gente é vinculado à Secretaria de Cultura do Distrito Federal. Ela que mantém o Memorial.

Entrevistadora

Aham. É isso, mesmo. O Memorial tem princípios norteadores de instituição?

Wellington Gomes da Silva

Sim, nosso princípio é dar visibilidade às culturas indígenas. É... promover, originar e dar visibilidade aos fazeres dos povos indígenas.

Entrevistadora

Como estão sendo as atividades de gestão do Memorial em 2016?

Wellington Gomes da Silva

Bom, aqui já tiveram poucos diretores que passaram por aqui, né. O Álvaro, que é o Diretor atual, ele é bem articulado, ele trás bastantes lideranças indígenas pra cá.

Ele desenvolve atividades, além da exposição, que tem na galeria, ele desenvolve atividades diversas, ele vem trabalhando sempre... Ele está transformando o memorial em embaixada dos povos indígenas, onde é discutido várias questões dos povos indígenas do Brasil inteiro. Vem lideranças indígenas de todo o Brasil, e aqui, acaba sendo um local de encontro dessas discussões... para essas discussões.

Entrevistadora

Baseado nisso, vocês têm planos, projetos, programas realizados aqui no Memorial para atingir seus objetivos?

Wellington Gomes da Silva

Sim, como eu estava falando, existem os programas voltados para juntar as lideranças indígenas, e aí, através desses encontros que acontecem a cada duas semanas, aqui... O evento chamado “Moitará”, a gente busca discutir, levar essas questões para outras esferas do Distrito Federal e para o Brasil inteiro, tanto para buscar apoio de instituições, de parceiros, de amigos do museu, e, também, para atingir as escolas de uma forma mais eficiente, com a presença do indígena, sempre, né. Não deixando isso só para os mestiços, mas, também, para os indígenas trabalharem diretamente neste objetivo, que é levar a verdade sobre a situação indígena pra todos os estudantes, os pesquisadores interessados, né. Trabalhando nesse sentido.

Entrevistadora

Vocês escrevem projetos, apresentam para Secretaria todas as atividades que vocês objetivam fazer no Memorial...

Wellington Gomes da Silva

Sim, nós enviamos relatórios sempre que necessário, ou um relatório anual de atividades realizadas, e dentro do relatório do que foi realizado no ano, né. Ou no momento, a gente coloca umas metas, as metas que a gente pretende pro ano que inicia ou pro restante do ano, né. Às vezes, a gente antecipa o envio desse relatório, né. Troca a chefia, por exemplo, aí, ele fica interado do que aconteceu e do que a gente pretende realizar.

Entrevistadora

Quais são as atividades museológicas que vocês desenvolvem aqui no Memorial? Exposição, conservação, educativo, ações culturais... atividades deste tipo.

Wellington Gomes da Silva

Bom, aqui a gente tem a galeria, né... que é o espaço expositivo, que é principal objetivo de interesse pra quem visita o Memorial. Aí, dentro da galeria já tem esse aspecto de museu, na. Mas, fora isso, a gente recepciona pesquisadores, estudantes de Museologia da Universidade de Brasília... Eles vêm, tem contato com as peças dentro da reserva técnica. Aí, eventualmente, quando eles têm oportunidade... que tá presente aqui representantes da gerência de conservação e restauro, que é o órgão vinculado à Secretaria de Cultura, mas que não está diretamente ligado ao Memorial, porque ela cuida dos outros próprios da Secretaria de Cultura, aí eles têm a oportunidade de presenciar situações de manutenção, conservação e restauro de peças bem específicas, né. Porque dentro da restauração, essa questão de plumária, de cestaria, é uma coisa que eles não têm tanto contato, não tem tanta oportunidade de lidar com esse tipo de suporte.

Entrevistadora

Quais são as estruturas que o Memorial dispõe para o cumprimento de suas atividades?

Wellington Gomes da Silva

Bom, nós temos uma reserva técnica onde a gente mantém acondicionado as peças que não estão sendo expostas. É... nós temos uma sala, a sala da Diretoria que conta com uma mesa grande pra fazer reuniões, receber autoridades. Nós temos a sala de administrativo que tem computadores pra serviços diversos de impressão, de... Elaboração de documentos. Temos uma arena que fica no centro do MPI, que serve pra... Onde acontecem rituais indígenas, principalmente, onde acontecem eventos além da exposição... de danças, tomar o “Aioaski”, fazer os rituais, tomar rapé, contar histórias... isso tudo na arena. Tem o espaço da galeria, né... que é o espaço expositivo, onde a gente coloca as peças para o visitante ver e temos um pequeno auditório, né, que serve pra projetar filmes, pra fazer palestras, também, quando tem algum curso... Eles podem realizar... A gente instala o equipamento de

som, a gente tem cinquenta lugares fixo nesse auditório, a gente pode solicitar cadeiras da Secretaria de Cultura até duzentas cadeiras pra recepcionar um público maior, às vezes a gente coloca cadeira perto da arena ou no auditório, né. Quando o público é maior.

Entrevistadora

Em termos de legislação, por exemplo, existe a Lei 11.904 do Estatuto Brasileiro de Museus. O Memorial leva em consideração o cumprimento da Lei na realização de suas atividades?

Wellington Gomes da Silva

Sim, mas, buscando inclusive... Recentemente, foi apresentado um projeto museológico pro museu, ele está em vias de aprovação, né. Foi o Pedro Paulo Palazzo, que é museólogo... Ele elaborou o projeto que agora vai ser apresentado para o novo Subsecretário, foi nomeado ontem, né, pra levar adianta a implantação desse projeto museológico.

Entrevistadora

E quais são as legislações que hoje são consideradas para a gestão do Memorial?

Wellington Gomes da Silva

Bom, a gente tem um certo conflito com a legislação do bombeiro, né. Porque o prédio é tombado e não pode sofrer qualquer alteração, só que a legislação do bombeiro é diferente, ela tem... Tem lá, por exemplo, que tem que ter uma porta a cada cento e cinquenta metros ou cem metros, se não me engano. Uma porta pra pânico, pra incêndio, só que a gente não pode, simplesmente, pegar um prédio tombado, projetado por Oscar Niemeyer, e abrir uma porta na parede ou a rampa de acesso ao Memorial, também o bombeiro fala, tem que ter o parapeito pra segurança, só que não pode colocar um parapeito. Aí, a gente entra em conflito com o IPHAN, que ele, justamente, que não permite que a gente faça essas alterações que o bombeiro solicita. Isso é um conflito que a gente tem, né. Outro conflito que a gente tem é questão de montagem de exposição, porque a gente funciona, o Governo funciona por programas de trabalho, aí, na maioria das vezes, ou pelo menos até agora, eu nunca vi um programa de trabalho que contempla do espaço

contratar museólogos pra montar a exposição, porque tem que ter um plano pra montar exposição elaborado pelo museólogo. A gente não faz isso, a gente tem que montar a exposição por conta própria, a gente chama o pessoal com sensibilidade pra ajudar a distribuir as peças de determinada maneira, mas não tem um programa bem elaborado pra gente casar... (interrupção)

Entrevistadora

O planejamento de exposições.

Wellington Gomes da Silva

Não tem esse planejamento e bate na questão da legislação de museus, né, que tem que ter museólogo pra montar a exposição. Essas duas coisas que a gente tem um conflito, né.

Entrevistadora

Aqui no museu, há política de aquisição e de descarte do acervo ou política de gestão de acervo?

Wellington Gomes da Silva

É... a gente recebe, né. Inclusive, a gente precisa... tá precisando de varias nosso acervo porque nossas peças são compostas, principalmente, por peças doadas por Darcy Ribeiro, Berta Ribeiro e Eduardo Galvão, que são sociólogos... antropólogos, na verdade. Mas, essas peças que foram doadas, elas não representam todas as etnias, que são 172 etnias no Brasil, né. A gente só recebe peça de... feita por indígenas brasileiros, né, que representa uma etnia brasileira. Aí, o que que a gente tem, cerca de 30 etnias representadas, e algumas muito pouco representadas, né. Só que a gente não pode adquirir peças, mesmo se a gente tivesse dinheiro pra comprar, a gente não pode. A gente estava pensando até em promover alguns concursos de quem faz a melhor peça e, essa peça depois, essa peça depois a pessoa doaria. Porque a gente só pode receber doação. E, pra receber a peça, a gente primeiro olha se ela não está, muito danificada, né, se ela tem... (interrupção)

Wellington Gomes da Silva

Tem que ter alguma informação na peça que seja possível de ser lida, né. Mesmo que ela não esteja inteira, a gente pode receber desde que alguma parte dela, seja relevante pra gente poder expôr, né. Aí, a gente elabora um termo de doação...o indígena vai ou o doador, se for mestiço, ele vai... Ele vai analisar a peça, descrever a peça e a gente vai dar um valor de mercado pra aquela peça e a gente vai receber de forma gratuita e se comprometer a guardar aquela peça e expô-la, eventualmente.

Entrevistadora

Então, vocês não tem uma política bem definida, né (interrupção)

Wellington Gomes da Silva

Não, não é bem definida. A gente... (interrupção)

Entrevistadora

Vocês já apresentaram algum tipo de projeto pra Secretaria de Cultura pra aprovar uma política de acervo?

Wellington Gomes da Silva

Sim, a gente solicitou, né, essa elaboração porque existem outras equipes que são parceiras da gente lá na Secretaria de Cultura, que são gerências, né. A gerência que serve justamente pra elaborar esse planos, criar grupo de trabalho pra poder levar adiante essa situação. A gente apresentou em relatório esse interesse, né, porque... de trabalhar junto pra elaborar uma política de aquisição do acervo.

Entrevistadora

Há projetos de conservação e segurança do acervo?

Wellington Gomes da Silva

É, se a gente tem projetos, que... principalmente, interferindo na arquitetura do prédio porque o prédio, ele compromete a segurança do acervo, e pra interferir, a gente conversa com a Diretoria de Preservação da Secretaria de Cultura, pra ver até que ponto a gente pode interferir na... no prédio pra resguardar o acervo. Porque o prédio, de um lado, tem umas frestas enormes que, quando chove chuva de vento,

entra água dentro do espaço expositivo. A gente tem até que pensar, por enquanto, a gente está pensando na exposição com um desfalque de três metros da parede pra poder proteger da chuva, né. E outra situação é os vidros, né. O outro lado do prédio, o lado interno, e todo de vidro né, e entra muito sol em determinada hora da tarde. Tem uma parte da galeria que não pode colocar peça, senão... Porque o sol bate muito forte, né. E pra água a gente tá pensando em fazer um bloqueio pra chuva né, bem discreto... que está até sendo pensado por um arquiteto da Secretaria. E pra proteger do sol, a gente tá pensando na película da... agora está vendo a situação do grau de proteção da película, porque ela não pode ser muito escura, porque o projeto não permite. Daí a gente está trabalhando nisso.

Entrevistadora

Sim. Há planejamento de estudos, pesquisas e ações educativas aqui no museu?

Wellington Gomes da Silva

Sim, a gente tem, é... A gente está desmontando, agora o museu está fechado, a gente estava desmontando a exposição que estava aí de arte contemporânea, né. Era arte contemporânea casada com obras feitas por indígenas.

Entrevistadora

Uhum.

Wellington Gomes da Silva

É... nessa situação a gente trabalhou com o curador da exposição que é o Bené Fontelles. Pra ele ajudar a gente, né, dar conteúdo pra gente poder recepcionar escolas e saber o que falar de cada peça que estava sendo exposta porque era arte contemporânea, né. Era uma situação bem diferente. Aí, agora, a gente tá montando uma exposição composta de peças indígenas, feitas por indígenas. Aí, já é outra situação porque pra gente, que trabalha no administrativo, era fácil, mais fácil falar de arte contemporânea do que falar de peças indígenas, porque a peça indígena não é... A peça indígena é muito complexa pra gente saber sobre a etnia, saber sobre a utilidade daquela peça pra eles, né. Aí, a gente tem dificuldade pra arrumar um... pra criar um programa educativo quando é peça indígena. Mas, a gente está tentando entrar em contato com a FUNAI pra eles virem ou mandar algum...

antropólogos pra cá... pra gente poder receber... ganhar um curso, pra eles falarem de cada peça, fazer uma visita mais apropriada pra gente poder recepcionar as pessoas sem falar besteiras sobre a peças, né.

Entrevistadora

Há planejamento de difusão cultural e comunicação para promover o acesso... Aliás, promover o acesso das pessoas ao Memorial?

Wellington Gomes da Silva

A gente tá trabalhando na criação de uma mala direta pra divulgação de toda atividade nova... Quando tiver abertura de exposição, convidar o público diverso, criando grupo, divisão de grupos específicos pra trabalhar na divulgação, e também, pra trabalhar nos sites de governo, né, de museus de Brasília. De... teve inclusive dois esse ano, nuvem... se não me engano é nuvem, que aparece lá um mapa dos museus de Brasília e a pessoa clica e tem acesso a algumas imagens. Mas, a gente tá planejando, não nesse Governo, porque esse Governo já fechou a situação, não tem como a gente trabalhar, a gente planejar... Já teve a ideia de criar um museu virtual aqui, né, do espaço. O visitante chegar e poder andar pelo Museu de forma virtual, né... Pra ver as peças ali no computador, mas isso bem mais pra frente. Mas, por enquanto, a gente tá sempre em contato direto do telefone, divulgando cada situação nova.

Entrevistadora

Então, esse acervo... vocês tem um sistema de documentação das peças, né?

Wellington Gomes da Silva

Sim, mas quando recebemos as peças do Darcy Ribeiro... Berta Ribeiro, foi aberto um processo, esse processo tem toda a relação das peças que foram doadas, fotografia, né... Ela tá tudo documentado, né. Quando chega peça nova, doado por qualquer um né que pode doar, que queira doar, a gente faz uma ficha, né, como aquela que eu falei, em três vias: fica uma com o Memorial, uma com pessoa que doou e uma fica com a Secretaria de Cultura. Daí, a gente tira foto segurando a peça, né, a gente cola nessas três vias e arquiva.

Entrevistadora

Eu já fiz essa pergunta... Então, é mais um comentário, tudo o que vocês fazem aqui... é.... vocês têm essa motivação de fazer pelo Memorial e tudo... Mas, assim, não tem programas, embora vocês queiram, como por exemplo, a elaboração do Plano Museológico, tem os programas direitinho, que tem os objetivos do museu, tem a forma como o museu quer trabalhar em cima daquelas ações, durante um período de tempo, né. Então, aquilo, no atual momento, por exemplo, se vocês têm a ideia da equipe de montar uma exposição ou de oferecer um evento cultural sobre alguma temática que envolve o memorial... Qual o primeiro passo de vocês? Como é esse contato com a Secretaria, eu imagino que vocês devem ter esse contato com ela... Não sei se é essa a palavra, alguma autorização... Eu queria saber, no ponto de vista administrativo, de gestão, como vocês fazem pra poder realizar essas atividades.

Wellington Gomes da Silva

Bom, cada atividade necessita de uma situação diferente, né, na maioria das vezes, a gente corre atrás de uma abertura... Se a gente precisa de um coquetel, daí, a gente vai na Secretaria e vê se existe algum programa de trabalho que contempla a contratação de uma empresa para fornecer o coquetel. Daí, a gente busca, né... Isso, a gente comunica aos nossos superiores. A gente é diretamente subordinado a uma coordenação de museus e patrimônio e essa Coordenação é ligada à Subsecretaria do Patrimônio Cultural e a Subsecretaria é ligada à Secretaria de Cultura. Então, toda situação que vai acontecer aqui a gente tem que informar pra Coordenação de Museus e Patrimônio. Ela que coordena todos os museus, fora o Museu da República, o Museu da República é ligado diretamente à Secretaria de Cultura, é o único aqui que é ligado à Secretaria, que não tem vínculo com a Coordenação de Museus. Daí, a Coordenação que corre atrás de tudo o que demanda verba e também que demanda... Demanda créditos, né. Por exemplo, se a gente vai realizar uma atividade, a gente tem que colocar os créditos que essa atividade foi realizada com o apoio do Governo do Distrito Federal. Daí, se demandou créditos, a gente tem que comunicar à Coordenação, a Coordenação comunica à assessoria de comunicação, ele vão e divulgam pra todo mundo que eles têm contato. Agora, pra montagem, a gente vê que a situação não vai acontecer, por exemplo, a gente precisa de monitores... Se não vai acontecer, a

gente prepara nosso próprio corpo administrativo, e vai fazer monitoria, né. Mas, foi solicitado só que é inviável, não tem como contratar monitor, tá foi comunicado, a gente vai e faz. Agora, vai montar exposição, precisa de Museólogo, precisa de mão de obra... Tá, vamos lá, a gente vê, vai lá solicita falando... Não tem, não tem como contratar plotagem, pra colocar as informações, né.... Não tem gráfica, aí a gente faz... Pede autonomia, né... “Ah, então, a gente vai realizar a montagem da exposição”, a gente comunica, aí, se eles forem contra... Eles vão ter que falar, né, mas, se não for, a gente monta... O corpo administrativo, o corpo do MPI, que realiza. Sem o vínculo com... É claro que tem o vínculo, né, mas, não tem o apoio direto da Secretaria. Aí, a gente tem autonomia pra montar a exposição, eles dão autonomia, né.

Entrevistadora

Então, normalmente, vocês fazem todos os planejamentos, né.

Wellington Gomes da Silva

É, todo o planejamento. “Ah, então, monta”, aí, depois que está montado, nós convidamos nossos superiores pra olharem e se eles derem o aval... Falar “Não, pode montar, pode abrir”, no caso.

Entrevistadora

Isso aí, vale pra todos os tipos de planejamento que vocês têm... Não só de exposição, mas se tiver alguma coisa em termos de documentação de acervo, conservação... E, tudo isso, vocês fazem, né, e aí, apresentam pra eles, pra eles avaliarem.

Wellington Gomes da Silva

É... é uma coisa de imediato, é imediato, né. A Secretaria de Cultura está passando por uma crise muito grande de servidores, né. Não tem... Aposentaram cerca de cinquenta servidores dos... Em um ano e meio pra cá. Aí, não tem mão de obra, e aí, esse Governo tá numa... tá passando por uma crise, também, né, vem informando que, vem passando por uma crise, né. E , também, falta verba pra tudo, né... Aí, numa situação, por exemplo, a gente... Sexta-feira passada, estava uma chuva forte aqui no museu, né. Aí, a gente foi na galeria e estava molhando as peças, né... Aí,

existe na Secretaria de Cultura um pessoal próprio pra acervo, pra... pra conservação, também, e restauração do acervo... Só que a gente não vai correr atrás deles pra eles resolverem isso, a gente tem que resolver... Se a gente tá aqui, essa peça está passando por um problema, eles não tem uma equipe grande pra manter um profissional, aqui o tempo todo. A gente verificou, mesmo não sendo formado pra isso, não tem o conhecimento adequado, mas a gente tenta resolver uma situação de urgência, né. Igual na hora de montar exposição... O que a gente faz... Vai esperar ou vai deixar fechado? Tem que montar. Aí, se eles vão vir, depois dão um aval pra ver a situação.

Entrevistadora

Sim. Então, é isso. Muito obrigada, viu Wellington, pelo seu tempo disponibilizado, eu nem marquei nada (interrupção).

Tempo de entrevista 30 minutos e 35 minutos.

Entrevista 03

Entrevistadora

Estamos aqui na Subsecretaria do Patrimônio Cultural da Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal, para entrevistar Zenildo Alves de Sousa Júnior, arquiteto e museólogo Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal, vamos começar, hoje são 07/12/2016, 16h, horário de Brasília. Vamos lá, a primeira pergunta... Boa tarde, Zenildo.

Zenildo Alves de Sousa Júnior

Boa tarde.

Entrevistadora

Então, a primeira pergunta, como foi o desenvolvimento da gestão do Memorial dos Povos Indígenas ao longo dos anos? E como ela está sendo feita em 2016?

Zenildo Alves de Sousa Júnior

Olha, a gestão do Memorial... como eu entrei aqui ano passado, não conheço muito sobre a gestão, mas pelo que a gente tem notícia... tá sempre mudando, procurando um... sempre vem os diretores que são colocados lá, mas geralmente, a maioria das pessoas não têm experiência na área de gestão, gestão de museu, né. Então, não existe um planejamento, até agora não teve um planejamento para o museu. Ainda existe uma dependência muito grande dos museus da SUPAC. Então, sempre tem essa dependência, assim, na questão de gestão, de autorização, tudo isso. Não que isso seja uma coisa correta, ou seja uma coisa errada, mas acredito que se tivesse alguém com mais... tivesse certa... autonomia ela tem, que ela pode estar fazendo essa gestão, só que acaba que os espaços, a SUPAC acaba ajudando bastante. Mas, a gestão foi dessa forma, você não tem aquele planejamento de gestão, não tem o plano. Então, digamos que ele vai fluindo, né (interrupção)

Entrevistadora

Sim.

Zenildo Alves de Sousa Júnior

Como a maioria dos museus.

Entrevistadora

Daí, as equipes dos museus, assim, principalmente a do Memorial, vão formando o pessoal e lá eles mesmos se organizam do jeito que dá?

Zenildo Alves de Sousa Júnior

Sim, ainda mais agora que tem o destaque do Diretor, né, o...

Entrevistadora

Álvaro Tukano

Zenildo Alves de Sousa Júnior

Isso, um dos pontos que a gente tá querendo ressaltar é ele, uma das características do Memorial, como ele tem como direção o diretor Álvaro Tukano, também tem outro museu que, se não me engano, ele é dirigido pelos índios, né...

Entrevistadora

Uhum.

Zenildo Alves de Sousa Júnior

Mas é que como aqui tem o Álvaro Tukano, como um indígena, então, ele é o diretor... ele tem formas de gestão diferentes, eles têm visões bem diferentes do que a gente tem, mas essa característica a gente pode estar usando ao nosso favor porque como já tem o Museu do Índio, no Rio de Janeiro, que fica lá em Botafogo, então, eles tem essa questão de estar coletando acervo... O que tá sendo repensado agora, com a nova... com o novo Subsecretário, na nova coordenação, é justamente a gente repensar qual é o papel do museu, qual é o papel do Memorial, é ter acervo ou não... Porque como tem um diretor indígena e eles não tem essa questão de ter apego às... como posso falar...

Entrevistadora

Aos objetos, você diz?

Zenildo Alves de Sousa Júnior

É... eles não se preocupam tanto com esse negócio da conservação, de que você tem que manter ali... Eles têm dificuldade de entender que aquilo perdeu o uso, porque pro indígena de repente (interrupção)

Entrevistadora

Musealizar...

Zenildo Alves de Sousa Júnior

...Ele quer ir numa cerimônia, que quer ir lá no acervo, na reserva e falar “Eu quero um cocar, lá, eu vou usar agora na cerimônia”, é assim que funciona...

Entrevistadora

Entendi.

Zenildo Alves de Sousa Júnior

E é bem difícil de lidar com isso (interrupção)

Entrevistadora

(inaudível)

Zenildo Alves de Sousa Júnior

...porque geralmente eles não entendem isso. Ele deixa de... você não tá com, não é mais pra ser usado, hoje... Mas, tem essa diferença, mas a gente tá querendo ver se... a nova gestão tá vendo se a gente consegue pegar isso ao nosso favor. Usar como destaque no Memorial.

Entrevistadora

Uhum.

Zenildo Alves de Sousa Júnior

Mas, agora ele é gerido por um indígena, esse foi o planejamento.

Entrevistadora

Entendi. De quem é a responsabilidade da elaboração... você falou que não têm os planos, né...

Zenildo Alves de Sousa Júnior

É.

Entrevistadora

Mas aqui na SUPAC, no caso (interrupção)

Zenildo Alves de Sousa Júnior

Isso SUPAC.

Entrevistadora

... quando vocês fazem a elaboração dos planos, projetos e programas, são todos foram iniciados aqui na Subsecretaria de Patrimônio...

Zenildo Alves de Sousa Júnior

Sim, os que foram iniciados foi na Subsecretaria de Patrimônio.

Entrevistadora

Todos pensados por vocês, a equipe....

Zenildo Alves de Sousa Júnior

Exato, praticamente tudo foi feito por orientação do antigo Coordenador de Museus, o Pedro Paulo Palazzo. Então, ele que tava na frente disso, que ele era o coordenador...

Entrevistadora

E esse ano, assim, vocês elaboraram, além do Projeto de Contrato de Gestão, há outros planos para o museu que envolve a parte das atividades museológicas?

Zenildo Alves de Sousa Júnior

Não, tá bem parado. Essa transição também, não tá acontecendo muita coisa, tá senso revisto o que já tem. Mas, o interessante é que não... esse plano que geralmente costuma acontecer no serviço público, entra uma nova direção e ele pega aquilo que já tem e deixa de lado. Mas, não tá sendo feito isso. É conversado e está sendo aproveitado o plano, isso eu to achando legal. É uma coisa positiva porque não está desprezando o que foi feito.

Entrevistadora

Isso é bom, né, porque vocês podem dar continuidade, pode pegar a opinião da pessoa, também.

Zenildo Alves de Sousa Júnior

Exatamente. É essa a questão da continuidade, igual o Decreto de criação, o regimento interno, já tava praticamente pronto. Então, são coisas que estão sendo revistas, que estão praticamente prontas pra ser publicado. Então, essa é uma coisa que tá... eu to achando bem interessante.

Entrevistadora

Regimento interno do MPI?

Zenildo Alves de Sousa Júnior

Sim.

Entrevistadora

Como a gestão do Memorial dos Povos Indígenas vem se relacionando com a legislação museológica, desde a Lei 11.904 de 2009, Estatuto Brasileiro de Museus. Desde quando a gestão vem buscando atendimento legal?

Zenildo Alves de Sousa Júnior

Como já foi falado o plano museológico foi iniciado na gestão passada, tinha como Subsecretária a Ione e o Pedro Paulo, a Ione ela é bastante ligado com a questão indígena. Aí, foi iniciado na gestão passada, e está passando por um processo de reavaliação... o que tá acontecendo? O MPI, ele tá tendo uma consultoria da

Fundação FORD, a consultora estava em Brasília até semana passada, ela conversou com toda a equipe da SUPAC, ela conversou com a equipe do Memorial dos Povos Indígenas. Foram várias reuniões, foi pensado também no projeto, nós temos o projeto de reforma do edifício do Memorial, foi revisto todo o projeto, foi pensado sobre esse projeto de arquitetura. A consultora fez tele-conferência com a empresa que fez o projeto de arquitetura, pra tentar entender, pra tentar negociar algumas coisas, foram feitas propostas, de, por exemplo, pensar exposição temporária, a exposição do nosso acervo, reavaliação da questão da reserva técnica. Então, o que que tá acontecendo... Essa consultora tá avaliando, principalmente, um dos pontos é a questão do financiamento e como vai ocorrer a gestão do museu. Tem o projeto de reforma... quanto ele custa... se ele tem capacidade... qual o potencial do museu, ver qual o acervo que tem, quais as exposições, atualmente... como é a equipe, a característica da equipe. Ela, até em questão de conflitos internos, assim, entre funcionários... e tudo... aquela dificuldade de atuação, até nisso, ela atuou nisso, também. (interrupção)

Entrevistadora

De recursos humanos.

Zenildo Alves de Sousa Júnior

Isso. Ela pensou até na questão dos recursos humanos pra quando vai ser trabalhado isso. Então, ela fez um apanhado geral, de quase tudo que tem, né, de boa parte das situações para pensar e, também, do plano museológico. Ela consultou até um projeto que eu tinha feito de readequação na nossa reserva técnica, a gente fez um projeto só pra... de como setorizar melhor os objetos, como prática a gente não tem praticamente nada. Mas, a gente fez o projeto e tal, ele deu uma parada, justamente por essa transição. Mas, enfim, tá se pensando nisso pra ver quais seriam os possíveis patrocinadores para o Memorial.

Entrevistadora

Uhum.

Zenildo Alves de Sousa Júnior

Aí, nesse processo que tá em final de planejamento, e do projeto... é, que que vai acontecer, um dos objetivos é realizar, tá em processo ainda, mais a questão de

recurso, um seminário interno com várias autoridades da questão indígena, dentro do Memorial dos Povos Indígenas, com a participação de algumas pessoas aqui da SUPAC, e com a equipe para que seja avaliado o Plano Museológico por essas pessoas.

Entrevistadora

Legal.

Zenildo Alves de Sousa Júnior

Por exemplo, acredito que vai ser convidado o diretor do memorial dos povos indígenas, diretores de algumas instituições indígenas, da... deixa eu ver da onde... várias autoridades... tem um museu, qual o outro museu indígena? Esqueci o nome, totalmente. Sou péssimo com nome. Então, eles estão querendo chamar o diretor desse museu, que tem essa experiência dos indígenas como... eles administram, né. A questão do acervo e tudo, que você expôs, então, a ideia é que seja avaliada a ideia do plano museológico, justamente nessa reunião, assim como o projeto de arquitetura (interrupção)

Entrevistadora

Que legal, junto com a equipe, né?

Zenildo Alves de Sousa Júnior

Junto com a equipe do Memorial. Porque aí, com a participação dos diretores indígenas e as entidades ligadas à questão da causa, vai ser avaliado o plano e a questão da sua exequibilidade. Então, isso busca avaliar o modelo de gestão que tá existindo atualmente, e qual tá prevista para o plano museológico. E, também, por exemplo, uma coisa muito interessante que a consultora tava pensando sobre isso, é em relação à reserva técnica. O projeto de reforma da reserva técnica pra readequar, na verdade ela existe de forma improvisada. Ele custa, praticamente, assim, quando for feita a reforma, tá prevista, mais ou menos, três milhões e meio. Só que tá sendo pensado... Ah, pra reformar, três milhões e meio no museu, só a reserva, sendo que o museu tem goteira, como ele tem um sistema de ventilação cruzada, não sei se...

Entrevistadora

Ah, acho que sei sim.

Zenildo Alves de Sousa Júnior

Têm umas frestinhas, assim, na parte de cima. Entre o ar assim e saí pela outra parte lá em baixo, onde tem aqueles vitrais. Os vidros, né. Só que o que acontece... entra poeira, né (interrupção)

Entrevistadora

É a ventilação natural.

Zenildo Alves de Sousa Júnior

É, é horrível, não dá. Então, tá sendo pensado isso, também. E aí, juntamente com isso tá se pensando qual é a vocação do museu. Então, a gente tá... começou a se pensar. Por exemplo, tem aquele acervo da... que foi doado pela Berta Ribeiro, e pelo Darcy. Então, tá se pensando, de repente, qual é o acervo... o Memorial dos Povos Indígenas, por ter justamente um indígena como diretor, e eles terem, pelo menos assim, a experiência que a gente tem na área, justamente a dificuldade que a gente tem de lidar porque os índios querem usar as coisas que estão no acervo, os objetos. É bem difícil você convencer eles a não usar... então, porque... “Não, é pra usar”, é deles. Então, eles, assim, não tem essa questão de você musealizar o objeto. Então, a gente tá vendo se, reavaliando se a vocação do museu é você fazer coleta, trazer e colocar no museu. Assim, pensando isso. Então, aí tá sendo avaliado isso, avaliado a aquisição do acervo, a capacidade ou o potencial que o museu tem, né, que tá sendo avaliado, e essas visões diferente sobre a questão do patrimônio, o que que é patrimônio e tudo. Justamente, buscando respeitar ao máximo a causa indígena. Esse seminário busca isso, você apresentar o plano, apresentar o projeto de arquitetura, e pensar junto com essas digamos autoridades, pessoas com bastante experiência nessa área, com a gestão, também, e, principalmente, com a causa indígena. É igual o... eu tava vendo que quando eles estavam chamando, que eu me lembro algumas pessoas convidadas pra reunião no Rio e São Paulo, eu tava falando que não (inaudível), porque é índio, eles têm que participar, pegar essa causa pro memorial. Mas, está tudo sendo repensado. Então, que por isso, provavelmente, vai mudar muita coisa no plano museológico. O plano vai ser bem pé no “chão”, realidade.

Entrevistadora

Sim, e, assim, o documento atual de vocês o plano museológico, as coisas que vão mudar... porque nos arquivos que eu peguei com vocês era muito da parte da gestão.

Zenildo Alves de Sousa Júnior

Uhum.

Entrevistadora

O que vocês intencionam pra parte da gestão, do institucional? Você pensa que ainda vai permanecer ou muita coisa vai mudar?

Zenildo Alves de Sousa Júnior

Olha, assim, (inaudível) depende do que for decidido em relação à aquisição do acervo e manter o acervo ali, porque a gente tem uma reserva bem complicada para manter o acervo, não tem uma climatização adequada. Uma das ações então tá sendo, por exemplo, você vai mexer com a visão e com a missão do museu e você pega toda a estrutura de uma vez. Então, a partir do momento que eu tô com o plano museológico, e considera que você tá adquirindo acervo que guarde a memória da questão indígena, realizando coleta e aceitando acervo. Eu tenho uma missão e uma visão. A partir do momento que eu digo que não que a gente vá guardar, mas que a visão e a missão é outra, considerando o museu feito pelos índios, aí você tem outra missão e visão. Então, isso estruturalmente, eu peguei minha missão e minha visão e readequar ela, então, no plano museológico a gente vai dar uma mudada considerável.

Entrevistadora

Sim.

Zenildo Alves de Sousa Júnior

Principalmente, institucionalmente.

Entrevistadora

Vocês já começaram a fazer essa mudança?

Zenildo Alves de Sousa Júnior

Não.

Entrevistadora

Então, tá tudo sendo discutido...(inaudível)

Zenildo Alves de Sousa Júnior

Exato. Então, por exemplo, vai ser realizado esse seminário... tem muita coisa pra acontecer.

Entrevistadora

Não, eu tava até pensando, mas acho que posso trabalhar com o que vocês têm, considerando todas essas mudanças que vocês pretendem.

Zenildo Alves de Sousa Júnior

Sim, porque... o seu trabalho é pra quando?

Entrevistadora

Março.

Zenildo Alves de Sousa Júnior

Você vai apresentar em março, até março não vai mudar.

(inaudível)

Entrevistadora

Tudo bem, eu já deixo na pesquisa, no projeto que vai mudar coisas. E, também, isso é uma forma de, cada vez mais, vocês estarem ligados com a legislação...

Zenildo Alves de Sousa Júnior

Uhum.

Entrevistadora

Tudo aquilo, né. O interesse da comunidade indígena, da comunidade de Brasília. É uma forma de rever os objetos, de rever o patrimônio, né.

Zenildo Alves de Sousa Júnior

Exatamente.

Entrevistadora

Tudo isso, eu vou deixar claro no meu trabalho pra respeitar as intenções e objetivos de vocês, né.

Zenildo Alves de Sousa Júnior

Sim.

Entrevistadora

Então, próxima, né.

Zenildo Alves de Sousa Júnior

Uhum.

Entrevistadora

Então, como foi o processo de elaboração do plano museológico?

Zenildo Alves de Sousa Júnior

Ele, assim, pelo o que eu vi, eu não participei ativamente. Essa elaboração foi realizada pelo o Coordenador de Museus, o Pedro Paulo, e teve participação da equipe da SUPAC. Então, a gente participou e a equipe do... já respondendo a próxima pergunta, a equipe do Memorial. Eu acredito que tiveram duas ou três reuniões, agora não tenho certeza, mas foram feitas duas ou três reuniões com a equipe pra se pensar no plano museológico. Então, na participação teve uma parte que pensou expografia, eu participei de uma parte, que eu comecei a fazer bastante plano expográfico. E aí, teve participação da arquiteta, eu sou arquiteto também, mas a da Diretoria de Preservação, que ela participou também do novo projeto que foi realizado por uma empresa e, também, licitado, né. O projeto executivo...

Entrevistadora

Sim.

Zenildo Alves de Sousa Júnior

Aí, teve participação dela, teve participação da coordenadora, da historiadora, a equipe de administração participou...

Entrevistadora

Hum, de qual?

Zenildo Alves de Sousa Júnior

Daqui. E de lá, também, porque lá tem um historiador...

Entrevistadora

Tem o pessoal da administração pública, tem...

Zenildo Alves de Sousa Júnior

Isso.

Entrevistadora

Acho que arquivista, também.

Zenildo Alves de Sousa Júnior

É.

Entrevistadora

Tem todo esse pessoal. Então, vocês buscaram trazer eles pra discussão desse plano. Então, vocês se preocuparam com essa parte.

Zenildo Alves de Sousa Júnior

Foi pensado.

Entrevistadora

Ah, tá. Aí, eles vieram?

Zenildo Alves de Sousa Júnior

Não, não, foi aqui dentro. Porque tem eu, fazendo Museologia, tem arquiteta, tem outro arquiteto, com especialização em questão de patrimônio...

Entrevistadora

Uhum.

Zenildo Alves de Sousa Júnior

Tem os que trabalham com educativo, tem historiador, tem (inaudível), tem conservador, tem historiador que trabalha lá no museu.

Entrevistadora

Uhum.

Zenildo Alves de Sousa Júnior

Então, teve a participação também da equipe de lá.

Entrevistadora

Ah, que bom. Vou passar para a outra. O que motivou a proposta do projeto piloto de gestão do Memorial? Quais são os objetivos do projeto?

Zenildo Alves de Sousa Júnior

Como eu não fiz esse projeto...o projeto de gestão... então, eu não sei responder sobre a questão dos objetivos. Todos. Mas, assim, a principal motivação, em uma das reuniões que a gente teve aqui, uma das questões foi tornar as coisas possíveis o museu. Então, em relação a você ter uma gestão exequível, digamos que ela possa ser realizada, e a questão financeira, de recursos financeiros. E, também, aproveitando pra, nesse novo governo do Rollemberg, tem aquelas que, foi lançado agora, de você trabalhar como voluntário, então, tem uma legislação pra você atuar

como voluntário, que antes não tinha. Então, tá sendo, tem uma legislação, também, de você ter parceria com empresas privadas, que antes não tinha, então o próprio governo tá tornando isso legal. Então, até um tempo atrás, não era legal, tem toda uma mudança. Então, uma das motivações foi essa de adequar a gestão, de adequar o museu às normativas, né, que ele não tá adequado. O Plano Museológico, que eu acredito que foi uma coisa bem interessante, que já devia ter sido feito.

Entrevistadora

Sim.

Zenildo Alves de Sousa Júnior

Então, se foi pensado em ter uma plano museológico, não somente você ter recursos financeiros, mas pensar num plano a longo prazo, mas considerando tudo isso.

Entrevistadora

É, o plano é uma ótima ferramenta, porque pq é gestão, né. Então, você vai trabalhar tudo ali nos objetivos, alcançar as metas.

Zenildo Alves de Sousa Júnior

Exatamente.

Entrevistadora

E essas parcerias com as empresas, com a empresa ali... trabalhando nessa parte de gestão, igual você falou, a construtora Ford, né...

Zenildo Alves de Sousa Júnior

Aham.

Entrevistadora

Ela trabalha vários pontos, né. Desde o institucional, até a parte dos recursos humanos, então tudo isso é pra promover melhor atividades para o museu, melhorar a parte museológica que vocês querem, né.

Zenildo Alves de Sousa Júnior

Exatamente. Essa é a intenção. Uma coisa importante, entender a visão, essa gestão (SUPAC) está bastante preocupada em entender o que que é o museu, que que o museu... como se o museu fosse uma pessoa, né... Mas, no que que o Memorial acredita, qual a visão, qual a missão dele.

Entrevistadora

Uhum

Zenildo Alves de Sousa Júnior

A gente tentar entender isso. Então, por isso temos que considerar chamar essas pessoas que têm experiência, as autoridades na ala indígena, os outros que trabalham com a questão indígena no museu pra tentar entender, ajudar a compreender e avaliar a equibildade desse novo plano. Tentar entender isso.

Entrevistadora

Sim. Acho legal isso porque não é toda a gestão que tem essa visão. Porque você sabe, né, a gente estudou junto, a visão da maioria dos museus é diferente dessa... o museu lugar de... né.. E essa visão é muito interessante pode ser até referência para os outros museus, quando vocês começarem a concretizar o que você querem, né.

Zenildo Alves de Sousa Júnior

É, e é até difícil você, como museólogo, você...quando a gente tava conversando com a construtora... Foi pensado que... a deixa...

Entrevistadora

Não, tranquilo (risos). Aqui, acho que você já respondeu essa, mas eu vou perguntar só por precaução.

Zenildo Alves de Sousa Júnior

Uhum.

Entrevistadora

Na elaboração do plano e do projeto foram consideradas as diretrizes do Estatuto Brasileiro de Museus?

Zenildo Alves de Sousa Júnior

Sim, foi considerado, tanto é que no próprio plano museológico, foi colocada toda a legislação em anexo.

Entrevistadora

Uhum, certo.

Zenildo Alves de Sousa Júnior

Que foi utilizado, e tudo. A legislação por completo.

Entrevistadora

Eu cheguei a ver essa parte, no final do plano.

Zenildo Alves de Sousa Júnior

Foi considerado.

Entrevistadora

E aí, são coisas que vocês vão trabalhando nesse plano, num prazo de, não sei...
(inaudível)

Zenildo Alves de Sousa Júnior

Tem que confirmar.

Entrevistadora

mas assim nesse prazo de tempo vocês vão trabalhar cada vez mais as atividades dentro das legislações de museus...

Zenildo Alves de Sousa Júnior

É, exato.

Entrevistadora

Certo.

Zenildo Alves de Sousa Júnior

E adequar, né. Adequar a nossa realidade.

Entrevistadora

Sim, certo. Vamos lá. Nesse projeto consta a contratação de quais profissionais? Inclui museólogo?

Zenildo Alves de Sousa Júnior

Aí, vou te passar a lista com todos os profissionais, são dois museólogos, a contratação de um museólogo pra tá atuando como museólogo, e um coordenador, esqueci o cargo, mas o coordenador que também fosse museólogo, com formação em museologia, que de preferência, tivesse doutorado. Pra tá atuando nessa questão de legislação...

Entrevistadora

Essas duas vagas, né?

Zenildo Alves de Sousa Júnior

Essas duas vagas pra museólogo.

Entrevistadora

Aí, uma delas, ou as duas, vocês pensam em ter o doutorado...

Zenildo Alves de Sousa Júnior

Só uma. Porque vai trabalhar mais diretamente com a direção.

Entrevistadora

Uhum.

Zenildo Alves de Sousa Júnior

Estaria mais ligado com a área de gestão. Seria o trabalho fim do museólogo na área de gestão.

Entrevistadora

Certo. No projeto consta a elaboração de políticas para o museu?

Zenildo Alves de Sousa Júnior

Sim, foi nesse lado que a conservadora, como eu falei foi dado um stop, ela começou a fazer a política de aquisição, descarte e tudo. E, também, como mudou, a gente começou, eu comecei junto... ela começou, e me convidou pra tá ajudando ela a tá fazendo. A gente começou a fazer, mas como teve essa transição...

(interrupção por outra pessoa)

Zenildo Alves de Sousa Júnior

Dez minutos... E aí, foi isso, mas já foi pensado, sim, nessas políticas.

Entrevistadora

Tem até no Plano Museológico, né?

Zenildo Alves de Sousa Júnior

Tem

Entrevistadora

Essa parte, principalmente, do acervo, da documentação, da conservação...

Zenildo Alves de Sousa Júnior

Tem.

Entrevistadora

Há o planejamento de mudanças nas atividades museológicas atuais?

Zenildo Alves de Sousa Júnior

É como eu falei, haverá uma mudança no planejamento para que tenha. Vamos mudar o plano museológico para que ele aconteça, mas vamos mudar, adaptar ele à realidade. A questão financeira, principalmente, eu acredito. O orçamento que ele tenha para tornar exequível esse atual Plano Museológico. Então, ele tem que...

Entrevistadora

Se readequar.

Zenildo Alves de Sousa Júnior

Ele tem que se readequar à realidade.

Entrevistadora

Certo. Assim, hoje está de uma maneira e vocês pensam em tornar essa maneira diferente pra que aconteça.

Zenildo Alves de Sousa Júnior

Pra que aconteça, sim.

Entrevistadora

Quais estruturas necessárias, para a execução do projeto?

Zenildo Alves de Sousa Júnior

Ó, a questão dos recursos financeiros, do quadro dos servidores, né. E ter uma aprovação na Subsecretaria, ser publicado e tudo isso.

Entrevistadora

Ser oficializado.

Zenildo Alves de Sousa Júnior

A estrutura necessária é o plano museológico, que ele seja concluído. E aí, que se cumprem todas as ideias do plano museológico pra que comece a andar com ele.

Entrevistadora

Certo.

Zenildo Alves de Sousa Júnior

Mas aí, a ideia, estava conversando com a consultora que, assim, é um processo muito longo... até a questão de pensar, patrocínio, é a longo prazo... Um ano até conseguir que as coisas comecem a acontecer.

Entrevistadora

Sim é verdade.

Zenildo Alves de Sousa Júnior

Mas, a gente tem o plano. Tem o plano, tem que definir um plano museológico, a gente vai atuar, define um plano de gestão e, a partir desse plano de gestão, você consegue. E isso...

Entrevistadora

Fica até mais organizado.

Zenildo Alves de Sousa Júnior

É muito interessante, né. Porque você pensa na gestão, você faz o planejamento pra depois fazer, pra você num fazer e depois ver o que vai acontecendo.

Entrevistadora

É, e a gestão é fundamental, o planejamento também é porque vocês sabem aonde querem chegar, e o que deve fazer pra chegar até lá.

Zenildo Alves de Sousa Júnior

Exatamente.

Entrevistadora

E ainda, fica pra registro.

Zenildo Alves de Sousa Júnior

É.

Entrevistadora

O Memorial é a primeira instituição museal do GDF a ter o Plano Museológico?

Zenildo Alves de Sousa Júnior

É, será a primeira.

Entrevistadora

Será a primeira. O Memorial é a primeira instituição museal do GDF pensado para o projeto de contrato de gestão?

Zenildo Alves de Sousa Júnior

Ó, que a coisa tá andando para que aconteça, sim. Mas, existem projetos, até que você até viu do Catetinho...

Entrevistadora

Foi, eu vi. Ele foi nos anos oitenta, mas não aconteceu, né...

Zenildo Alves de Sousa Júnior

Isso, acho que é de noventa e sete...

Entrevistadora

Ah, é verdade, década de noventa.

Zenildo Alves de Sousa Júnior

Então, já aconteceu tentativas, mas a gente sabe que têm tentativas que dependem que o Secretário, ou os cargos mais altos decidam que vai pra frente.

Entrevistadora

E de dinheiro, também, né.

Zenildo Alves de Sousa Júnior

Exatamente, precisa de dinheiro.

Entrevistadora

Então, ele é assim, o primeiro projeto com condições exequíveis?

Zenildo Alves de Sousa Júnior

Exato, exatamente.

Entrevistadora

Ótimo. Então, muito obrigada, Zenildo, pela entrevista que a gente encerra, agora. Agradeço, agradeço ao pessoal, também. Obrigada por estar aqui.

Zenildo Alves de Sousa Júnior

De nada.

Tempo de entrevista 1 hora 30 minutos e 27 segundos

ANEXO 2



UNIVERSIDADE DE BRÁSILIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA INFORMACÃO
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

CESSÃO GRATUITA DE DIREITOS DE DEPOIMENTO

Eu, Álvaro Fernandes Sampaio,
portador (a) da cédula de identidade nº 0255431-3 SSP/DF, emitida
por SSP/DF, inscrito (a) no CPF sob o nº 07317344249,
domiciliado/residente em (Av./Rua/nº/complemento/Cidade/Estado/CEP):
CRS - SUL - 504, Bloco B, Entrada 2, Apt

declaro ceder ao (à) Pesquisador(a): Rayssa de Souza Pereira, CPF: 043.022.831-73 RG: 2.594.317, emitido pelo(a): SSP/DF, domiciliado/residente em CSB 07, lote 04, apto. 909, 72015-575, Taguatinga, Distrito Federal, **sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade e os direitos autorais do depoimento de caráter histórico e documental que prestei ao(a) pesquisador(a)/entrevistador(a) aqui referido(a), na cidade de Brasília, Distrito Federal, em 28/09/2016, como subsídio à construção de sua monografia do Curso de Bacharelado em Museologia da Universidade de Brasília (UnB).** O(a) pesquisador(a) acima citado(a) fica conseqüentemente autorizado(a) a utilizar, divulgar e publicar, para fins acadêmicos e culturais, o mencionado depoimento, no todo ou em parte, editado ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, com a única ressalva de garantia da integridade de seu conteúdo e identificação de fonte e autor. -----

Local e Data:

Brasília, 23 de junho de 2017

Álvaro Fernandes Sampaio
(assinatura do entrevistado/depoente)

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DO DF
Álvaro Fernandes Sampaio
Diretor de Memorial dos Povos Indígenas
Matr.: 232.728-7

(Adaptado do CEDIC-Centro de Documentação e Informação Científica "Professor Casemiro dos Reis Filho" - PUC/SP)



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

CESSÃO GRATUITA DE DIREITOS DE DEPOIMENTO

Eu, Zenildo Alves de Sousa Junior,
portador(a) da cédula de identidade nº 2269181, emitida
por SSP/DF, inscrito (a) no CPF sob o nº 99173968139,
domiciliado/residente em (Av./Rua/nº./complemento/Cidade/Estado/CEP):
QR 312 Conjunto 09 Casa 06, Samambaia Sul, DF
CEP: 72368110

declaro ceder ao (à) Pesquisador(a): Rayssa de Souza Pereira, portadora no CPF nº 043.022.831-73 e do RG nº 2.594.317, emitido pelo SSP/DF, residente em CSB 07, lote 04, apto. 909, 72015-575, Taguatinga, Distrito Federal, na cidade de Brasília, Distrito Federal, em 28/09/2016, **sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade e os direitos autorais do depoimento de caráter histórico e documental que prestei ao (à) pesquisador(a)/entrevistador(a) aqui referido(a), na cidade de Brasília, Distrito Federal, em 07/12/2016, como subsídio à construção de sua monografia do Curso de Bacharelado em Museologia da Universidade de Brasília (UnB).** O(a) pesquisador(a) acima citado(a) fica conseqüentemente autorizado(a) a utilizar, divulgar e publicar, para fins acadêmicos e culturais, o mencionado depoimento, no todo ou em parte, editado ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, com a única ressalva de garantia da integridade de seu conteúdo e identificação de fonte e autor.

Local e Data:

Brasília, 26 de Junho de 2017

Zenildo Alves de Sousa Junior
(assinatura do entrevistado/depoente)



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA INFORMACÃO
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

CESSÃO GRATUITA DE DIREITOS DE DEPOIMENTO

Eu, WELLINGTON GOMES DA SILVA,
portador (a) da cédula de identidade nº 1965 091, emitida
por SSP/DF, inscrito (a) no CPF sob o nº 725.594.993-15,
domiciliado/residente em (Av./Rua/nº./complemento/Cidade/Estado/CEP):
Rua 303 Conjunto "F" Lote 33, Santa Maria,
Distrito Federal, CEP: 72503-606

declaro ceder ao (à) Pesquisador(a): Rayssa de Souza Pereira, CPF: 043.022.831-73 RG: 2.594.317, emitido pelo(a): SSP/DF, domiciliado/residente em CSB 07, lote 04, apto. 909, 72015-575, Taguatinga, Distrito Federal, **sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade e os direitos autorais do depoimento de caráter histórico e documental que prestei ao(à) pesquisador(a)/entrevistador(a) aqui referido(a), na cidade de Brasília, Distrito Federal, em 28/09/2016, como subsídio à construção de sua monografia do Curso de Bacharelado em Museologia da Universidade de Brasília (UnB).** O(a) pesquisador(a) acima citado(a) fica conseqüentemente autorizado(a) a utilizar, divulgar e publicar, para fins acadêmicos e culturais, o mencionado depoimento, no todo ou em parte, editado ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, com a única ressalva de garantia da integridade de seu conteúdo e identificação de fonte e autor. -----

Local e Data:

Brasília, 27 de Junho de 2017
Wellington Gomes da Silva
(assinatura do entrevistado/depoente)